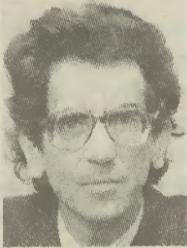


Janeiro no bloco de notas

Desabafos em torno de quatro factos que talvez mereçam fugir à sorte do efémero, exactamente porque dão muito que pensar, e mais fundo que a espuma dos dias.



■ Vítor Dias Pág. 18

Entrevista com João Goulão «Experimentar drogas é uma roleta russa»

Na sequência do Debate Nacional organizado pela Juventude Comunista Portuguesa sobre Toxicod dependência, o «Avante!» entrevistou João Goulão,



presidente do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicod dependência do Ministério da Saúde, que participou naquela iniciativa.

■ Isabel Araújo Branco Págs. 20 e 21

Sobre o emprego (da força de trabalho)

■ Sérgio Ribeiro Pág. 19

A concentração bancária e o interesse nacional

■ Alexandrino Saldanha Pág. 23

Chile 2000 A opção neoliberal sob a máscara da mudança

■ Miguel Urbano Rodrigues Pág. 22

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 27 de Janeiro de 2000 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1365 • Director: José Casanova

Jornadas Parlamentares do PCP em Guimarães

Pág. 5

Dar resposta aos problemas

Carlos Carvalhas: «Não deixaremos de, com firmeza e determinação, dar combate a esta política na Assembleia da República e fora dela, nem perderemos qualquer ocasião para fazer aprovar leis positivas ou para resolver problemas.»



Organização da Cidade de Lisboa do PCP debate transportes, trânsito e estacionamento

É preciso humanizar a cidade

■ Margarida Folque Centrais

EDITORIAL

Em todas as frentes

nda a «vida política nacional» num autêntico alvoroço.

As zaragatas internas do PSD têm vindo a ocupar parte considerável do tempo e do espaço da generalidade dos órgãos de comunicação social – isto apesar de a abundância de candidatos à liderança laranja não passar de uma ilusão quanto à diversidade da oferta visto não

A

ser detectável qualquer diferença de fundo entre eles, bem pelo contrário. De qualquer forma, somos todos os dias minuciosamente informados de todos os passos e palavras e silêncios e suspiros e presenças e ausências dos vários protagonistas em cena.

Se a este folhetim canoro acrescentarmos a telenovela, também em exibição, dos sucessivos anúncios de possíveis-impossíveis candidaturas de e da direita à presidência da república, ficaremos com uma imagem da perturbação que reina nas hostes da direita assumida, no momento actual. Sabendo-se que o PSD se apresenta como «oposição» – e que, muitas vezes, é até apresentado como «a oposição» – poderia pensar-se que a política de direita praticada pelo governo do PS se sente, com tudo isto, aliviada de pressões oposicionistas... Nada mais ilusório – pelo menos no que toca às questões de fundo da política praticada pelo Governo do engenheiro António Guterres. Não é por acaso que quer o PSD quer o PP dizem, aparentemente irritados, que o PS lhes roubou o seu Programa...

De facto, como a realidade mostra, é o PCP que constitui a efectiva e verdadeira oposição à política de direita. Aliás, cumprindo o seu papel de partido da classe operária e de todos os trabalhadores e dando expressão concreta aos compromissos assumidos com o povo português.

Na intervenção produzida por ocasião das Jornadas Parlamentares do PCP, realizadas em Guimarães, o Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, sublinhou a importância e o significado do cumprimento, pelo PCP, desse papel e desses compromissos. Enunciando a longa lista de iniciativas levadas a cabo pelo Grupo Parlamentar do PCP – que começaram precisamente no primeiro dia dos trabalhos da nova legislatura e têm prosseguido com grande intensidade de então para cá – Carlos Carvalhas anunciou: «acompanhando o debate parlamentar sobre o Orçamento de Estado, o PCP promoverá de 14 a 29 de Fevereiro, uma grande acção nacional de divulgação das suas propostas para uma maior justiça fiscal, no quadro de uma campanha que comportará um vivo apelo aos cidadãos para que apoiem activamente a exigência de uma reforma fiscal a sério que faça terminar essa iniquidade e injustiça maior da quase exclusiva penalização dos trabalhadores por conta de outrem». Trata-se, e neste caso de forma muito evidente, do esforço permanente do PCP no sentido de conjugar a sua acção parlamentar com a sua intervenção junto dos trabalhadores e das populações, de manter uma forte liga-

ção às massas e aos seus problemas e de complementar essa ligação com a apresentação, na Assembleia da República, de importantes projectos de lei – trata-se, em resumo, de uma efectiva e singular postura, por parte do PCP, no combate à política de direita e às suas consequências. E assim continuará a ser no futuro, como incisivamente acentuou Carlos Carvalhas nas Jornadas Parlamentares ao referir que «pela nossa parte não deixaremos de, com firmeza e determinação, dar combate a esta política na Assembleia da República e fora dela».

O conteúdo de classe da política do Governo do PS está claramente patente na crescente concentração de riqueza, no crescente domínio, daí decorrente, do poder económico sobre o poder político, enfim do vale-tudo quanto a favorecimentos concedidos aos grandes grupos económicos e financeiros. Do outro lado desta realidade está a penalização de quem trabalha e vive do seu trabalho, o agravamento das condições de trabalho e da exploração dos trabalhadores portugueses, o ataque aos seus direitos e conquistas.

Acresce que a concretização desta política aparece disfarçada por um espesso manto de hipocrisia feito de bonitas palavras e de um mar de promessas – palavras que o vento leva e promessas que são esquecidas mal acabam de ser formuladas. O foguetório que tem rodeado a Cimeira da União Europeia a realizar em Março – a mal chamada «Cimeira do Emprego» – é um exemplo que vale a pena reter. De facto, como foi afirmado nas Jornadas Parlamentares do PCP, «em vez de engenharias estatísticas sobre o emprego ou de fórmulas altissonantes sobre a Cimeira da União Europeia em Lisboa a 23 e 24 de Março, o que os trabalhadores gostariam de ver era trabalho com direitos, o fim do trabalho precário e do falso trabalho independente».

Tudo isto confirma a importância decisiva da luta, em todas as frentes, contra a política de direita. Assim o tem entendido o PCP que, quer junto dos trabalhadores, quer

junto das populações, quer na Assembleia da República não tem dado tréguas a tudo o que de negativo há na política praticada pelo Governo do PS. Assim o têm entendido, igualmente, os trabalhadores portugueses que, em importantes lutas abarcando quase todos os sectores de actividade, têm dado expressão ao seu descontentamento, ao seu protesto, à exigência do respeito pelos seus direitos, às suas justas reivindicações. Assim o entendem, no momento actual, milhares e milhares de trabalhadores do Metro, da Telecom, da TAP, das Minas de Aljustrel, da Cel Cat, do sector têxtil – nomeadamente na Norporte e na Kallen –, da Administração Pública – que tem marcada, para dia 27, uma jornada de luta nacional. Assim o entende a CGTP ao convocar para 23 de Março, primeiro dia da Cimeira da União Europeia, uma grande jornada de luta, para a qual o PCP apela à participação dos trabalhadores.



Jornadas parlamentares do PCP em Guimarães

RESUMO

19
Quarta-feira

O PCP apresenta na Assembleia da República um projecto de lei que visa a criação de julgados de paz ■ A Confederação Nacional de Pais defende que os alunos dos cursos gerais e dos cursos tecnológicos tenham «as mesmas oportunidades no acesso ao superior» ■ Jaime Gama apresenta no Parlamento Europeu, em Estrasburgo, o programa da presidência portuguesa da União Europeia ■ Elementos da milícia pró-Indonésia Sakunar atacam residentes do enclave do Oecussi e disparam contra soldados da Interfet ■ O presidente da Comissão de Sanções para Angola, Robert Fowler, apresenta um relatório à ONU onde afirma que as sanções à UNITA estão a surtir efeito e que a organização já não tem apoio de governos, só de particulares.

20
Quinta-feira

Marques Mendes e Pedro Santana Lopes anunciam as suas candidaturas para a liderança do PSD, a ir a votos no congresso de finais de Fevereiro ■ Wolfgang Huellen, tesoureiro da CDU (conservadores alemães) suicida-se ■ O procurador geral israelita ordena a abertura de uma investigação ao presidente do país, Ezer Weizman, por «irregularidades económicas» ■ A Jugoslávia pede uma reunião de urgência do Conselho de Segurança da ONU para acabar com «o genocídio da população não-albanesa». Belgrado atribui as culpas à Kfor.

21
Sexta-feira

Pedro Dias, vereador da CDU da Câmara Municipal de Vila Franca, exige a intervenção da Refer para a resolução dos problemas da estação da CP de Póvoa de Santa Iria ■ São atribuídas à ETA as duas explosões ocorridas em Madrid que matam um tenente-coronel e ferem quatro pessoas ■ Roland Koch, chefe do governo regional do Hesse, na Alemanha, revela em conferência de imprensa que terão desaparecido quatro milhões de marcos da caixa negra da CDU na região ■ As forças armadas do Equador pedem a demissão do presidente do país na sequência de uma revolta da comunidade índia que ocupou o Congresso do Quito, tendo o presidente, no entanto, recusado ceder ao que chama «uma tentativa de golpe de Estado».

22
Sábado

Na sequência de confrontos no Bairro Pité, em Díli, 21 pessoas são detidas, entre as quais quatro elementos das Falintil ■ A Internacional Socialista reúne em Sintra onde aprova a composição da Comissão Executiva e define uma agenda de trabalho ■ Realiza-se em Salaman-

ca (Espanha) a I Cimeira Ecológica Ibérica que conta com a participação de ecologistas portugueses e espanhóis, onde se sugere que as autoridades dos dois países desenvolvam estratégias comuns de conservação da natureza ■ Gustavo Noboa, vice-presidente do Equador, toma posse da presidência do país após o antigo presidente, Jamil Mahuad, pedir asilo político ao Chile em consequência do golpe de estado de ontem.

23
Domingo

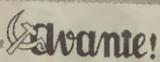
O juiz Juan Guzmán, responsável pelas investigações no Chile das acusações feitas contra Pinochet, ordena novas investigações com o fim de conhecer o destino de presos políticos de esquerda desaparecidos durante a ditadura militar ■ Um estudo do Centro sobre Fome e Pobreza da Tufts University revela que existem cerca de trinta milhões de americanos que passam fome nos Estados Unidos ■ Dois senadores norte-americanos defendem publicamente o fim do embargo económico a Cuba ■ Um porta-voz do ministro dos negócios estrangeiros belga anuncia que a Bélgica está disposta a apresentar um recurso no Supremo Tribunal de Londres caso este decida libertar Pinochet.

24
Segunda-feira

Têm início as jornadas parlamentares do PCP em Guimarães. Carlos Carvalhas acusa o Governo de prosseguir «o desbaratamento e o leilão de importantes empresas públicas» ■ Dez rebeldes birmaneses ocupam um hospital sequestrando 800 pessoas, com o objectivo de obter apoios na luta contra o governo militar de Myanmar (ex-Birmânia) ■ São descobertos na Turquia 33 corpos alegadamente assassinados pelo Hezbollah ■ Seis organizações de defesa dos direitos humanos apresentam um recurso ao Supremo Tribunal de Londres para impedir a libertação de Pinochet.

25
Terça-feira

Durante a sessão de encerramento das jornadas parlamentares, o PCP anuncia a intenção de obrigar António Guterres a comparecer na Assembleia da República uma vez por mês para responder às perguntas da oposição ■ Álvaro Cunhal faz a apresentação do seu livro «A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril» na Cooperativa da Árvore, no Porto ■ Tem início a XVI Cimeira Ibérica em Salamanca onde, numa reunião sectorial dos dois ministros da Administração Interna, se define uma estratégia comum para o combate ao tráfico de droga ■ Termina o sequestro do hospital tailandês com a intervenção da polícia tailandesa que provoca a morte dos dez sequestradores e ferimentos em quatro polícias.



Atenção aos novos números de Telefone do Partido Comunista Português e da Redacção do «Avante!»

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sotero Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 21 781 38 00

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sotero Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90 — 21 781 71 91.
Fax: 21 781 71 93

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1169-161 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$000. CRC matriculada: 47058.
NIF: — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1169-161 Lisboa.
Tel: 21 815 34 87/815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Tel: 21 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel: 21 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B L. 227 — 4470 Maia
Tel: 22 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Tel: 21 815 34 87/21 815 35 11 — Fax: 21 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Tel: 21 815 34 87/21 815 35 11 — Fax: 21 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 — 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

Visão envenenada

A revista «Visão» da semana passada dedicou quatro páginas àquilo a que, por razões óbvias, chamou «O PREC do ano 2000», ou seja «o Processo de Renovação em Curso no PCP». Trata-se de uma peça em que o autor, Miguel Carvalho (MC), saltando, segundo diz, o «muro de silêncios» por detrás do qual se esconde o PCP, tomou contacto directo com o referido «PREC».

Não é este o momento adequado para uma apreciação minuciosa ao conteúdo do texto produzido – apreciação que teria de ser como ponto de partida inevitável o esclarecimento – para quem dele necessite – de que, no PCP, a renovação sempre foi vista como um processo permanente, contínuo, cujo conteúdo resulta da vontade do colectivo partidário e nunca como um acto individualizado, com início, fim e objectivos prévios e individualmente determinados. Por agora, apenas faço questão de não deixar passar em claro o que MC escreveu sobre a «Festa da Alegria».

Importa sublinhar, quanto mais não seja para desfazer eventuais dúvidas existentes, que os militantes comunistas conhecem a «Festa da Alegria»: milhares deles, idos de

todo o País, juntaram vontades e alegrias às vontades e alegrias dos camaradas de Braga, construtores da Festa, desde 1978 até 1991. Mesmo muitos dos que não tiveram oportunidade de a viver, têm nas suas memórias o que ela significou enquanto acontecimento político-cultural sem par no Norte do País e como ela se transformou em património dos comunistas e do povo do distrito de Braga. Nas memórias de todos os comunistas está também gravada a tristeza que sentiram com a suspensão da Festa e a alegria que a notícia do seu retorno, em Junho próximo, lhes proporcionou.

Por tudo isto, a abordagem feita por MC a esta matéria na «Visão» é, na menos má das hipóteses, um exercício de especulação gratuita e, na pior das ditas, uma intriga premeditada.

Escrevendo sobre o regresso da «Festa da Alegria», MC alude a «vozes agoirentas que logo se ouviram no interior do partido», vozes essas que, sempre segundo o saltador do «muro de silêncios», se opunham à «retoma» da Festa. Infelizmente, MC não esclarece a quem pertencem essas «vozes agoiren-

tas» – o que é tanto mais grave quanto, como pode constatar quem ler as quatro páginas da «Visão», estamos perante um texto luminar no que toca aos alvos a atingir... MC não nos elucida, igualmente, sobre as razões que levariam as tais «vozes agoirentas» a opor-se à realização da «Festa da Alegria» – o que é tanto mais grave quanto, como sabe quem quer saber, só há razões para que as vozes do Partido, individual e colectivamente, se alegrem com o regresso da Festa.

Estamos, portanto, perante uma falsidade que, como todas as falsidades, tem objectivos. Neste caso, é bem provável que um desses objectivos seja o de fazer crer aos militantes do PCP em geral e aos militantes do distrito de Braga (e não só) em particular que, algures em qualquer órgão superior do Partido, umas quantas «vozes agoirentas» se opuseram à realização da «Festa da Alegria». E porque estamos perante uma falsidade, forçoso é que aqui a desmascaremos. Tratando-a pelo nome. E alertando para a carga de veneno que ela transporta.

■ José Casanova

Exercício de cidadania

O encontro realizado na terça-feira entre uma delegação do PCP, encabeçada por Carlos Carvalhas, e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, que teve lugar no decurso de uma reunião deste órgão de coordenação nacional do ensino superior politécnico, pode constituir interessante ponto de partida para um exercício de cidadania para o qual se convidam os leitores, que é o de procurarem reter que notícia tiveram ou vão ter do encontro e dos assuntos aí debatidos através dos órgãos de comunicação social a que habitualmente prestam atenção, sejam eles emissoras de televisão ou de rádio, jornais diários ou semanários.

Julga-se desnecessária a demonstração quer do interesse quer da oportunidade do encontro: pela evidência da importância do ensino superior e dos problemas com que está confrontado; pelo facto de estarmos em vésperas de ser tornada pública a proposta de Orçamento de Estado para o presente ano e serem conhecidas as preocupações expressas por responsáveis académicos em relação ao montante insuficiente que o Governo quer destinar às escolas públicas; e também pela circunstância do Ministério da Educação ter anunciado a elaboração de uma lei-quadro que, tal como a sua designação sugere, visa redefinir as orientações políticas fundamentais para este sector.

Foi previamente informada a comunicação social da realização deste encontro e, no seu final, quer o Presidente do Conselho Coor-

denador dos Institutos Superiores Politécnicos, em nome dos presidentes dos dezasseis politécnicos de todo o país que estiveram presentes na reunião, quer o Secretário-geral do PCP, prestaram declarações aos jornalistas presentes – no caso apenas um, representante de uma emissora de rádio. Após o encontro, diga-se em abono da verdade, somente um outro órgão de comunicação social, um diário, procurou obter elementos de informação sobre a iniciativa.

Se se acrescentar que o Secretário-geral do PCP, entre outras declarações, tornou público que o partido está a preparar um projecto de lei-quadro sobre o ensino superior para ser discutida amplamente e sujeita a debate parlamentar em simultâneo com a anunciada proposta de lei do Governo, dispõem os leitores de todos os elementos para o proposto exercício de cidadania.

Para que esse exercício, bem como a possível meditação em torno do tema da verdade a que temos direito, não fique limitado à consciência de cada um, acrescenta-se uma sugestão activa: a de que em relação aos diários e semanários, bem como às emissoras de televisão e de rádio, seja feito chegar aos seus responsáveis o juízo sobre o critério que utilizaram no que foi levado, ou não, ao conhecimento dos que lhes dão a sua (talvez imerecida) preferência.

■ Edgar Correia

ENIGMAS russos

Há muito que os «enigmas» sobre o que se passa na vida política russa se tornaram coisa corrente. Há demasiados factores emaranhados em jogo. Há demasiado jogo na sombra e batota vária. Há enorme desinformação e pouca informação fidedigna. Natural pois que, para observadores responsáveis, sejam mais as interrogações que as respostas. Tal aplica-se muito justamente a uma série de importantes acontecimentos ocorridos na Rússia nos últimos meses. Com cautela, pois, refiram-se todavia alguns pontos dignos de registo.

Sobre os resultados nas eleições para a Duma, a 19 de Dezembro, sublinhe-se que os comunistas do PCFR, apesar do total silêncio mediático de que foram cercados na campanha eleitoral, voltaram a afirmar-se como a maior força política da Rússia, aumentando tanto em percentagem (24,9%) como em número de votos. E anote-se o êxito espectacular do recém-criado partido «Unidade/Urso» (forjado fundamentalmente em torno da figura de Putin), que obteve 23,33% – mas tenhamos aqui cuidado em não ser simplistas na explicação do êxito e na interpretação do significado deste voto. Seriam de assinalar os resultados de outras forças. Mas mais esclarecedor virá a ser como se vão constituir e arrumar os grupos parlamentares. A abertura da Duma e o seu primeiro voto a 19 de Janeiro dá já algumas indicações: eleição como Presidente da Duma do comunista Seleznev, por 285 votos contra dois e o boicote de uma centena e tal de deputados; mais a grossa parte da presidência das 27 Comissões para os comunistas (9) para o «Urso» (7) e 5 para o recém-formado grupo «Deputados do Povo». Indicações e interrogações porque a rearrumação apenas começou, mas não acabou...

A inesperada (?) auto (?) demissão de Ieltsine em 31 de Dezembro – com a nomeação de Putin como Presidente interino, na expectativa de vencer as eleições de Março próximo – podendo ser outro «enigma» é um marco relevante. Que o Czar Ieltsine estava pelas ruas da amargura, é facto seguro. E é de anotar que imediatamente o PCFR reagiu nestes termos: «O partido do poder ieltsiniano caiu – tal o resultado da luta de uma década dos comunistas e patriotas da Rússia.» Do descrédito interno de Ieltsine, face ao desastre social, económico, moral e político da «transição» para o capitalismo, já se sabia. Mas agora são os próprios porta vozes dos mandantes estrangeiros, que cozinhavam as suas «reformas democráticas a caminho da economia de mercado», que vêm confessar que o resultado foi o «caos» – e podiam multiplicar-se as citações dos sapientes peritos que agora o dizem e antes o endeusavam. Esta a negra e pesada herança ieltsiniana.

E agora, como vai ser com Putin? Novo «enigma», mesmo para os «peritos» mais «conhecedores» dos meandros e segredos do meio, assaltados pelas dúvidas. «O enigma Putin», titula em página inteira o *El País* (6/1) – afirmando que «sem repudiar a herança de Ieltsine é quase impossível salvar este país. E esse legado não podia ser mais negativo.» *The Economist* (8/1) titula o seu editorial «Putin, o Grande Desconhecido» – para concluir que, quanto ao «benefício da dúvida» geralmente concedido, a sua opinião se «inclina mais para a dúvida que para o benefício». Muitos outros não fogem à temerosa expectativa. Mas, mais pronta e segura, Madeleine Albright logo disse que Putin era um «homem duro, muito determinado, virado para a acção. Penso que devemos vigiar (sic!) os seus actos com muita atenção» (*DN*, 3/1). E alguns actos começam a justificar os temores: resistências às ingerências externas no Cáucaso, nova doutrina de Defesa, o referido voto na Duma, um começo da limpeza nas cavalariças do Kremlin... A seguir com atenção.

Que concluir? Com tantas interrogações em aberto, é melhor esperar para ver. Mas nada poderá ser feito para levar a Rússia num caminho de salvação, sem sacudir o jugo colonial que lhe vem sendo imposto, sem contar decisivamente com as suas próprias forças, sem pôr a sua economia a produzir, o seu povo a viver melhor, regras cívicas a funcionar. E, claro para nós, sem que os trabalhadores se organizem e lutem, forjando uma ampla frente política pelo progresso social e a democracia, a independência e a paz. Por aí, o mundo ficará mais seguro para todos os povos.

■ Carlos Aboim Inglez



Foto: Sérgio Morais

SEMANA



Dólar norte-americano é moeda em Timor-Leste

O Conselho Consultivo Nacional de Timor-Leste, maioritariamente constituído por elementos do Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), decidiu que o dólar norte-americano será a moeda a adotar no território durante o período de transição. Esta escolha, preferida pelo FMI e o Banco Mundial, arredou definitivamente a hipótese de ser o escudo português a moeda a utilizar no período de transição, mas também afastou a hipótese, indesejada pelos timorenses, de ser o

dólar australiano ou a rupia indonésia a impor-se no território nesta fase. Entre acusações de inabilidade política do Governo português em fazer valer a opção pelo escudo e o facto de a moeda portuguesa ir, ela própria, desaparecer no próximo ano no quadro da união monetária europeia, o dólar norte-americano aí está como moeda de Timor-Leste no período de transição, ao mesmo tempo que se recorda que a moeda definitiva de Timor-Leste será soberanamente escolhida e decidi-

da pelo próprio país, quando terminar o período de transição e se concretizar a independência da pátria de Timor Lorosae. Entretanto, em declarações aos jornalistas em Guimarães, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, após ter sublinhado que os timorenses são soberanos na escolha e adopção da moeda, não deixou de fazer um alerta. «Sucede que, com a adopção de uma moeda cara», disse Carvalhas, «as exportações ficam muito caras» o que

«para uma economia débil cria muitos problemas». Outra questão que continua pendente é a da escolha da língua oficial do território, continuando, nesta matéria, a determinação afirmada por Xanana Gusmão e a direcção do CNRT em se optar pelo português.

Criado teste rápido para detectar meningite

Desenvolvendo uma técnica de ultra-sons, a Universidade de Cardiff, no Reino Unido, obteve um novo tipo de testes que permitem diagnosticar a meningite em apenas 30 minutos, contra os dois dias que eram, até agora, necessários para se chegar a um diagnóstico

uma evolução fulminante e fatal. Esta descoberta é de uma importância crucial no tratamento da meningite dado que, até aqui, o grande problema desta doença tem consistido na dificuldade em a diagnosticar rapidamente de modo a permitir uma intervenção

terapêutica - que existe - para atalhar eficazmente os seus efeitos devastadores. A divulgação desta descoberta foi feita pela Fundação de Pesquisas da Meningite do Reino Unido, que financiou esta investigação levada a cabo pela Universidade de Cardiff, no País de Gales. Este revolucionário teste rápido na detecção da meningite vai já ser usado nos hospitais do Reino Unido a partir desta semana.



seguro desta temível doença, que normalmente atinge crianças e se caracteriza por

Manifestações em Espanha contra atentados da ETA

Mais de um milhão de pessoas concentrou-se nas ruas de Madrid para protestar contra o atentado que vitimou esta semana um tenente-coronel do Exército espanhol, na explosão de um carro armadilhado atribuída à ETA, no que constituiu a primeira acção violenta desta organização separatista basca desde a trégua unilateral que decretara há mais de um ano. Todos os principais partidos políticos de Espanha fizeram-se representar nesta

manifestação de repúdio pela violência terrorista, à excepção do Partido Nacionalista Basco (PNV). O desfile entre a Praça Co-

lombo e as Portas do Sol foi encabeçado pelo primeiro-ministro José Maria Aznar, que estava acompanhado por todos os anteriores

chefes de Governo. Outras manifestações com o mesmo objectivo realizaram-se em várias outras cidades de Espanha.



Time Warner e EMI fundem-se e dominam

A empresa de media norte-americana Time Warner - um gigante no sector audiovisual - anunciou a sua fusão com outro gigante, a editora discográfica britânica EMI, criando assim o maior grupo discográfico mundial e o maior distribuidor de música pela Internet. A empresa resultante da fusão

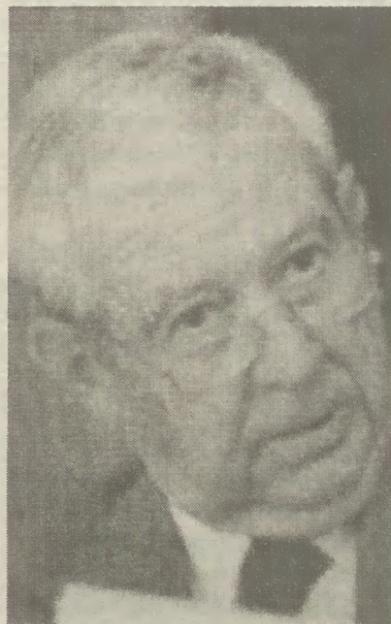
chamar-se-á Warner EMI Music e terá vendas esperadas de oito mil milhões de dólares (1,6 mil milhões de contos). A fusão juntará, igualmente, um conjunto bem conhecido de editoras discográficas como a Virgin, a Atlantic, a WEA e a HMV. A norte-americana Warner era, até ao momento, a quarta

maior empresa discográfica do mundo, seguida pela britânica EMI, que detinha a quinta posição neste ranking monopolista. A partir da fusão das duas, nascerá o maior grupo mundial do sector, prevendo-se que a Internet será um dos mercados mais importantes da nova empresa.

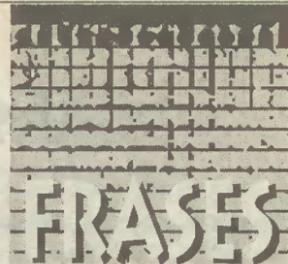
Fusão do Banco Mello faz 700 desempregados

Segundo apurou o *Diário de Notícias / Negócios*, a recente fusão bancária entre o BCP e o Banco Mello vai ter como resultado imediato a «dispensa» de 700 trabalhadores do Grupo Mello, concretamente na instituição bancária e na seguradora Império, que também pertencia aos Mellos. Esta extinção de 700 postos de trabalho corresponde a 20% do total dos efectivos do Grupo Banco Mello que, no final de 1998 ascendiam a 3219 trabalhadores. O grupo bancário de José Manuel de Mello vai ser integrado num grupo financeiro que conta com um universo de 12.800 trabalhadores. Quanto ao processo de fusão ocorrido, pouco depois,

entre o Banco Espírito Santo e o Banco Português de Investimento (BES / BPI), ainda não se sabe quantos postos de trabalho vai sacrificar. Segundo o



DN, neste caso «ainda se fazem contas aos efectivos em excesso».



“A verdade é que [o Governo] não quer afrontar os poderosos e os grandes interesses que estão sentados à mesa do orçamento”

(Carlos Carvalhas, *Diário de Notícias*, 24.1.00)

“O Governo enfeita-se com a presidência europeia, com as visitas internacionais e procura passar ao lado das questões quentes da justiça, da saúde, do ensino, das Forças Armadas, da TAP, da Lisnave e de tantas outras empresas”

(idem, *Diário de Notícias*, 25.1.00)

“A reforma [fiscal] tem de ser um conjunto de medidas que tenham eficácia sobre a sociedade. Até agora, os sinais dados pelo ministro Pina Moura não são de confronto com os interesses determinantes.”

(Carvalho da Silva em entrevista ao DN *Negócios*, idem)

“Prioridades da reforma fiscal: «A identificação de todos os rendimentos de cada um dos portugueses. E que depois se faça um taxamento numa base de equidade, tratando-se todos os rendimentos da mesma forma. Nem sequer pedimos menos carga fiscal para os trabalhadores por conta de outrem.”

(Idem, *ibidem*)

“Ministro Pina e ministro Moura não se entendem”

(Título no DN *Negócios*; idem)

“Não faz sentido Ludgero Marques apoiar descaradamente Pina Moura”

(Ferraz da Costa, *Semanário Económico*, 21.1.00)

“A epidemia dos financiamentos à margem da lei alastrou a todas as democracias ocidentais, com os devastadores resultados que se conhecem em Itália, em França, na Espanha, na Bélgica ou, agora, na Alemanha. Mais tarde ou mais cedo, chegará a Portugal. E Mário Soares, contristado, poderá escrever de novo: “Não digo que não se assinalasse o facto, uma vez que surgiu”, deixando perceber que, por sua vontade, não se assinalaria qualquer desses factos”

(J.A.L., *Expresso*, 22.1.00)

“Mário Soares pode considerar suspeitíssimos os julgamentos públicos, não pode é justificar as comprovadíssimas ilegalidades dos que se sentem acima da lei e dos outros cidadãos”

(idem, *ibidem*)

“O padre Vítor Melícias pode ser uma pessoa muito estimada, mas não se lhe conhece qualquer capacidade ou competência para tratar da questão de Timor-Leste. A principal qualidade que se lhe conhece é a de ser amigo do sr. primeiro-ministro.”

(Durão Barroso, *Diário de Notícias*, 25.1.00)

Dar voz aos anseios e lutas dos trabalhadores e das populações

O reforço da intervenção dos cidadãos na vida política, a intensificação do debate político no Parlamento e a melhoria dos mecanismos de fiscalização da acção governativa constituem três áreas de intervenção que o Grupo Parlamentar do PCP definiu como prioritárias e em relação às quais vai dedicar particular atenção. Nesse sentido, e de acordo com as conclusões saídas das suas Jornadas Parlamentares, realizadas segunda e terça-feira, em Guimarães, a bancada comunista vai apresentar na Assembleia da República diplomas sobre a iniciativa legislativa popular, o direito de petição e o Regimento da AR visando a sua revisão.

Na base desta decisão está o entendimento de que, passados três meses sobre o início da Legislatura, não se pode dizer que o balanço seja propriamente positivo. O líder da bancada comunista, na intervenção que proferiu na sessão de abertura, não teve dúvidas em afirmar que «o actual estado de coisas não está nada bem», sublinhando mesmo que este período «deixa muito a desejar quanto à eficácia que tem sido imprimida aos trabalhos parlamentares». Tal se deve, em sua opinião, ao facto de as sessões plenárias serem consumidas em larga medida pela discussão de «votos», «protestos» e «congratulações», passando relativamente ao lado dos temas que interessam «ao futuro dos trabalhadores e dos portugueses». «Enquanto o plenário consome horas e horas a fio para a discussão de «votos», para a discussão de «votos», o Governo agradece essa discrição dos deputados. E referiu Octávio Teixeira. E isto porque, observou, simultaneamente, «o Governo não pára» na condução de política erradas.

Exemplificando, entre outras situações, citou a nomeação de «boys» com chorudas remunerações como de um dito assessor de imprensa, que vai ganhar mais que um director geral, ou ainda que um frenesim que não abranda de «tudo privatizar e mais alguma coisa», de que são exemplos a TAP, a EDP ou a GALP.

Recusando colaborar com as «manobras de diversão de outros grupos parlamentares que objectivamente não parecem interessados em fazer oposição às políticas governamentais», como observou Octávio Teixeira, o Grupo comunista fez saber que assume como orientação precisa o combate firme às «arrogâncias» e «desmandos» do Governo do PS», dando simultaneamente «voz na Assembleia da República aos anseios e às lutas dos cidadãos».

«Estamos na Assembleia da República como oposição, somos e seremos oposição inequívoca e firme, «dura» sempre que necessário for. Oposição nas propostas e nas acções, que não apenas nos discursos».

sublinhou, no início das Jornadas, Octávio Teixeira.

É à luz deste posicionamento que, aliás, deve ser compreendida a proposta de realização de uma audição parlamentar ao que o Grupo comunista designa de «manifesta inoperância» verificada na intervenção do Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho.

Aprovada no decurso das Jornadas, a proposta de realização desta audição justifica-se face à situação laboral existente no distrito de Braga, nomeadamente na região do Vale do Ave. Essa mesma realidade tiveram os deputados comunistas ensejo de conhecer mais de perto nos dois dias das Jornadas, designadamente através de uma reunião com representantes dos trabalhadores. Constatada foi a inoperância do IDICT, o que tem levado ao não cumprimento da legislação de trabalho, ao aumento da precariedade das relações laborais, à violação dos direitos dos trabalhadores nas empresas.

Entre os problemas recensados conta-se também a crescente flexibilização (já não apenas na organização do trabalho mas na própria mobilidade dos trabalhadores entre de empresas encerradas para outras sucedâneas), a impunidade com que patrões procedem ao *lock out*, a degradação salarial e os ataques à liberdade de contratação colectiva.

Assumido pelos deputados comunistas – e esta foi outra das conclusões das Jornadas – foi também o compromisso de desenvolver esforços no sentido da rápida concretização de um importante conjunto de eixos rodoviários, fundamentais para suprir os actuais estrangulamentos que afectam o distrito de Braga.

Anunciada foi também a intenção de propor já em sede de Orçamento do Estado uma dotação de verba para o lançamento de um estudo e projecto de ideias para uma reformulação global das infra-estruturas ferroviárias do distrito, visando a melhoria da acessibilidade ferroviária reduzindo custos e tempos de ligação.

Carlos
Carvalhas
participou nas
Jornadas
Parlamentares



Carlos Carvalhas

Dar resposta aos problemas

O Secretário-Geral do PCP acusou o Governo de estar a «enfeitar-se com a presidência europeia», enquanto passa ao lado das grandes questões que afectam a sociedade portuguesa. «A retórica dos discursos não disfarça o conteúdo neoliberal das políticas económicas, nem consegue esconder a crescente concentração da riqueza, nem o crescente domínio do poder económico sobre o poder político», considerou Carlos Carvalhas, num discurso marcado pela crítica à acção do Executivo e no qual passou em revista as principais questões do momento político. É essa intervenção, proferida segunda-feira, em Guimarães, na sessão de abertura das Jornadas Parlamentares do PCP, que transcrevemos na íntegra:

Da mesma maneira como intervimos e trabalhamos na Assembleia da República, procurando contribuir para o desenvolvimento económico e social do país, para dar voz aos que não a têm, para levantar e dar resposta aos problemas dos cidadãos, dos trabalhadores e do povo, da mesma maneira, dizia, concebemos as nossas jornadas parlamentares.

São Jornadas de debate e de reflexão. Mas também de preparação de medidas, de projectos lei e de contacto com as questões mais sentidas na região onde se realizam, para depois terem expressão na Assembleia da República.

E é esta forte ligação às populações e aos seus problemas que nos permite uma grande dinâmica e uma muito larga intervenção.

Nós procuramos dar resposta aos problemas através da nossa intervenção geral e pela apresentação de importantes projectos de lei.

Algumas vezes eles são submergidos pela política espectáculo, pelos piores traços do parlamentarismo, ou pelo teatro de tal ou tal grupo parlamentar que só se distingue da política governamental pelo secundário, pelo acessório, pela gritaria oposicionista sem conteúdo.

Quando tal acontece dificilmente eles chegam aos interessados. Mas eu creio que nós devemos continuar com a mesma postura e a fazer um grande esforço para divulgarmos a nossa intervenção.

É para nós motivo de satisfação podermos dizer que logo no primeiro dia dos trabalhos da nova legislatura apresentámos na Assembleia da República vários projectos de importante alcance social dando resposta urgente a situações e problemas que afectam a vida de muitos portugueses, como foi o caso do aumento das Pensões e Reformas; da redução da idade da reforma das mulheres para os 62 anos, do aumento digno do salário mínimo nacional; da baixa das tarifas de electricidade.

Posteriormente, apresentámos outras propostas e medidas e tivemos uma intensa intervenção, dando assim provas concretas e claras da nossa opção pela coerência entre as palavras e os actos e do nosso profundo empenhamento na resolução dos problemas e em lutar por uma política de efectiva justiça social.

Reaço entre outras importantes propostas as que fizemos em relação à política fiscal, cuja reforma é da máxima importância inclusive para a viabilização das reformas do ensino, da saúde e da Justiça.

E em relação à Justiça em vez de grandes tiradas sobre a sua reforma, os cidadãos gostavam de saber porque é que a justiça continua lenta, distante dos cidadãos e cara. O porquê das prescrições, a razão pela qual os casos da JAE, da Moderna e outros ficam no esquecimento, dando cada vez mais ao cidadão comum a sensação de que os ricos e os poderosos sempre escapam às malhas da Justiça.

Na verdade quem quiser sair das generalizações superficiais e de meter todos no mesmo saco que só serve para entorpecer e dificultar as mudanças necessárias, não poderá deixar de reconhecer que, face à gravíssima e inquietante situação de crise na justiça que exige uma respos-

ta articulada e que enfrente os problemas de fundo, o projecto de lei para a criação dos julgados de paz recentemente apresentado pelo PCP representa uma séria e importante contribuição.

Quem quiser olhar a realidade sem preconceitos, não pode deixar de reconhecer a oportunidade e o mérito da proposta concreta apresentada pelo PCP para a reforma dos impostos sobre o rendimento que, depois de anos de adiamentos, hesitações e truques dilatórios do Governo do PS, o confrontará sem apelo nem agravo em relação à sua real atitude

face a uma das maiores injustiças e escândalos da sociedade portuguesa.

Neste sentido, anunciamos que, acompanhando o debate parlamentar sobre o Orçamento de Estado, o PCP promoverá de 14 a 29 de Fevereiro, uma grande acção nacional de divulgação das suas propostas para uma maior justiça fiscal, no quadro de uma campanha que comportará um vivo apelo aos cidadãos para que apoiem activamente a exigência de uma reforma fiscal a sério que faça terminar essa iniquidade e injustiça maior da quase exclusiva penalização dos trabalhadores por conta de outrem.

E em relação ao nosso trabalho parlamentar gostaria de sublinhar ainda os diversos projectos de resolução que apresentámos e os debates que provocámos, como foi o debate sobre o Acordo de Pescas com Marrocos; ou sobre a Conferência ministerial da OMC em Seattle em que o Governo se preparava para a passar sobre o silêncio; ou também sobre a TAP, em que o ministro do Equipamento quis representar mais uma vez o papel de Pilatos. Mas é bom que se afirme com verdade que a responsabilidade pela actual situação da TAP se deve ao Governo e que não podem ser os trabalhadores a pagarem a factura.

A retórica e as promessas

Enquanto os cidadãos ouvem atónitos as críticas da actual ministra da Saúde em relação à sua antecessora, do ex-ministro das Finanças em relação a vários ministros e do ex-ministro do Equipamento em relação ao Governo e ao PS, que segundo as suas palavras foram derrotados pelos lobbies, o Primeiro-Ministro faz de conta que tudo isto nada tem a ver com ele. É a tática da avestruz...

Proclamou como sua nova paixão a saúde, mas a azáfama europeia não lhe deve ter dado tempo para dar resposta aos agudos problemas de hospitais como o de Cascais e de Faro ou para ler por exemplo, o documento da Comissão Negociadora do Sindicato dos Enfermeiros onde se apontam linhas claras para dar eficácia e qualidade ao Serviço Nacional de Saúde, onde se denuncia a lógica de financiamento das instituições públicas que é a de «quem mais gasta mais recebe», e onde se fazem estimativas para as dramáticas faltas de profissionais da saúde...

Mas tudo isto certamente nada tem a ver com a nova paixão. Na verdade o governo enfeita-se com a presidência europeia, com as visitas internacionais e procura passar ao lado das questões quentes da Justiça, da saúde, do ensino, das Forças Armadas, da TAP, da Lisnave e de tantas outras empresas...

Discursos, relatórios, grupos de trabalho, fórmulas sonantes e promessas não faltam. São os milhões e mais milhões. São as promessas de obras públicas para daqui a dez anos, para daqui a cinco anos, para daqui a quinze anos!!! Sempre para o futuro distante...

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Jornadas Parlamentares do PCP em Guimarães Dar resposta aos problemas

No entanto velhas promessas continuam por cumprir como é o caso, por exemplo, da duplicação da Via do IP5, ou da auto-estrada Lisboa Algarve que já devia estar concluída, ou a Via Rápida Guimarães/Braga, a Via do Infante que não avança nem um metro...

Fazem-se grandes discursos sobre a sociedade de informação, sobre a modernidade, sobre a ligação de todas as escolas à Internet, enquanto aumenta o insucesso escolar e as dificuldades das saídas profissionais para muitos jovens licenciados.

Em muitas escolas professores e alunos já se davam por muito contentes se, por exemplo, em vez de grandes tiradas sobre a web ou as energias alternativas se resolvesse o problema do aquecimento das escolas, inclusive através de painéis solares! Se fossem resolvidos alguns problemas de segurança e de degradação das instalações.

Em vez de engenharias estatísticas sobre o emprego ou de fórmulas altissonantes sobre a Cimeira da União Europeia em Lisboa a 23 e 24 de Março, o que os trabalhadores gostariam de ver era trabalho com direitos, o fim do trabalho precário e do falso trabalho independente.

Apelamos daqui aos trabalhadores para se incorporarem na Jornada nacional de luta para o primeiro dia da Cimeira, convocada pela CGTP e expressamos também o nosso apoio e disponibilidade para participarmos numa Cimeira Alternativa.

Os interesses poderosíssimos!

São muitos os que afirmam e creio que com razão, que a política económica deste governo poderia ser subscrita no essencial pelos partidos da direita.

A retórica dos discursos não disfarça o conteúdo neoliberal das políticas económicas, nem consegue esconder a crescente concentração de riqueza, nem o crescente domínio do poder económico sobre o poder político.

O défice da Balança Comercial é preocupante, como preocupante é o avanço do capital estrangeiro no domínio de empresas básicas nacionais. E preocupante é também a impunidade e a irresponsabilidade de actos gravosos de gestão.

A impunidade por exemplo, na compra dos comboios pendulares, das derrapagens na JAE, no actual défice da TAP depois do celebrado acordo com a Swissair. Isto é inaceitável.

O Primeiro-Ministro, a propósito do caso Champalimaud, disse que Portugal não era uma república das bananas... Mas a verdade é que milhões do erário público são delapidados alegremente com a impunidade de boys e dos grandes senhores do dinheiro.

O Totta e o Crédito Predial Português já estão nas mãos dos espanhóis. Com a privatização da TAP esta ficará nas mãos dos suíços. Sectores estratégicos como o da Banca e das telecomunicações seguem o mesmo caminho.

O Primeiro-Ministro e o ministro das Finanças continuam a defender o desbaratamento e o leilão de importantes empresas públicas e teorizam que com as actuais fusões e concentrações o grupos financeiros resistirão às "investidas" estrangeiras.

O caso da Galp aí está, mais uma vez a desmentir a retórica governamental.

O ministro das Finanças agrupou numa holding, a Galp, reservas estratégicas de petróleo, a refinação, as infra-estruturas de gás natural e teorizou que esta holding estaria defendida do domínio estrangeiro. Não durou muito. Os italianos da ENI já detêm o seu controlo, conseguindo de uma penada aquilo que não conseguiriam conquistar sem a concentração. E tudo isto à custa do país e do erário público. Há milhões e milhões que continuam a transitar do património público para as mãos de uns poucos.

As privatizações têm sido um fartote de acumulação e de irresponsabilidade. Por exemplo, os accionistas privados da Petrocontrol que tinham investido um valor inferior a 95 milhões desde 1992 ganharam cerca de 100 milhões na venda por 193 milhões pelos seus activos.

Também a privatização do Totta e as peripécias que se lhe seguiram renderam aos espanhóis mais do que o custo, na altura do Centro Cultural de Belém! Os espanhóis e alguns intermediários portugueses encheram os cofres à custa das privatizações.

A comparação entre o preço da privatização de importantes empresas públicas e o preço da sua venda passados poucos anos é significativo das mais valias obtidas à custa do erário público.

Se o Primeiro-Ministro entende que a concentração e centralização do capital é importante para resistir à concorrência e ao controlo estrangeiro de grandes empresas, por que razão é que vai privatizar o Banco Pinto e Sotto Mayor?

A única maneira de Portugal manter importantes alavancas nacionais e uma importante alavanca financeira sob controlo nacional e orientada pelos interesses do país é manter um forte Sector Empresarial Público de empresas básicas e estratégicas e, nesse caso, reforçar o grupo da Caixa Geral de Depósitos.

As mais valias acumuladas por uns poucos com o compadrio do governo à custa das empresas públicas são uma ofensa aos milhares de reformados com pensões degradadas e uma ofensa aos milhares de trabalhadores com o salário mínimo, aos trabalhadores da Administração Pública e aos milhares de trabalhadores que pagam impostos!

Pela mãos de um governo do partido Socialista, Portugal está no "top" dos países da união Europeia em que são maiores as desigualdades sociais e em que é maior a concentração da riqueza.

É por isso que o PSD e o PP dizem que o PS lhes roubou o seu Programa. E é pela crescente concentração da riqueza que cresce também o domínio do poder económico sobre o poder político.

E assim talvez se entenda porque é que a reforma fiscal é sucessivamente adiada, porque é que os medicamentos genéricos têm tido tanta resistência e tão pouca vontade do governo, porque é que o ministro das Finanças já diz que o levantamento do sigilo bancário não é para este Orçamento, ou porque é que certos escândalos morrem sem culpados!

E assim também se compreendem as lamentações do Presidente do PSD de que há gente na oposição a atacar mais o PSD do que o partido do governo.

É que segundo ele há as «tentativas de constituição de um bloco central de influências e de dependências».

Mas não há só a tentação. Há de facto na sociedade portuguesa esse bloco central de influências e de dependências, que cartelizam as impunidades, as irresponsabilidades e as negociatas e que os beneficiários pretendem reforçar...

E é assim que se compreendem as palavras do eng. João Cravinho de que a sociedade portuguesa tem "enormes grupos de interesses sentados à mesa do Orçamento" e que o PS foi incapaz de os vencer e também as palavras do ex-ministro das Finanças, Sousa Franco, de que o "sistema obriga os governantes a não serem muito reformadores, a serem muito cautelosos para não ferir grupos de interesses que obriga, diz ele, a uma "gestão de negociação neocorporativa".

E quem é que tem dado força, dinheiro e poder a esses grupos de interesses tornando-os poderosíssimos? Grupos económicos que fazem com que ministros, no dizer de Sousa Franco, queiram «apenas fazer uma política de despesa para as suas clientelas»?

A política de mão baixa sobre as empresas públicas e o património público, a protecção e o estímulo às actividades especulativas e parasi-

tárias em detrimento da actividade produtiva não tem nada a ver com isto? E o financiamento de partidos por empresas também não? Estamos esquecidos, por exemplo, de como o Champalimaud queria colocar na presidência da Câmara de Mértola um homem de mão devido às grandes extensões de terreno que aí detém?

Mas se se compreende tudo isto, o que já não é compreensível (ou talvez sim) é o silêncio do Sr. Primeiro-Ministro, ou o seu refúgio para fugir ao comentário de que o Eng. Cravinho já explicou o sentido das suas palavras. Talvez!

Talvez tenha explicado e tenha mostrado as razões de fundo por que é que o ministro das Finanças criou mais um grupo para estudar o levantamento do sigilo bancário e por que é que nomeou mais um outro grupo de trabalho para fazer a "síntese das sínteses" das propostas sobre a reforma fiscal.

A síntese das sínteses é que este governo não quer afrontar os poderosos interesses, o capital financeiro e prossegue com a sua política neoliberal, debilitando o aparelho produtivo nacional, agravando os défices externos e as dependências e dando cada vez mais recursos públicos aos tais "grupos de interesses poderosíssimos" na saúde, nas obras públicas, na banca...

Caros amigos e camaradas,

Pela nossa parte não deixaremos de, com firmeza e determinação, dar combate a esta política na Assembleia da República e fora dela, nem perderemos qualquer ocasião para fazer aprovar leis positivas, ou para resolver problemas mesmo que pontuais com grande flexibilidade táctica, trabalhando para que cada vez mais portuguesas e portugueses compreendam que o nosso reforço nos mais diversos planos é fundamental para uma viragem à esquerda na política nacional.

E é com este objectivo que aqui estamos nestas Jornadas Parlamentares.

Financiamento dos partidos exige transparência

O processo legislativo respeitante à definição de regras claras sobre o financiamento dos partidos vai, finalmente, traduzir-se em resultados concretos. A matéria esteve em debate no final da passada semana e daí resultou um consenso em torno de questões fundamentais, que, tudo o indica, culminará hoje com a aprovação na generalidade da proposta de lei do Governo e dos projectos de lei do PSD, PCP, PP e BE sobre financiamento de partidos.

A nota mais saliente da discussão foi mesmo o clima de convergência e entendimento sobre alguns princípios e orientações desde há muitos anos defendidos pelo PCP. Em rigor, até muito recentemente, foi mesmo o único partido a defendê-los. O que explica que, sendo um assunto recorrente no Parlamento (com a presente é a quinta vez que a Assembleia da República o discute), nunca sobre ele tenha sido possível chegar a acordo.

Alguns acontecimentos ocorridos sobretudo no ano passado, como foi o escândalo da JAE, fizeram entretanto evoluir a posição do PS, PSD e CDS/PP. «Finalmente, parece que os princípios e propostas sempre defendidos pelo PCP fizeram vencimento em todos os restantes partidos políticos», sublinhou a propósito o líder parlamentar comunista.

Tais princípios, recorde-se, assentam em quatro pontos, a saber: a ideia de que os parti-

dos são essenciais ao sistema político; a necessidade de total transparência para afastar qualquer suspeição e fortalecer a confiança e a credibilidade do sistema político e do regime democrático; a proibição do financiamento da vida política e dos partidos pelas empresas; a limitação das despesas eleitorais por forma a adequá-las à realidade económica e social do País.

Curioso é verificar que à excepção do diploma do Governo, todos os restantes propõem uma redução substancial dos limites legais das despesas eleitorais. De tal modo que, ironizou Octávio Teixeira, os limites propostos pelo PCP que sempre foram vistos pelo PSD e CDS/PP como enfermando de «uma visão miserabilista das campanhas eleitorais» são hoje largamente reduzidos nos projectos daqueles partidos.

Estranheza, segundo o presidente da formação comunista, ainda no capítulo da redução do limite das despesas eleitorais, não pode deixar de causar também a posição do PS, uma vez que, assinalou, entre a proposta subscrita pelo Governo em 1998 e a actual há uma diferença na ordem dos 70 por cento quanto a esses limites.

As divergências de opinião impõem agora que as mesmas sejam dirimidas em sede de especialidade. Isso mesmo fez questão de sublinhar Octávio Teixeira, deixando claro que para a sua bancada existem quatro questões de prin-

cípio consideradas essenciais, das quais depende o apoio do PCP à futura lei.

Em primeiro lugar, os deputados comunistas recusam a tese de que os partidos políticos são por definição «associações de malfeteiros» - referência à duplicação de auditorias externas às contas dos partidos, que já são feitas pelo Tribunal Constitucional, que o PSD pretende ver consagrada.

Segundo Octávio Teixeira, o PCP não está também disponível para «enxamear a lei de espartilhos burocráticos e administrativos» que, na sua opinião têm como objectivo «dificultar a vidas dos partidos e servir propósitos de chicana política» - referência neste caso à proposta do PP de apresentação prévia e obrigatória de orçamentos das campanhas eleitorais à CNE e de fiscalização dos gastos de campanha pela Inspeção Geral das Finanças.

Em terceiro lugar o PCP «não está disposto a discriminações negativas dos partidos políticos face a outras instituições existentes na sociedade». Isto é, se o sigilo bancário é para ser levantado, que o seja para todas as empresas e não apenas para os partidos.

Por último, a bancada comunista não quer ver esta discussão transformar-se numa espécie de «leilão a ver quem dá mais», como sugere o diploma do CDS/PP, recusando tentações fáceis e demagógicas.

Política de Saúde sem rumo

A deputada comunista Natália Filipe acusou o Governo de, três meses passados sobre a sua nomeação, «continuar sem apresentar qualquer estratégia, qualquer medida, qualquer linha condutora da sua política para a saúde». Em vez do «virar de página» anunciado pela actual detentora da pasta da Saúde, têm-se visto, isso sim, sinais que não prefiguram mudanças para melhor. «A ver pela "limpeza" verificada nos diferentes cargos de organismos sob a tutela do Ministério da Saúde algo nos faz prever que muita coisa pode mudar, mas, infelizmente, para pior», sustentou a parlamentar do PCP.

Estava-se no debate sobre um projecto de lei do PSD propondo medidas para acabar com as listas de espera nos hospitais. Pronunciando-se sobre o diploma, que viria a ser rejeitado com os votos contra do PS (as bancadas do PCP, PEV e BE abstiveram-se e o CDS/PP votou favoravelmente), Natália Filipe distanciou-se

das medidas nele preconizadas, considerando que as mesmas enfermam de uma perspectiva que tem subjacente o não aproveitamento da capacidade instalada no Serviço Nacional de Saúde, em ordem a servir interesses particulares.

«O PCP recusa firmemente um caminho que acentue a divisão dos portugueses em cidadãos de primeira e de segunda», observou a parlamentar comunista, para quem a resolução do problema passa obrigatoriamente pela «separação do privado e do público», e, simultaneamente, pela adopção de medidas que impeçam o desenvolvimento da medicina privada no interior dos estabelecimentos públicos, por medidas que fomentem a exclusividade de funções e, sobretudo, por medidas que garantam a gestão pública de todos os estabelecimentos públicos de saúde, alterando a sua organização e funcionamento.

Para a bancada do PCP, como foi explicado, não está em causa a legitimidade de um sector privado de prestação de cuidados de saúde. «O que defendemos - frisou Natália Filipe - é um sector não parasitário, com regras claras e transparentes de articulação com o sector público.»

Importa perceber, por outro lado, que as listas de espera - «uma realidade absolutamente inadmissível», como sublinhou a deputada do PCP - não são indissociáveis das políticas de saúde de matriz neoliberal desenvolvidas pelos governos do PSD e do PS.

A estas políticas se deve o subfinanciamento crónico do SNS, bem como a falta de condições de trabalho, do mesmo modo que são responsáveis pela precarização dos vínculos laborais, pelo agravamento das desigualdades no acesso aos cuidados de saúde ou pela promoção da promiscuidade entre sectores público e privado, lembrou Natália Filipe.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Por uma Justiça célere PCP propõe Julgados de Paz

Contribuir para uma justiça mais célere, através de uma medida de fundo (e não meramente pontual) na orgânica do sistema judiciário, tal é o sentido de dois projectos de lei do PCP que consagram a criação da figura dos «julgados de paz».

Com estes diplomas, apresentados publicamente em conferência de imprensa na passada semana, a bancada comunista quer operar mudanças visando responder à acumulação e morosidade de processos na Justiça, reconhecido como um dos factores do seu estrangulamento, de que tem resultado a escandalosa prescrição de milhares de processos criminais.

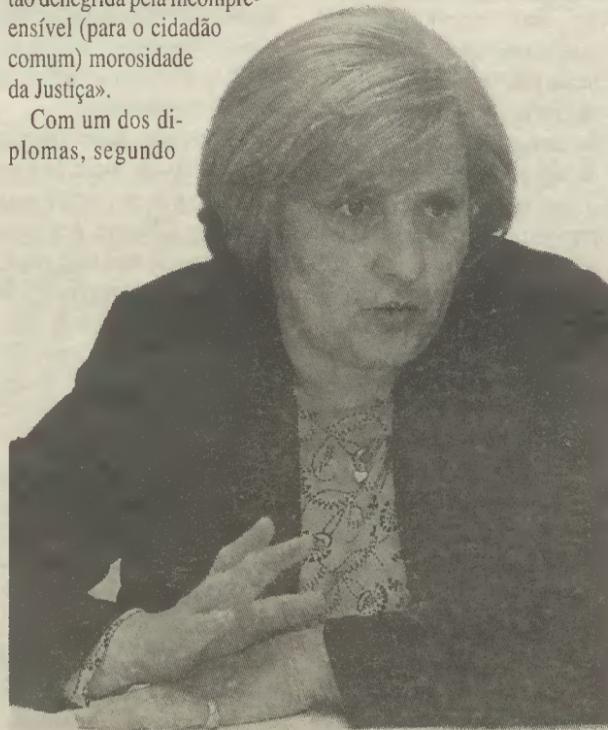
Com a criação dos juizes de paz - magistrados não togados mas licenciados em direito - o Grupo Parlamentar do PCP materializa um dispositivo legal consagrado na última revisão constitucional, embora nunca concretizado.

Não aos paliativos

Num contexto em que a máquina judiciária «está prestes a atingir a situação de ruptura», a criação e instalação dos julgados de paz afigura-se assim como uma medida de fundo capaz de contribuir para superar «a transitoriedade das medidas» aprovadas pelo Governo.

Através de um processo desburocratizado, com as formalidades essenciais para garantir o acesso ao direito, como explicou Odete Santos, os julgados de paz dão um assinalável contributo para a «transparência da Justiça, tão denegrida pela incompreensível (para o cidadão comum) morosidade da Justiça».

Com um dos diplomas, segundo



A morosidade e inércia do aparelho judiciário têm levado à prescrição de milhares de processos criminais

Odete Santos, que estava acompanhada por António Filipe e pelo membro do Comité Central do PCP José Neto, o PCP pretende alterar a lei aprovada no ano passado sobre organização e funcionamento dos tribunais judiciais, tendo em vista consagrar na divisão judiciária do território a Freguesia como sede do julgado de paz.

Nos seus objectivos, este diploma pretende ainda que na

orgânica judiciária se prevejam os julgados de paz como Tribunais de primeira instância, para além dos Tribunais de primeira instância de comarca.

Quem pode ser juiz

No articulado do segundo projecto de lei, o Grupo Parlamentar do PCP estabelece a competência, a organização, o funcionamento e as normas processuais do julgado de paz, que será sempre um magistrado não togado, com mais de 25 anos, eleito em Assembleia Municipal do respectivo concelho, após o Conselho Superior de Magistratura enviar para este órgão autárquico a lista de cidadãos disponíveis e com habilitações para o exercício das funções.

O julgado de paz terá um mandato de três anos, renovável pelo Conselho Superior de Magistratura e, em princípio, administrará a justiça na área da Freguesia em que reside, podendo, no entanto, ter competência sobre várias freguesias agregadas, que assim constituirão um único julgado.

Para o exercício das funções o juiz de paz tem igualmente de possuir nacionalidade portuguesa e não ter sofrido condenação nem estar pronunciado por

crime doloso, para além de provar «estar no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos».

O que faz o juiz

Ainda de acordo com as palavras de Odete Santos, o juiz de paz terá competências em matéria cível e penal, procurando «sempre a composição das partes visando a resolução pacífica do conflito». No capítulo penal, poderá julgar casos punidos com multa, ou com uma pena de prisão até três anos. Sempre que esteja em causa a aplicação de uma pena ou medida de segurança privativas da liberdade, não poderá o processo criminal ser submetido ao juiz de paz.

Em matéria civil, o juiz de paz poderá obter indemnizações por dano cujo montante não exceda a alçada do Tribunal de Comarca, podendo igualmente proceder à entrega de «coisas móveis» cujo valor não exceda a alçada daquele tribunal.

Tendo como preocupação de fundo o estabelecimento de um processo caracterizado pela simplicidade dos actos processuais, O PCP entende que nele «não poderá haver incidentes da instância que não sejam relativos à sua competência», defendendo, por outro lado, que a causa

poderá ser apresentada por escrito em formulário a criar por portaria, ou até mesmo verbalmente. Tendo em vista a simplificação de procedimentos, o diploma da bancada comunista preconiza ainda a não obrigatoriedade da constituição de mandatário judicial, a não ser na fase de recurso e já no tribunal de comarca.

Como não obrigatória é a apresentação de contestação escrita, podendo ser apresentada contestação oral no início da audiência. A contestação escrita deverá ser apresentada até ao início da audiência.

O não comparecimento do réu e simultaneamente a não apresentação da contestação determinam a condenação no pedido, prevê, noutro plano, o diploma comunista, que determina ainda que a sentença será resumidamente ditada para a acta e só excepcionalmente relegada para momento posterior que não exceda os dez dias.

Quanto aos encargos da «Justiça de Paz», como assinalou Odete Santos, no julgamento não haverá lugar ao pagamento de preparos, sendo as custas pagas no final. Havendo recurso, as custas são pagas no Tribunal de Comarca. O cidadão pode, entretanto, requerer, tal como nos outros tribunais, o apoio judiciário.

Justiça à beira do colapso

Os gravíssimos problemas que atravessam o sistema judicial, designadamente a sua morosidade e ineficiência, não se resolvem com medidas casuísticas e de excepção. Foi neste termos que António Filipe, para quem a «Justiça entrou em colapso», apreciou as propostas recentemente anunciadas pelo ministro António Costa para enfrentar o problema das pendências acumuladas e do constante aumento de processos nos tribunais. Os estrangulamentos existentes não se ultrapassam com «fogo de artifício mediático nem com uma deriva casuística destinada a pregar alguns remendos num tecido esburacada», alertou o parlamentar comunista, antes de defender que a Justiça precisa, isso sim, de «medidas estruturais».

Esta posição foi assumida no decurso de um debate de urgência sobre a situação da Justiça requerido pela bancada comunista, que contou com a participação do ministro responsável pela pasta. Marcado por fortes críticas ao Governo, este debate teve na sua base a contínua prescrição do procedimento criminal em sucessivos processos, o mais recente dos quais, atingindo proporções chocantes, é o chamado caso «Aquaparque».

Sinal de alarme

Funcionando como a gota de água que extravasou do copo, este caso, como referiu António Filipe, é um «sinal de alarme quanto ao estado da Justiça em Portugal». «Está em causa a morte de duas crianças - lembrou - e é insuportável pensar que o julgamento sobre eventuais responsabilidades por tão trágico acontecimento não ocorra por atrasos imputáveis ao funcionamento moroso, ou à inércia, do aparelho judiciário.»

E o que suscita fundadas preocupações é o saber-se que este não é um caso isolado. Pelo contrário, como foi demonstrado, as prescrições de processos têm aumentado em número tal na última década que ameaçam tornar-se, se é que não se tornaram já, como frisou António Filipe, «uma rotina decorrente do mau funcionamento do sistema». A testemunhá-lo estão os quase 40 mil processos que terão ficado por julgar entre 1993 e 1998 por terem sido ultrapassados os prazos legais.

As causas para esta escandalosa situação são várias e, do ponto de vista do Grupo comunista, carecem de debate aprofundado. «Não estará o nosso sistema judicial demasiado dependente de for-

malismo endémico que permite eternizar processos com prejuízo para a realização da Justiça? Não será o nosso sistema judicial demasiado permeável a chicanas processuais da parte de quem possui meios económicos para as suportar? A forma como são feitas as inspecções no âmbito do sistema judicial será a mais adequada?», inquiriu, a propósito, António Filipe, procurando ir à raiz do problema.

Quadro negro

De uma coisa, porém, independentemente das suas interrogações, revelou como segura: nenhum sistema de Justiça consegue funcionar com o tipo de problemas que o actual enfrenta. O panorama negro por si traçado a este respeito não deixa dúvidas: 132 mil processos crime parados só no distrito de Lisboa; ausência de

condições mínimas de apoio técnico e administrativo ao trabalho dos juizes; um défice de centenas de funcionários na Polícia Judiciária a que acresce um injustificado atraso de muitos anos na aprovação da respectiva lei orgânica que lhes dê outro reconhecimento profissional; 15 mil perícias por fazer no Laboratório da Polícia Científica; mais de seis mil relatórios de autópsias pendentes nos institutos de medicina legal de Lisboa e do Porto.

Só «medidas estruturais» podem, por conseguinte, na perspectiva do PCP, atacar os problemas de fundo com que se debate o sistema judicial. É o caso da figura dos julgados de paz, agora proposta pela bancada comunista (ver nesta página), como forma de ajudar a desviar dos tribunais de primeira instância «milhares de processos que se encontram acumulados».





Porto Deputados propõem criação de Área Protegida

Dando cumprimento ao compromisso eleitoral de defesa e preservação dos valores ambientais da região, os deputados do PCP pelo círculo do Porto divulgaram, no passado fim-de-semana, o projecto de criação da Área Protegida das Serras de Santa Justa, Pias, Castiçal, Flores e Banjas.

Apresentado e justificado «in loco» pelos deputados João Amaral e Honório Novo e, ainda, pelo professor José Cavaleiro, o jornalista Alfredo Maia e o Chefe de Gabinete dos deputados do PCP/Porto, Pimenta Dias, o Parque Regional do Douro Litoral, com uma área de cerca de 6000 ha, nos concelhos de Valongo, Gondomar, Paredes e Penafiel, e ocupando parte dos vales dos rios Sousa, Ferreira e Mau, será um pulmão fundamental para a densa malha populacional desta região metropolitana.

Com um conjunto de valores naturais e culturais, reconhecidos em diversos estudos promovidos por universidades, institutos de investigação e associações de defesa do ambiente, a sua consagração como Área Protegida permitirá também o melhoramento das aptidões para o recreio e a educação ambiental, bem como a promoção de melhoria da qualidade de vida das populações e o seu desenvolvimento económico através da agricultura biológica, da montanha, apicultura e pecuária.

No sentido do envolvimento das várias entidades na concretização desta iniciativa legislativa, a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP promoveu ontem um Fórum sobre o tema.

CAMARADAS FALECIDOS

Morreu Francisco Louro

Com 80 anos de idade, faleceu no passado sábado, o camarada Francisco Louro.

Militante do Partido desde 1938, Francisco Louro manteve intensa actividade partidária até o seu estado de saúde lhe permitir.

Foi preso pela primeira vez em 1945, tendo passado então cerca de um ano no Forte de Caxias. Libertado, retomou a actividade militante, voltando a

ser preso em 1959. Nessa altura foi condenado a prisão maior e medidas de segurança, cumprindo cinco anos de prisão nas cadeias de Aljube, Caxias, Porto e Paços de Ferreira.

No final dos anos 80, colaborou em «o diário» com um conjunto de crónicas nas quais, numa prosa apurada e reveladora de uma ampla cultura, relatou experiências várias da sua actividade militante.

Egídio Quitério Ribeiro

Com 50 anos de idade, faleceu, no dia 20 de Janeiro, o camarada Egídio Quitério Ribeiro, bancário. Eleito na Assembleia Municipal desde 1976, foi presidente deste órgão desde o mandato de 82 até à data do seu falecimento. Era militante do Partido desde 1977 e deixa dois filhos menores.

Júlia Maria Domingues Alves

Faleceu, no passado dia 19 de Janeiro, com 81 anos de idade, a camarada Júlia Maria Domingues Alves. Era militante do Partido desde 1974 e pertencia à organização da Marinha Grande.

Júlio Manuel de Jesus Baridó

Com 54 anos de idade, faleceu no passado dia 24 de Janeiro, o camarada Júlio Manuel de Jesus Baridó. Era militante do Partido desde 1974 e pertencia à organização da Marinha Grande.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

O «Avante!» em debate Na Amadora a campanha de difusão já começou

«Duplicar a venda do "Avante!" é o objectivo da Comissão Concelhia da Amadora do PCP»: esta foi uma das afirmações produzidas no debate travado na quinta-feira passada, no decorrer do qual cerca de meia centena de camaradas discutiram com o camarada José Casanova a remodelação em curso e a campanha de difusão do nosso jornal.

Na verdade, na Amadora a campanha de difusão já começou. E começou bem: no último mês, informaram os camaradas, «aumentámos as vendas em 20%». Para além disso, está já definido um vasto conjunto de medidas orgânicas visando multiplicar os pontos de venda, com particular preocupação em relação às empresas mas também através de formas inovadoras como sejam, por exemplo, a criação de pontos de difusão em casas de camaradas e casas comerciais. Ali mesmo foi referido um exemplo concreto: «Contactei 20 pessoas das quais 16 decidiram passar a comprar semanalmente o «Avante!» - informou uma camarada, acrescentando que os novos compradores irão levantar o jornal ao seu estabelecimento. Como ajuda ao êxito da campanha de difusão foi sugerida a ideia de o jornal fazer um concurso - não um concurso com as características dos habituais na restante comunicação social mas sim «à nossa maneira».

Uma questão repetidas vezes sublinhada foi a da necessidade de ler o «Avante!» e de fazer sentir essa necessidade aos muitos camaradas que não o lêem, demonstrando-lhes a «importância política que o jornal tem para o nosso trabalho». «O «Avante!» é um jornal com um conteúdo muito rico»; «É um excelente jornal e tem tido uma evolução muito positiva»;

«O «Avante!» tem evoluído muito positivamente mas precisa, ainda, de ser mais «solto». Sendo o órgão central do Partido tem que falar mais do socialismo, da sociedade que nós preconizamos»; «Tem um conteúdo muito rico. É pena que muitos camaradas não o leiam»: «A informação em Portugal é idêntica em todos os jornais. O «Avante!» faz a diferença: quem não o ler não saberá, de facto, muito do que se passa em Portugal e no Mundo» - estas foram algumas das opiniões sobre o nosso jornal expressas no decorrer da reunião.

A remodelação do «Avante!» foi amplamente debatida e, à semelhança do que tem acontecido noutras reuniões, muitas das opiniões emitidas estão já contempladas no projecto de remodelação em curso. No entanto, foi sublinhada a necessidade de dar mais atenção aos problemas da juventude e de, sempre que possível, fazer «pequenas entrevistas com jovens sobre questões que lhes dizem respeito e sobre questões de actualidade». Igualmente foi defendida mais e melhor informação sobre as regiões e sobre o trabalho autárquico; a publicação regular de pequenas biografias de figuras do movimento comunista e de histórias da História do Partido; a abertura de uma secção de correio do leitor.

Alhandra

«Que o «Avante!» continue a traduzir a opinião do colectivo partidário.» Esta foi uma das mais fortes aspirações que marcaram o debate realizado na sexta-feira passada, no Centro de Trabalho de Alhandra, também com a participação do director do nosso jornal e de mais trinta camaradas.

«Estou muito de acordo com os camaradas de Viana do Castelo.» Assim se iniciou este debate em Alhandra. A afirmação vale por si, mas vale, essencialmente, por ser reveladora da importância de, através da leitura do «Avante!», os camaradas tomarem conhecimento de opiniões, propostas e críticas produzidas por outros camaradas.

Também em aqui, muitas das ideias e sugestões sobre a remodelação e a campanha de difusão coincidem com as que foram expressas noutras reuniões. Um camarada chamou a atenção para a importância que, na sua opinião, tem a primeira página do jornal e para os cuidados especiais que ela exige e deu alguns exemplos de pequenas notícias que deveriam ser publicadas e muitas vezes não o são. O editorial, a página três, o talhe de foice e alguns artigos de opinião - nomeadamente os de Miguel Urbano e Manoel Lencastre - merecem as preferências de vários camaradas. Um camarada afirmou que «raras vezes leio o editorial, não me dá jeito ler a segunda página». Outro camarada propôs que o editorial passasse para a terceira página. Um jovem sublinhou a necessidade de o jornal referir com mais frequência aspectos da luta antifascista para que «saibamos como foi» e defen-

Esclarecimento necessário

Uma notícia da Lusa publicada por alguns jornais atribui ao director do «Avante!» uma afirmação que, por não corresponder à realidade, é necessário desmentir. Segundo a referida notícia, Casanova terá avançado à Lusa (que) «o «Avante!» assume-se como um espaço crítico da própria direcção do partido». Por vezes, em situações deste tipo, é costume invocar-se «o contexto» em que determinada afirmação é feita. Neste caso, no entanto, nem fora nem dentro de qualquer contexto tal afirmação foi produzida. Como é óbvio.

deu que o «Avante!» deveria abrir-se mais à abordagem de temas susceptíveis de atrair outros leitores não comunistas. «O que é essencial é que o «Avante!» seja sempre o nosso jornal, marque claramente aquilo que é o nosso Partido e aquilo que nós, comunistas, defendemos», observou outro camarada. Vários camaradas referiram a importância da abertura de uma secção de «correio dos leitores», de uma maior atenção aos temas locais, e de uma maior ligação da Festa do «Avante!» com o jornal que, afinal, dá o seu nome à Festa. Foi ainda feita uma referência crítica ao facto de, com frequência, o mesmo tema ser abordado por dois ou três camaradas no mesmo número do jornal.

Quanto à campanha de difusão, que terá início a 17 de Fevereiro com uma venda especial do primeiro número remodelado, estão em estudo várias iniciativas. Há, no entanto, a opinião generalizada de que o êxito da campanha passa inevitavelmente pelo empenhamento da organização do Partido e por um trabalho de demonstração da importância da leitura do «Avante!» com meio de aquisição do conhecimento e da informação indispensáveis para o trabalho partidário.

Preços de telecomunicações móveis e acesso à Internet PCP reclama eliminação de aumentos

Os aumentos decretados pela Optimus e Telecel para as comunicações entre a rede fixa e as suas redes, mereceram, na segunda-feira, a condenação da Coordenadora do PCP para as Telecomunicações/Auto-estradas da Informação.

«A pretexto da introdução da tarifação ao segundo, a partir do primeiro minuto», diz o PCP, «foi estabelecido um preço por minuto que leva a que uma grande parte das chamadas, que são de curta duração, passe de 20\$00 para 75\$00 (Telecel) e para 79\$00 (Optimus) por cada chamada até um minuto, aplicando-se a partir daí a tarifação ao segundo», chegando os aumentos a atingir os 275% e 295%.

O PCP considera, ainda, «inaceitável» o facto de não ter havido uma informação prévia ao utente que, ao ligar da rede fixa para um telemóvel de uma destas redes, está «a ser taxado quase quatro vezes mais do que no mês anterior, sem o saber».

Assim, o PCP reclama ao Governo e ao Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) que «instituem e façam cumprir normas que impeçam o aumento dos preços sem prévia informação aos utentes». E exige que estes aumentos «sejam eliminados e que a facturação daí resultante durante o mês de Janeiro não seja aplicada, ou seja procedida a sua devolução caso já tenha sido cobrada».

Também a alteração introduzida no tarifário de acesso à Internet

- plano Yes Net -, tendo como consequência um aumento muito grande dos preços, merece a desaprovação do PCP.

A título de exemplo, os comunistas afirmam que «uma ligação à Internet no período chamado económico de 6 minutos e 40 segundos (um impulso em 1999) que custava 8\$70 mais IVA, com as alterações introduzidas (9\$00 para os primeiros três minutos e 1\$41 por minuto taxado ao segundo a partir daí) passou a custar este ano 14\$17 mais IVA, isto é, um aumento de 62%».

Ou seja, as alterações foram feitas de forma que os grandes agravamentos de preços se verifiquem exactamente no período chamado económico, o de grande utilização da Internet, e que a partir de um certo tempo de utilização «o plano Yes Net que se destinava a facilitar o acesso à Internet, fique mais caro que os planos tarifários das simples chamadas locais».

Tais aumentos de preços são «contrários à tão propalada difusão do acesso à Internet» e têm, por isso, que ser alterados «de forma a criar condições para a sua efectiva democratização», defende o PCP, sublinhando a necessidade de uma nova política para as telecomunicações/auto-estradas da informação, «baseada não nas privatizações e nos critérios do máximo lucro, mas numa lógica de serviço público, nos interesses do povo português e do desenvolvimento do País».

José Moreira

A força de um exemplo

Em Janeiro de 1950, devido a uma denúncia, agentes da PIDE assaltaram, em Vale do Paço, Torres Novas, a casa onde vivia José Moreira, destacado militante comunista responsável pela ligação das tipografias clandestinas.

As tipografias clandestinas do PCP eram então um dos alvos preferidos da PIDE, que, entre 1945 e 1949 não havia conseguido localizar qualquer uma. Com a prisão de José Moreira cresceu a confiança daquela sinistra corporação de finalmente deitar a mão a um dos principais meios de que o Partido dispunha para levar a sua palavra aos trabalhadores e às massas populares.

Uma confiança que depressa se desvaneceu, pois José Moreira preferiu morrer a fornecer qualquer informação à PIDE ou denunciar um que fosse dos seus camaradas. E, apesar de torturado até à morte, nada disse.

Para encobrir o seu crime, a PIDE decidiu encenar um «suicídio» e, poucas horas depois da morte de José Moreira, atira o seu corpo do 3.º andar da António Maria Cardoso.

Nascido em Vieira de Leiria, em 1912, José Moreira foi, poucos anos depois, trabalhar para a Marinha Grande como operário vidreiro, sendo nessa condição que foi formando a sua consciência política e de classe. Num tempo então marcado por duras condições de trabalho e simultaneamente por um grande espírito revolucionário do operariado.

Em 1945 torna-se funcionário do Partido e passa à clandestinidade, onde se manteve até ao final dos seus dias, trabalhando no aparelho da imprensa.

A impressão e difusão das publicações do Partido eram tarefas realizadas em condições extremamente duras e difíceis, só possíveis de realizar com uma dedicação sem limi-

tes, grande espírito de iniciativa e muita imaginação.

Muitas barreiras e dificuldades tinham que ser vencidas para que a imprensa do Partido cumprisse o seu papel de apoio e dinamização da luta popular e antifascista, desde a aquisição do papel até à distribuição das publicações. Tratava-se de uma tarefa muito arriscada que exigia discrição, eficácia e pontualidade e uma coordenação perfeita, envolvendo muitas militantes e funcionários.

José Moreira acompanhava todas as fases do trabalho. A primeira tarefa era a distribuição do papel e das tintas pelas tipografias. Seguiu-se-lhe a recolha dos textos da Direcção do Partido e a sua entrega nas tipografias para impressão. Por fim, era necessário retirar os materiais impressos e fazê-los chegar à organização do Partido, aos trabalhadores, às massas populares.

Por razões de segurança, os encontros e entregas dos materiais impressos, designadamente do «Avante!», eram feitos em locais distantes quer das tipografias quer das zonas a que se destinavam, exigindo, por isso, múltiplas deslocações, normalmente feitas de bicicleta.

José Moreira (o camarada «Lino») chegava a fazer 2500 km por mês em cima da sua «pasteleira», para assegurar o cumprimento de uma tarefa que era de vital importância para o Partido.

Militante extremamente dedicado, com grande espírito de sacrifício e de iniciativa, firme, disciplinado e rigoroso na observância dos cuidados conspirativos, José Moreira era um homem de grande dimensão humana que se manifesta-

va na compreensão, estímulo e apoio que dava aos quadros que trabalhavam nas tipografias em condições de grande isolamento.

Para que continuasse a bater «o coração da luta popular», como então se chamava às tipografias, deixou de bater o coração de José Moreira, no dia 23 de Janeiro de 1950. Para defender o Partido, para que o «Avante!» pudesse prosseguir o seu trabalho de informação, denúncia, estímulo e confiança no êxito da luta contra a exploração.

Hoje são bastante diferentes as condições em que a luta se desenvolve. Menos duras e com menos riscos, naturalmente. Mas, ainda que revestida de outras roupagens e assumindo novos contornos, a exploração persiste. De uma forma menos visível mas não menos intensa. Por isso, impõe-se aos comunistas tomarem em mãos o exemplo que José Moreira nos legou: continuar a levar a voz do Partido aos trabalhadores e ao povo português, informar com verdade, denunciar as ofensivas do grande capital e os atropelos à democracia, dinamizar a luta por uma sociedade de paz e de progresso.

Há 50 anos o assassinato de José Moreira

A propósito do aniversário da morte de José Moreira, há 50 anos assassinado pela PIDE, António Dias Lourenço prestou ao «Avante!» o seguinte depoimento:

Precisamente no dia 23 de Janeiro de 1950, o corpo de José Moreira, torturado até à morte pelos torcionários da PIDE, foi lançado do 3.º andar da Rua António Maria Cardoso para o pátio interior daquele antro policial.

Os anos de 1949 e 50 são marcados por uma das mais ferozes ofensivas do aparelho policial terrorista do regime fascista de Salazar. Vários destacados lutadores perderam a vida.

Nas celas da Penitenciária, Militão Bessa Ribeiro é criminosamente deixado morrer em greve de fome de protesto contra os tratamentos prisionais da PIDE; Alfredo Lima é abatido a tiro em Alpiarça pelas forças repressivas numa manifestação de reivindicações e protesto; numa das camaratas de Caxias, Calos Pato morre agarrado às grades em resultado da criminosa falta de assistência clínica; Venceslau Ferreira e Gervásio Costa caem sob as balas das forças repressivas.

José Moreira, operário vidreiro na Marinha Grande, nascido em 1912 em Vieira de Leiria, que havia dedicado toda a sua vida ao trabalho clandestino do PCP, um esforçado lutador que tinha à sua responsabilidade a parte fundamen-



tal das tipografias ilegais e o aparelho de distribuição da imprensa partidária é atirado morto, num cenário de suicídio, do célebre «3.º andar da PIDE», após selváticas torturas, três horas depois do seu falecimento, verificado pelos médicos legistas do Instituto de Medicina Legal, chamados pela polícia à sede da António Maria Cardoso.

Desconhecidas a sua prisão e assassinato até vários dias depois de ocorridos, o facto de tudo o que era do seu conhecimento ter continuado em funções e nenhum dos camaradas que com ele contactavam na clandestinidade ter sido tocado pela PIDE, constituiu a prova mais cabal de que José Moreira, torturado até à morte, se recusara a denunciar a localização das tarefas da sua responsabilidade.

Na negra noite de 48 anos de terror fascista, naquele dia de há 50 anos, mais um heróico combatente comunista e patriota, filho do povo trabalhador, tombou às mãos dos assassinos da PIDE.

José Moreira ficou pelo caminho, outros o continuaram e continuarão nas estradas do futuro.

Açores

Ultraperiferia é uma prioridade

O coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, defendeu recentemente, na Horta, que a presidência portuguesa da UE avance com o processo de elaboração das medidas específicas de carácter permanente para as Regiões Ultraperiféricas.

«Não é suficiente promover-se um debate sobre este tema», diz José Decq Mota, acrescentando «que o facto de Portugal ter duas Regiões Ultraperiféricas no seu território deveria motivar uma profunda atenção a este problema por forma a que,

com a maior rapidez sejam criadas as referidas medidas específicas.»

O PCP/Açores condenou igualmente a actual prevalência de medidas que visam pagar para que se produza menos e lembrou que a agro-pecuária açoriana é a base da economia produtiva da Região Autónoma.

Na sequência desta tomada de posição, o deputado regional Paulo Valadão apresentou, na sessão legislativa de Janeiro da Assembleia Legislativa Regional, uma declaração política do PCP/Açores, na qual formaliza a pretensão da presidência por-

tuguesa tratar, com prioridade, as questões de ultraperiferia.

Compensações aprovadas

Também por iniciativa do deputado do PCP/Açores, a Assembleia Legislativa Regional aprovou por unanimidade, no passado dia 21, uma Proposta de Resolução que visa a criação de compensações aos pescadores do atum da frota açoriana, pela má safra de 1999.

De facto, a safra do atum no ano passado foi a pior dos últimos 20 anos, gerando soldadas

muito abaixo da média. Esta quebra de rendimento nesta pesca provocou sérios problemas socioeconómicos nalgumas comunidades piscatórias.

Face, pois, à inexistência na Região de quaisquer mecanismos de compensação pelas más safras, a Representação Parlamentar do PCP apresentou, com processo de urgência e dispensa de exame em Comissão, uma proposta de Resolução na qual recomenda ao Governo Regional a criação urgente de compensações, a estabelecer depois «de um processo expedito de consulta aos sindicatos do sector».

Sines

Saúde vai de mal a pior

O Ministério da Saúde continua a ignorar a grave situação da saúde no concelho de Sines, assim como os protestos dos utentes, as intervenções da autarquia e as notícias da imprensa local sobre a mesma.

A propósito, a Organização Concelhia de Sines do PCP lembra que desde a transferência do antigo Hospital para as instalações da ex-Casa dos Pescadores, nos anos 70, quando implantou em Sines um grande complexo industrial, nunca mais o Ministério da Saúde se preocupou com as condições de saúde da população. Até as actuais instalações foram proporcionadas pela Câmara Municipal que gastou trinta mil contos na ampliação e adaptação do edifício da Cometa, cuja renda vem

suportando há longos anos. Mas as queixas são inúmeras: horário do Centro de Saúde (12 horas apenas); quadro de médicos reduzido; esperas de meses para consultas de especialidade...

Entretanto novos investimentos são anunciados para Sines - Terminal de Contentores, Gás Natural, novas indústrias, grandes obras na Refinaria -, pelo que o número de trabalhadores nos próximos anos poderá ser de cinco mil, agravando consideravelmente, no futuro, a situação já hoje existente ao nível da saúde.

Juntando, pois, a sua voz à de milhares de sinienses, o PCP reclama dos responsáveis locais e regionais do Ministério da Saúde que se comprometam a resolver a situação.

Instabilidade social em Aveiro

A Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP está preocupada com as graves repercussões sociais da política do PS, «causadoras da crescente instabilidade que se vive hoje em muitas fábricas da região».

Aliás, a difícil situação em que se encontram algumas importantes unidades industriais do distrito, levou o Grupo Parlamentar do PCP a questionar recentemente o Governo sobre a situação existente designadamente nas empresas CALIFA e Martins & Rebelo.

Em relação à firma têxtil Carlos Teixeira da Silva Filho (Califa), sediada em S. João da Madeira mas com filial em Ovar, o deputado Vicente Merendas, após referir o prestígio desta firma, exige do Ministério da Economia respostas

concretas sobre a sua efectiva viabilização e a salvaguarda dos cerca dos seus 300 postos de trabalho.

Quanto à fábrica de lacticínios de Vale de Cambra, Martins & Rebelo, no requerimento que apresentou ao Governo, o deputado João Amaral descreve as dificuldades e incertezas por que esta unidade quase centenária está a passar, sobretudo os seus 80 trabalhadores, que neste momento se encontram com mais de 30 mil contos de salários em atraso. Simultaneamente, o deputado comunista questiona os ministérios da Economia e do Trabalho sobre as medidas adequadas para solucionar a grave situação financeira da empresa, de forma a assegurar a sua futura viabilização e manter os respectivos postos de trabalho.

TRABALHADORES

Trabalhadores interpelam Murteira Nabo Plenário da Telecom amanhã em Lisboa

É urgente tomar medidas para impedir que a administração da Portugal Telecom atinja os seus «objectivos nefastos», expressos numa operação de reengenharia que apresenta como efeito mais visível o ataque à estabilidade de emprego, aos direitos dos trabalhadores e ao Acordo de Empresa em vigor.

A resposta à administração é o principal tema do plenário, convocado para amanhã, a partir das 14 horas, no Pavilhão Carlos Lopes, pela Comissão de Trabalhadores da PT e nove estruturas sindicais.

Num plenário regional, realizado dia 20 no Porto, o presidente da Comissão Executiva da PT foi directamente visado como destinatário da exigência de «reabertura do diálogo que possibilite o debate franco e aberto sobre a situação social na empresa».

A moção, aprovada no Porto por unanimidade e aclamação, exige «a contratualização das medidas que se entendam por necessárias ao bom desempenho da PT face aos perigos reais da

concorrência, sem pôr em causa os postos de trabalho e os direitos dos seus recursos humanos, vertidos na lei e no AE». O problema é que, na passagem de actividades da PT para novas empresas participadas, a administração exige que os trabalhadores dos sectores afectados aceitem contratos de suspensão ou de cedência, em termos que não garantem o usufruto futuro dos actuais direitos e regalias, e põe mesmo em causa a subsistência do posto de trabalho na empresa-mãe, enquanto proclama que qualquer trabalhador «cedido» à PT Prime ou à IBM (serviços informáticos) poderá sempre regressar.

«Hoje são centenas com contratos de cedência, ama-

nhã seriam milhares e daqui a alguns tempos seriam todos os trabalhadores da PT sem AE», alerta o Sinttav/CGTP, no apelo à participação dos seus associados no plenário de amanhã.

Urgente

Na moção do Porto os trabalhadores reclamam «medidas urgentes que ponham termo às situações de chantagem e de pressão psicológica que as chefias vêm exercendo sobre os trabalhadores que recusam abandonar a empresa». Entre outros actos, denuncia-se a retirada de funções a trabalhadores e o ataque aos direitos sociais, com o encerramento de cantinas, meses, bares e infantários. Entretanto, denunciam os trabalhadores, a administração prossegue a desorganização de serviços e departamentos, «pondo em risco a capacidade de resposta às necessidades dos clientes, com a inerente degradação da

imagem da empresa», a que se junta a «crescente» entrega de trabalho a empreiteiros, «com consequências negativas na qualidade do serviço e no aproveitamento das capacidades técnicas dos trabalhadores da empresa».

De Murteira Nabo e da administração a que preside por nomeação do Governo, os trabalhadores do Grande Porto exigiram «a negociação dos termos e condições dos contratos de cedência, de modo a garantir a colocação e a atribuição de funções a todos os trabalhadores que regressem à actual «PT, SA» ou a outra que legalmente lhe suceda».

Reclamam também que o Acordo de Empresa em vigor (da «PT, SA») seja integralmente aplicado aos funcionários cedidos ou a ceder às empresas do grupo, «caso contrário, os trabalhadores responderão com formas de luta adequadas à defesa dos seus legítimos direitos».



O Governo recusou as propostas sindicais para combater a burocracia e reduzir as despesas (foto de arquivo)

Liberalização nos notários criará «caos social»

As medidas aprovadas nos últimos dias pelo Governo para o sector do notariado «vão criar um caos social de difícil solução», preveniu o Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado. O conselho directivo da Secção Norte do sindicato, analisando as conclusões do Conselho de Ministros da semana passada, diz seguir com apreensão a movimentação do Governo, no sentido de entregar actos notariais a outras entidades (advogados, solicitadores, secretários das empresas, estações de CTT).

Na sexta-feira passada, foram anunciadas pelo Governo medidas que apontam para reduzir em 25 por cento a necessidade de recorrer aos notários. «Ao retirar-se o controlo preventivo notarial, a montante do processo, apenas resta o do conservador, a jusante, que só pode sancionar o que está escrito», afirma o sindicato, em nota citada pela Agência Lusa. Ora, o conservador «não tem meios para assegurar que as formalidades com que o notário, por lei e para a segurança do comércio jurídico, reveste certos actos, tenham sido cumpridas pelo secretário da sociedade, ou pelo chefe dos CTT», pelo que, «quando o documento pobre de legalidade chega ao conservador de Registo Comercial, já é tarde para impedir que o interesse dos utentes (o interessado e terceiros) seja prejudicado». A esta «vítima da desburocratização» só resta o recurso aos mais que atribulados tribunais portugueses», sublinha o sindicato.

Novos e vazios

A Secção Norte do Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e Notariado questiona também a intenção do Governo de criar cartórios específicos para o sector comercial, pois à partida retirar-lhes os actos notariais. Há anos que o sindicato, os notários e os conservadores – acrescenta-se na nota – «reivindicam a criação de mais cartórios e conservatórias, providos de mais funcionários com formação adequada», e «uma melhor gestão das verbas avultadas arrecadadas pelos cartórios, começando por serem prioritariamente reaplicadas na reforma dos serviços que as criam».

«Se as verbas não têm servido para renovar o sistema, agora o Governo vai retirá-las da Saúde ou do IRS? Com que verbas tenciona o Governo abrir mais 50 cartórios e provê-los de pessoal, se com estas medidas vem diminuir as receitas dos actuais cartórios», questiona Cândida Bulhões, conservadora e notária em Penela, e dirigente sindical. Para a organização sindical, estas «são perplexidades de quem vê, por dentro, que estas medidas, ilusoriamente dirigidas no sentido de desburocratizar e embaratecer os actos notariais, vão criar um caos social de difícil solução».

Ao anterior e ao actual ministros da Justiça, o sindicato apresentou um conjunto de propostas para reformar, desburocratizar e embaratecer actos, mas nas medidas anunciadas pelo Conselho de Ministros, apenas encontra o fim da exigência de escritura pública para a dissolução de sociedades. O fim de práticas burocráticas do «Resumo de Escrituras», a eliminação da competência do protesto de letras e a redução dos preços das escrituras públicas de actos comerciais foram algumas das propostas não acolhidas pelo Governo. O sindicato interroga-se sobre a competência atribuída à «figura mítica» do secretário das empresas, e coloca muitas reservas relativamente à facilidade com que poderá ser feita a alteração de determinados pactos sociais das empresas.

Resposta sindical na grande distribuição

À «violação sistemática das normas contratuais e legais» nos super e hipermercados, os trabalhadores respondem com «uma crescente e cada vez mais activa e interveniente acção sindical», salientam os sindicatos do sector, que preparam um encontro nacional para os dias 9 e 10 de Fevereiro.

A iniciativa das estruturas da CGTP no comércio (CESP e CESNorte) decorrerá de forma descentralizada, em Lisboa (dia 9, no auditório da sede do sindicato) e no Porto (dia 10, no Hotel Beta), com participação de trabalhadores, delegados e dirigentes sindicais. Em debate vão estar – refere um comunicado conjunto distribuído sexta-feira – as alterações em curso na grande distribuição, uma vez que as fusões, aquisições e integrações suscitam grande preocupação quanto à redução de efectivos e à insegurança e instabilidade laboral, «que as experiências anteriores, todas, exaustivamente comprovam».

Vão igualmente ser discutidas as reivindicações, salariais e outras, nomeadamente quanto à sua concretização a nível de cada empresa e grupo e na revisão do contrato colectivo, aplicável a mais de 50 mil trabalhadores.

Na caracterização da política social dos grandes grupos que dominam o sector, os sindicatos denunciam a «procura desesperada» de redução de

custos de mão-de-obra, de aumento da produtividade e de crescimento dos resultados financeiros. Sem deixar de fora muitos quadros médios e superiores, tal política atinge sobretudo operadores, promotores e repositores, que na sua maioria são mulheres que não vêem respeitados direitos como a licença por maternidade ou o aleitamento dos filhos; cerca de metade, está com vínculos precários e em trabalho a tempo parcial; auferindo salários que rondam os cem contos, confrontam-se ainda com não pagamento de trabalho suplementar e desrespeito das normas sobre horário, férias, feriados e faltas.



É preciso travar os atropelos patronais (foto de arquivo)

Contestada nova lei para as discotecas

A nova legislação que regulamenta, desde 17 de Janeiro, a actividade das discotecas, não vai resolver os problemas existentes e prevê um sistema de vigilância que é ilegal, uma vez que põe em causa direitos e liberdades fundamentais dos trabalhadores e dos clientes (privacidade, imagem, reserva de intimidade, personalidade, etc.) – afirma o Sindicato da Hotelaria do Norte.

Numa nota que divulgou na semana passada à comunicação social – e onde critica o facto de, na abundante divulgação do novo regime legal não ter sido transmitida a posição dos trabalhadores, que também não foram ouvidos pelo

Governo –, o SHN/CGTP defende que «os problemas de fundo das discotecas não são aqueles que, em geral, são apontados quer pelo Estado quer pelos patrões».

O sindicato recorda que «a maioria destes estabelecimentos funciona ilegalmente, sem licenças, com falta de condições de higiene, falta de iluminação nos circuitos de evacuação, portas de emergência fechadas, sistemas automáticos de detecção de incêndios inoperantes, extintores fora dos prazos de validade, excesso de lotação, utilização de materiais altamente inflamáveis». Acresce que «praticamente todo o trabalho prestado é ilegal e clandestino».

TRABALHADORES

A 23 de Março, nos Jerónimos Sindicatos preparam «recepção» à Cimeira da UE

Dinamizar a acção reivindicativa nas empresas, evidenciar os problemas reais dos trabalhadores e reforçar a organização sindical são as linhas de acção privilegiadas pelas estruturas da CGTP, na preparação da jornada nacional que vai assinalar o início da Cimeira Europeia de Lisboa.

A responsabilidade «pelo encerramento de empresas, pelo flagelo do desemprego (apesar de todas as cosméticas realizadas para melhorar os números), pela condução de trabalhadores para uma situação de exclusão social» cabe à política de cariz neoliberal que o Governo prossegue e que, «ao privilegiar a convergência nominal, continua a desfavorecer a vertente social e humana, apoiando e beneficiando escandalosamente o capital, em detrimento da melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras».

A acusação foi feita na semana passada, no plenário de representantes de trabalhadores do distrito de Lisboa, convocado por iniciativa da USL/CGTP e da CIL (coordenadora das comissões de trabalhadores). Na resolução aprovada dia 19, acusa-se ainda tal política de manter os baixos salários e um nível «elevadíssimo» de precariedade, que no distrito atinge cerca de 30 por cento da população empregada.

Para as organizações representativas de trabalhadores de Lisboa, «Portugal precisa de uma outra e nova política», que privilegie a promoção de emprego estável e bem remunerado e que combata o desemprego e a precariedade, consideradas como «condições essenciais para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e a modernização do País». Depois de apontar outras medidas políticas

necessárias, a resolução destaca, na intervenção imediata das ORTs, a mobilização dos trabalhadores para participarem na manifestação nacional que a CGTP promove dia 23 de Março, com concentração às 14.30 horas, junto ao Mosteiro dos Jerónimos.

Dinamizar a acção reivindicativa e promover o reforço da organização são outras orientações contidas na resolução do plenário de ORTs.

Também no dia 19, em Aveiro, esteve em foco a acção de 23 de Março, nos Jerónimos, «contra a precariedade, emprego de qualidade». No plenário distrital de sindicatos foi decidido participar «activamente» na manifestação em Lisboa. Além de, como nas demais regiões e sectores, proceder a um levantamento da situação social do distrito, a União dos Sindicatos de Aveiro decidiu realizar também uma acção pública regional com aquele tema.

No plenário – que registou «sinais pouco tranquilizantes em muitas matérias» laborais e salientou a importância de uma acção reivindicativa planificada a partir



Apesar das estatísticas e declarações oficiais cor-de-rosa, os problemas reais dos trabalhadores motivam protestos e lutas (foto de arquivo)

das empresas – foi fixado o dia 7 de Abril para a realização do 6.º Congresso da USA/CGTP, que terá como lema «Valorizar o traba-

lho, lutar por direitos, reforçar a organização».

Hoje à tarde reúne no Porto o plenário distrital de dirigentes,

delegados e activistas sindicais, em cuja ordem de trabalhos tem lugar de destaque a participação na jornada de 23 de Março.

Fesete/CGTP-IN exige salários e legalidade

O plenário nacional de sindicatos dos têxteis, lanifícios, vestuário, calçado e peles, realizado terça-feira no Porto, terminou com uma deslocação ao Ministério do Trabalho, para protestar contra o bloqueamento patronal da negociação colectiva, que impede melhorias salariais significativas, e para exigir que a lei das 40 horas e os direitos dos trabalhadores sejam respeitados nas empresas.

Manuel Carvalho da Silva participou no plenário, na concentração na Rotunda da Boavista e na manifestação até às instalações no Porto do Ministério do Trabalho.

«Os salários dos trabalhadores portugueses estão muito baixos, mas nestes sectores são de miséria», sublinhou o secretário-geral da CGTP, frisando que não há razões económicas que justifiquem este «clima de exploração desenfreada». Imputou responsabilidades ao patronato, que tem «uma perspectiva imediatista de sacar lucros a qualquer custo e no mais curto espaço

de tempo», e ao poder político, que não actua no pressuposto de que «o crescimento dos salários é factor de desenvolvimento».

Nos documentos aprovados no plenário da Fesete (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal), informa a Lusa, exige-se a intervenção do Governo na resolução dos conflitos contratuais, «de modo a ser garantido o exercício do direito à negociação colectiva e impedir o agravamento das condições de vida» dos cerca de 300 mil trabalhadores do sector. «Com os processos de negociação contratual em desenvolvimento nos diferentes sectores de actividade, o patronato tem vindo a assumir uma postura de bloqueio da negociação, propondo míseros «aumentos salariais» que se situam na ordem dos 50 escudos (0,25 euros) por dia para quem tem ordenados líquidos iguais ao salário mínimo nacional ou a um desempregado», protesta a federação.

Ano do idoso

Hoje à tarde, em Lisboa, a Inter-Reformados e a CGTP levam a cabo um debate sobre a forma como decorreu em Portugal o Ano Internacional das Pessoas Idosas. A Inter pretende também analisar «o que importa fazer para, de futuro, dar satisfação aos problemas e carências que continuam a afligir a população idosa portuguesa», situando os mais graves aos níveis da protecção social e da saúde. Na iniciativa intervêm Carvalho da Silva, Fernando Marques (economista) e Dulce Cabete (enfermeira).

Kallen

Deslocam-se hoje ao Ministério da Economia trabalhadores das Confeccções Kallen, de Alenquer, que vêm reclamar medidas urgentes e adequadas para garantir o respeito pela legalidade e pelos seus direitos, face ao abandono da empresa pelos seus titulares. Em dívida estão os salários de Dezembro e o subsídio de Natal. Os vários ministérios contactados pelo Sindicato dos Têxteis do Sul não responderam aos pedidos de audiência.

Norporte

Para pagar a outros credores, que não os trabalhadores, foram retiradas máquinas das instalações da Norporte na passada sexta-feira, pouco antes de uma reunião da direcção do Sindicato dos Têxteis do Sul com o secretário de Estado, Vítor Ramalho, junto do qual pretendeu averiguar os motivos por que se arrasta desde Julho o problema daquela empresa, com 450 empregados.

Pescadores

Inicia-se hoje o processo eleitoral para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte, a que concorre uma única lista. Várias assembleias eleitorais, a decorrer até dia 31, proporcionarão também ocasiões para discutir com os pescadores os problemas vividos no sector, com destaque para o «roubo» feito no pagamento do subsídio de Natal, e para apontar medidas de luta.

Viação

Mais de uma centena de técnicos juristas da DGV estão ameaçados de despedimento pelo Ministério da Administração Interna e a Direcção-Geral de Viação, que pretendem assim culminar «um processo recheado de ilegalidades», denunciou o Sindicato da Função Pública da Zona Centro.

Emprego

Nas Pirites de Aljustrel o Governo pode e deve dar expressão efectiva a medidas de emprego que já tardam, recorda o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira, ao anunciar que ia ter lugar, na segunda-feira passada, mais uma reunião com o secretário de Estado adjunto do ministro da Economia, do qual esperava respostas quanto à retoma da extracção de minério.

Greves no Metro e na Cel-Cat

A própria administração do Metropolitano de Lisboa espera uma adesão forte à greve convocada pela Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos para ontem e hoje, e prevê que «não haja possibilidade de efectuar qualquer serviço com passageiros» durante a paralisação, de acordo com a Agência Lusa, que cita um comunicado da empresa. O pré-aviso de greve da Festrú/CGTP abrange os trabalhadores do Metropolitano de Lisboa com as categorias profissionais de inspector e operador de movimento, chefe e operador de sala de comando de energia, e o período entre as cinco e as dez horas.

A greve na Cel-Cat estende-se por todo o dia de hoje, realizando-se um plenário de tra-

balhadores, junto ao portão da empresa, entre as dez e meia e o meio-dia. O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, ao anunciar a paralisação como forma de exigir aumentos salariais, no quadro da revisão do Acordo de Empresa, refere que a fábrica de cabos eléctricos, com instalações em Morelena (Sintra), pertence à multinacional norte-americana General Cable e emprega cerca de 270 pessoas. Enquanto a administração pretende concretizar uma actualização salarial de 2,5 por cento, os trabalhadores reivindicam 4,8 por cento. Também reclamam uma compensação mais elevada para o regime de laboração contínua, informa o SIESI-CGTP.

Seguradoras regateiam décimas

A primeira reunião entre sindicatos e Associação Portuguesa de Seguradoras levou a uma aproximação das propostas salariais e «esteve-se próximo da assinatura», revelou o Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Norte. «Faltou, no entanto, à APS a vontade de fazer o exercício final», refere um comunicado do STSN, distribuído na semana passada aos delegados sindicais.

Nesse documento, o sindicato informa que, quando a associação patronal propunha 2,8 por cento de aumentos, contra 3,5 por cento exigido pelos representantes dos trabalhadores, as negociações foram suspensas, devendo prosseguir dia 31, segunda-feira. «Os patrões têm o dever de deixar de regatear décimas nos salários mínimos, de

reconhecer o indispensável contributo do factor trabalho para o confortável aumento da produtividade existente, de substituir o discurso de circunstância por uma efectiva vontade de ir fazendo a aproximação dos salários à média europeia», protesta o sindicato, que sobre este assunto enviou cartas a cada um dos dirigentes da APS.

No decurso da reunião de dia 19, congratula-se o STSN, a direcção da APS recebeu «inúmeros protestos» subscritos por trabalhadores do sector contra a posição patronal e por «uma tabela que reflecta o respeito pela dignidade de quem trabalha». A direcção do sindicato realça a importância de tais manifestações e reconhece que «foi reconfortante sentirmos tão perto a participação dos nossos colegas».

CDU de Beja

Balanço positivo do trabalho autárquico

Os quadros da CDU do concelho de Beja reuniram-se domingo passado para um balanço da actividade desenvolvida e a definição de um conjunto de soluções e medidas para dar resposta «aos grandes desafios que se colocam». Um encontro em que a CDU afirmou a «profunda confiança no trabalho que vai realizar».

O «elevado nível de responsabilidade» que caracteriza o trabalho dos eleitos da CDU e a confiança em que está preparada para os próximos desafios eleitorais — esta a apreciação genérica que surge nas conclusões do

encontro que decorreu na Casa da Cultura de Beja.

O realce, ainda, para a procura incansável, por parte dos eleitos e apoiantes da CDU, de «novas soluções para os problemas que uma sociedade em constante mutação lhes coloca, sem perder, porém, nunca de vista os objectivos políticos que enformam toda a sua actividade, ou seja, a construção de uma sociedade mais igualitária e mais justa, com mais harmonia na distribuição da riqueza, uma sociedade em que a igualdade de direitos e oportunidades se afirmem plenamente».

No balanço do mandato foi referida, nomeadamente, a polí-

tica de crescimento e de desenvolvimento integrado «assente nas vertentes económica, cultural, social e ambiental», que se tem vindo a prosseguir. Obtiveram-se resultados importantes no ordenamento do espaço urbano e em geral na melhoria da qualidade de vida, «através de um ambiente físico mais cuidado complementado por uma dinâmica sociocultural e desportiva mais intensa e diversificada».

Também no plano social e ao nível do desenvolvimento institucional e modernização administrativa se referem melhorias e mesmo o desenvolvimento de projectos inovadores.

O documento dá algum destaque à necessidade de actuar «com determinação e criatividade» em função dos novos enquadramentos legais e a «falta de clarificação de meios e recursos a disponibilizar às autarquias locais face ao alargamento das suas atribuições e competências».

ção entre freguesias, melhorar a informação às populações, aprofundar as perspectivas de descentralização / descentralização, melhorar a capacidade de resposta por parte dos serviços, melhorar os canais de comunicação entre serviços técnicos municipais e freguesias, aprofundar a articulação entre eleitos.

Também relativamente ao funcionamento da Assembleia Municipal a aposta é na descentralização, na aproximação entre os eleitos e eleitores e na divulgação, junto da opinião pública, das actividades desenvolvidas.

Ermidas questiona

A Comissão Coordenadora Concelhia de Santiago do Cacém da CDU questiona, em comunicado de imprensa «a postura que os eleitos do PS na Junta de Freguesia têm assumido nestes dois anos do actual mandato».

Antes do mais a CDU pergunta sobre que «obra significativa» foi feita e sobre a disponibilidade do presidente da Junta para tratar dos assuntos relevantes para os moradores.

Um dos problemas também abordados é a realização das Festas de Santa Maria, um acontecimento anual «que muito contribuiu para a promoção de Ermidas» e que, pela primeira vez, deixou de se realizar com o PS na Junta.

A CDU pergunta ainda sobre a informação dada à população sobre a aplicação na Freguesia dos dinheiros recebidos pela Junta nestes dois anos.

Por último, e valorizando a postura da Câmara Municipal, «que não responde a tentativas de guerrilha e que tem desenvolvido a sua actividade em obras concretas, a CDU sublinha que os seus eleitos, em todos os órgãos autárquicos em que se encontram, continuarão a lutar pelo desenvolvimento concreto da freguesia.



O que é feito da Escola Segura?

A recente morte, por espancamento, de um funcionário da Escola de Santo António, no Barreiro, no quadro de «um clima de insegurança, instabilidade e medo», é assinalada em comunicado da JCP, «com indignação e revolta».

Os jovens comunistas do Barreiro testemunham assim a sua solidariedade com os estudantes, professores e funcionários do estabelecimento de ensino e a «plena solidariedade com a família do funcionário falecido».

Um acontecimento que sublinha a JCP - «é mais uma prova da total desresponsabilização e desprezo por parte do governo em relação ao ensino».

«Nós exigimos uma história, não onde impere a insegurança e o medo, mas sim que seja um local onde os jovens se possam

sentir bem, uma escola pública, gratuita e de qualidade», defende-se no comunicado.

Para tal, os jovens comunistas exigem que o governo efective o programa *Escola Segura*, de forma a que «dê uma verdadeira segurança para os alunos, funcionários e professores dos nossos estabelecimentos de ensino».

JCP/Porto
Plano de actividades

Uma campanha pelo aumento do salário mínimo nacional e pela promoção do emprego com direitos, já a decorrer, o lançamento de uma página na Internet, o concurso de apuramento de uma banda para tocar no palco dos novos valores na Festa do «Avante!» - são as ini-

ciativas de maior destaque no plano de actividades aprovado sábado passado pela Comissão Regional do porto da JCP.

No plano de actividades estão igualmente incluídas iniciativas a organizar pelos vários colectivos concelhios e de escola, com destaque para as que assinalam o 25 de Abril, o 1.º de Maio e o Dia do Estudante.

A JCP do Porto afirmou ainda a sua «participação empenhada» na discussão e preparação da Assembleia da Organização Regional do PCP, que decorrerá dia 6 de Maio, e no Congresso do PCP, em Dezembro.

Os jovens comunistas analisaram a situação social da juventude e manifestaram a sua solidariedade contra as reivindicações e lutas em curso contra a política de direita do governo.

Setúbal por uma
educação de qualidade

A Organização Regional do Ensino Superior de Setúbal da JCP tem vindo a realizar ao longo desta semana uma série de contactos com os estudantes do ensino superior da região.

Esta iniciativa tem como objectivos aprofundar o conhecimento dos problemas dos estudantes, alertar os jovens e a sociedade para os mesmos, assim como dinamizar a luta pela revogação da *Lei de Financiamento do Ensino Superior*, com particular incidência nas questões das propinas e do estudante elegível.

Tendo como lema *Educação pública gratuita e de qualidade para todos*, esta acção encerra sábado com a realização do I Encontro Regional do Ensino Superior de Setúbal.

Só se ama o que se conhece,
só se defende o que se conquista

«Só se ama o que se conhece, só se defende o que se conquista» foi uma das ideias-chave dos dois debates, promovidos pela JCP e pelas organizações concelhias do PCP de Valongo e Trofa no passado fim-de-semana, com a participação de Jerónimo de Sousa, da Comissão Política do PCP.

Em Valongo, perante uma plateia hetero-

gênea, a discussão voltou-se para o mundo do trabalho, a ofensiva precarizadora das relações laborais e as respostas do PCP e do movimento sindical.

contra o regime fascista, pela democracia, pela dignificação do trabalho.

Agora o governo quer pôr em causa muitos dos direitos conquistados, substituindo no mundo do trabalho os trabalhadores mais velhos, nomeadamente através de despedimentos ou de reformas antecipadas, por trabalhadores da nova geração, *menos conscientes* e em situação precária.

Será necessário estabelecer laços de solidariedade entre as várias gerações de trabalhadores, na consciencialização para que se conheça e se ame os direitos, na luta para os preservar e conquistar.

Na Trofa, num debate em torno do tema *o partido e a militância*, abordou-se a importância da intervenção militante perante os problemas concretos, na escola, no local de trabalho, na colectividade ou no bairro. O partido é o conjunto dos seus militantes e a sua intervenção depende da maior ou menor capacidade destes intervirem e lutarem.

«Não é preciso perceber muito de política para perceber que qualquer coisa está mal, num mundo em que as assimetrias, entre aqueles (poucos) que detêm a riqueza cada vez mais acumulam e a grande maioria que a produz, se agravam a olhos vistos», foi sublinhado no encontro. Ser comunista pode não estar na moda e pode não ser fácil, mas a actividade militante neste partido dá aos seus militantes uma grande recompensa - a satisfação pessoal de quem sente com criatividade, contribui para a construção de um mundo mais justo.

■ Sérgio Santos



gênea, a discussão voltou-se para o mundo do trabalho, a ofensiva precarizadora das relações laborais e as respostas do PCP e do movimento sindical.

A troca de experiências aparentemente contraditórias entre várias gerações de trabalhadores, a ponte que se criou entre camaradas com idades e experiências diferentes, serviu para se tirar uma importante conclu-

Direitos da Mulher
em debate

A CDU/Madeira promoveu, sábado passado, um *Encontro sobre os Direitos da Mulher*, no qual foi realçado que desprezar os direitos da mulher é uma forma grave de atentado contra os direitos humanos, pois estão em causa questões e direitos directamente relacionados com as liberdades fundamentais da pessoa humana.

Os intervenientes no encontro abordaram, em particular, questões como a violência sobre as mulheres e os direitos a nível laboral.

No encontro, foram ainda apresentadas uma série de propostas concretas, no fundamental visando dar alguma resposta ao grave problema dos maus tratos e da violência.

A CDU/Madeira propõe, nomeadamente, a criação de centros de apoio e atendimento, a abertura de uma linha aberta, criação de gabinetes de apoio familiar e de secções de atendimento específicas junto da Polícia de Segurança Pública e Polícia Judiciária, abertura de uma casa-abrigo temporária e a criação de uma «Comissão Regional de Prevenção e Protecção das Mulheres Vítimas de Violência».

A coligação propõe ainda a elaboração de um estudo sobre a dimensão dos maus tratos à mulher e a criação de um «Plano Regional contra a Violência».

Na área laboral, a CDU considera essencial o reforço das acções de denúncia das situações de desrespeito pelos direitos da mulher no trabalho.

EUROPA

Exército europeu para 2003 UE cria novos órgãos político-militares

A nova força militar europeia está a ser pensada para intervir nas crises onde a NATO não está envolvida

PE recusa discutir taxa Tobim

O Parlamento Europeu recusou na passada semana uma resolução que propunha o agendamento da discussão de uma taxa a aplicar sobre os movimentos de capitais, sobretudo de índole especulativa, conhecida como taxa Tobim. A proposta era apoiada por quatro grupos europeus, designadamente o Grupo da Esquerda Unitária, onde o PCP se integra, os Verdes, o Partido Socialista Europeu e os Liberais. Para o deputado do PCP, Joaquim Miranda, o agendamento deste tema seria «extremamente positivo», uma vez que a taxa é «um imperativo que se coloca à União Europeia e no plano internacional», sendo «uma forma de reduzir a volatilidade do mercados financeiros» e um meio para encontrar recursos financeiros para o domínio social ou na promoção do emprego. Esta medida permitiria ainda reduzir a excessiva tributação do trabalho, ao mesmo tempo que asseguraria um «maior controlo sobre a actual circulação libertina de capitais, resultante da globalização financeira».

Ilda Figueiredo recebe associações de mulheres

A deputada do PCP no Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, realizou dois encontros com organizações de mulheres, designadamente com a Comissão Nacional de Mulheres da CGTP-IN e com a Associação das Mulheres Empresárias e a Associação das Guias de Portugal. As reuniões destinaram-se à troca de opiniões sobre a situação das mulheres em Portugal, a preparação da Conferência Intergovernamental «Pequim+5» e a acção que neste domínio o PCP tem desenvolvido, nomeadamente no Parlamento Europeu. Estes encontros inseriram-se no conjunto de contactos que a deputada Ilda Figueiredo está a realizar com as organizações de mulheres representadas no Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres.

Peixe de S. Tomé proibido na Europa

São Tomé e Príncipe foi excluído da lista dos países que exportam peixe para a União Europeia por não reunir as condições sanitárias, em termos de infra-estruturas e meios humanos, exigidas pela comunidade. As entidades daquele país já estão a tomar medidas com vista ao cumprimento das regras da UE por forma a garantir a actividade dos navios e empresas que exploram o mar do arquipélago, rico em variedades de peixe. S. Tomé, em cooperação com empresas espanholas comercializava sobretudo o atum.

A presidência portuguesa está a preparar a entrada em funcionamento a partir do próximo dia 1 de Março dos novos órgãos político-militares provisórios com vista a lançar um exército europeu no prazo de três anos.

Um debate público sobre o tema da segurança e a defesa europeia marcou o início, na segunda-feira, da reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros, em Bruxelas, a primeira da presidência portuguesa.

Os chefes da diplomacia dos Quinze concordaram com o calendário que vai permitir que a UE se dote de meios militares importantes até 2003, concretamente um exército de 50 mil homens, que terá uma componente de reacção rápida flexível que poderá trabalhar em conjunto com outras forças europeias, ou com a NATO.

Neste sentido, a partir do mês de Março, entrarão em funcionamento quatro novos órgãos político-militares: o Comité Político e de Segurança Interino, o Grupo de Peritos Militares e um órgão militar interino, composto por oficiais gerais para assessorar o CPS.

A presidência vai também propor, em colaboração com o Alto Representante da Política Externa e de Segurança Comum da União, Javier Solana, o modo como os novos órgãos devem relacionar-se com as estruturas já existentes e funcionar em

tempo de crise. Os mecanismos militares e políticos estão a ser desenvolvidos para intervir em crises onde a NATO não está envolvida, podendo, no entanto, utilizar meios desta última organização.

O encontro dos ministros dos Estrangeiros prosseguiu com a discussão de temas como o relacionamento da UE com a Rússia ou o lançamento da conferência intergovernamental sobre a reforma das instituições comunitárias.

Rússia criticada pelos Quinze

A reunião criticou o comportamento da Rússia na Tchetchénia, aprovando uma séria de medidas contra a Rússia, designadamente a redução, de 26 para 8 milhões de contos, da ajuda comunitária àquele país, com o qual foi ainda suspenso o desenvolvimento de relações comerciais preferenciais.

Contudo, a própria UE considera estas medidas «simbólicas», continuando a vigorar os programas em cursos, bem



como os projectos cuja concretização está prevista dentro de um ou dois anos.

O comunicado dos Quinze condena a utilização indiscriminada de força pelas autoridades russas, sublinhando que «a campanha militar irá criar ainda maiores antagonismos na população civil da Tchetchénia e dificultar a longo prazo uma solução política».

Os Quinze não questionam, no entanto, o direito da Rússia de preservar a sua integridade territorial e sublinham a grande responsabilidade do país de manter de a crise dentro dos limites da legislação interna-

cional em matéria de direitos humanos.

Acordo para a CIG

Os quinze ministros dos Estrangeiros concordaram ainda com a organização dos trabalhos da Conferência Intergovernamental (CIG) apresentada pela presidência portuguesa que irá discutir a controversa reforma das instituições europeias o processo de tomada de decisões a nível da União.

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas da Costa, que chefia o grupo pre-

paratório da Conferência, já anunciou que o debate será estruturado em torno três grandes temas: a composição da Comissão Europeia, a reavaliação do peso relativo no seio do Conselho de Ministros e as questões que deixaram de ser sujeitas a unanimidade e que passarão a ser votadas por maioria qualificada.

Início das negociações está marcado para 14 de Fevereiro, mas antes o Parlamento Europeu terá de dar o seu parecer favorável ao lançamento da CIG, o que deverá acontecer numa sessão plenária a realizar nos primeiros dias do próximo mês.

PCP critica presidência portuguesa Directórios políticos são inaceitáveis

O eurodeputado do PCP, Joaquim Miranda, criticou na passada semana o programa da presidência portuguesa apresentado, na quarta-feira, 19, no Parlamento Europeu pelo ministro dos Estrangeiros, Jaime Gama.

Na sua intervenção, Joaquim Miranda destacou que entre as prioridades anunciadas, a revisão dos tratados suscita «sérias apreensões», porque «tememos que se caia na tentação e no inaceitável erro de se avançar pelo caminho da criação de directórios políticos para a União Europeia».

Já em relação ao alargamento, outra das prioridades da presidência, o deputado frisou que, embora sem «objecções de princípio», a sua concretização está a ser conduzida de uma forma «irresponsável» já que não foi feita uma análise «prévia e aprofundada análise das respectivas e diferentes incidências e das formas de as obviar».

O anúncio de que estarão abertas as portas à realização da cimeira entre a UE e África foi recebido com «satisfação»,

mas também intranquilidade. Apoiando desde sempre esta iniciativa da presidência portuguesa - cuja concretização é considerada «necessária e oportuna» particularmente se for orientada para o lançamento de uma «verdadeira cooperação» -, o PCP afirma que o tempo que resta até ao mês de Abril é muito curto, o que dificulta «a preparação da mesma se é que não compromete a sua realização naquela data».

Joaquim Miranda fez ainda uma referência positiva à recente posição da presidência sobre Angola, «ainda que esperássemos uma posição mais fortemente condenatória da Unita, face às inequívocas responsabilidades que lhe cabem em todo o drama vivido naquele país».

Coesão social foi esquecida

Pela negativa, afirmou Joaquim Miranda, a presidência portuguesa destaca-se por omitir qualquer referência à promoção da coesão

económica e social, apesar de ser o nosso país apresentar um fraco desenvolvimento relativo. Esta questão está de resto a ser «esquecida, abandonada e quase diabolizada ao nível comunitário», lamentou.

O deputado chamou ainda a atenção para outros assuntos fora da agenda dos Quinze, tais como o elevado nível de abstenção verificado nas recentes eleições para o Parlamento Europeu, facto que confirma «os profundos défices democráticos existentes e um sensível abandono dos cidadãos relativamente às orientações neoliberais dominantes».

Apesar disso, sublinhou, «não se prevêem quaisquer alterações institucionais que terminem com tais défices», nem se adoptam medidas de «combate efectivo ao desemprego e promoção do emprego», disse, Joaquim Miranda salientando que nem a «a cimeira extraordinária nos tranquiliza».

Por um lado, porque «foram já diversas as cimei-

ras que se ocuparam da problemática do emprego, sem que daí resultasse qual quer alteração das políticas monetaristas dominantes». Por outro, porque «são tão vagos os objectivos e os prazos e tão contraditoriamente desmedidas as ambições progra-

máticas afirmadas que mais nos parece estarmos em presença de uma simpleste cortina de fumos do que de um evento com reais intenções de mudar sensivelmente o status quo comunitário», considerou o deputado do PCP.

Corte drástico nas pescas

Os resultados dos programas de orientação plurianuais para as frotas de pesca mostram Portugal como o país que mais reduziu o esforço de pesca, ultrapassando não só a média europeia como os próprios objectivos indicados. Por seu lado, países com a França e a Holanda ainda não cumpriram os objectivos anuais, enquanto se desconhecem dados relativos à Itália.

Como referiu a deputada comunista Ilda Figueiredo, esta redução teve como consequência a perda de muitos postos de trabalho e ameaça a sobrevivência de cerca de 180 importantes comunidades. A deputada acusa a política comum de pescas de não ter em conta as especificidades de cada Estado, mas imputa também responsabilidades à política do Governo que «quer ser o melhor aluno no cumprimento das regras europeias».

Este excesso de zelo e a falta de apoios está a provocar a emigração dos pescadores nacionais para outros países, designadamente para aqueles que não só não cumpriram as reduções como até aumentaram a sua capacidade de pesca.

INTERNACIONAL

Professores israelitas em greve

Cerca de 110 mil professores israelitas estão a cumprir uma segunda semana de greve geral, deixando um milhão de alunos da escola primária e secundária sem aulas, informou o Ministério da Educação. Os professores exigem um reajustamento salarial de 15 por cento para compensar a perda do seu poder de compra provocado pela inflação dos últimos cinco anos, segundo o sindicato. O ministro da Educação israelita, Yossi Sarid, propôs ao primeiro-ministro Ehud Barak um compromisso que daria aos professores um reajustamento de 8,5 por cento, mas o Ministério das Finanças opõe-se, propondo em contrapartida um reajustamento de 1,2 por cento e um suplemento excepcional de 425 dólares (62 mil escudos). Num impasse estão também as negociações israelo-sírias. Neste fim-de-semana, a imprensa árabe voltou a defender que a Síria não deve voltar à mesa das negociações nos EUA enquanto Israel não assumir por escrito a retirada total dos montes Golã.

Terrorismo na Argélia

Vinte e cinco militares argelinos morreram quinta-feira passada durante uma «operação de limpeza» contra extremistas na região de Relizan, oeste do país, durante a qual foram abatidos 32 integristas. Os militares caíram numa emboscada na zona montanhosa onde o grupo armado integrista se refugiou. «A tentativa de desalojar o grupo converteu-se num pesadelo, uma vez que todos os pontos de acesso ao refúgio estavam minados. A explosão dos artefactos seguiu-se um forte tiroteio por parte dos terroristas durante o qual morreram os nossos companheiros», declarou um dos oficiais que participou na operação.

Ensaio nucleares

Na sequência do ensaio levado a cabo a semana passada pelos Estados Unidos no âmbito do programa «Guerra das Estrelas», a Coreia do Norte decidiu reexaminar a sua moratória sobre os testes com mísseis nucleares de longo alcance. «A conduta dos Estados Unidos obriga a República Popular Democrática da Coreia (RPDC) a reexaminar seriamente a sua moratória», declarou um porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, enfatizando o facto de os EUA afirmarem «que estes ensaios se destinam a permitir fazer face a uma ameaça não existente de mísseis da parte da RPDC ou de outros países». Segundo o responsável norte-coreano, os dois países começaram «a negociar diferentes questões, nomeadamente a dos mísseis», e Pyongyang demonstrou a

Forum económico mundial Reservado aos ricos

■ Manuel Beja na Suíça

Entre 27 de Janeiro e 1 de Fevereiro decorre em Davos, pequena cidade montanhosa na Suíça, a 30.ª edição do tradicional Forum económico mundial. Uma organização privada patrocinada por diversos parceiros económicos, como por exemplo a Nestlé e a Swisscom.

A luxuosa festa vai custar 12 milhões de francos suíços e irá acolher o presidente Clinton, o muito britânico

Blair, o espanhol Aznar, o jovem rei da Jordânia, mais 250 chefes de Estado e altos ministros, para além dos pre-

sidentes das grandes multinacionais, dos chefes da nova economia, 250 especialistas em várias matérias, representantes dos meios da comunicação e mais um grupo da elite intelectual.

Do lado americano, Clinton, a poucos meses do final do seu mandato, promete falar no dia 29 de Janeiro sobre a sua nova visão da globalização, após o fiasco de Seattle.

O presidente americano faz-se acompanhar pela sua esposa Hillary candidata ao senado americano, pelo vice Al Gore e quase metade do governo dos Estados Unidos. 1200 quartos foram reservados para a brilhante comitiva. 650 jornalistas fazem a cobertura dos debates e cerca de 300 sessões vão ser transmitidas. Presentes ainda quinze organizações não governamentais.

O Forum de Davos não é apenas um acontecimento de grande aparato publicitário, de uma atracção turística, ou mais um seminário anual de discussão. Tudo o que se passa na sala de congressos tem nos tempos seguintes uma enorme repercussão na política social e económica de todos os países do Mundo. Relembramos alguns desses exemplos: a promoção do «Uruguay round» da qual saiu a não menos famosa Organização Mundial do Comércio. Aqui foram criadas as condições para a assinatura do acordo de livre comércio entre os Estados Unidos, México e Canadá cujos efeitos devastadores sobre as condições de trabalho e no meio ambiente são conhecidas de todos. Deve-se ainda salientar a realização do primeiro encontro público entre Nelson Mandela e De Klerck e, evidentemente, as medidas anunciadas o ano passado, e aprovadas recentemente, pelo chanceler Gerard Schroder no plano das economias do Estado alemão concentradas nas despesas sociais e nas reduções fiscais às empresas.

Estes factos, entre muitos outros, indicam que o Forum económico mundial se reves-

te de convidadas, e mais ainda, para as populações de todo o mundo, pelas consequências das decisões que são tomadas. Está muito enganado quem pensa que o Forum de Davos se trata de uma mistura do bom e saudável ar da região, ou de um encontro de boas maneiras e bons negócios.

Proibidas as manifestações

Contrariando a vontade de uma vasta frente de organizações não governamentais o governo suíço anunciou a proibição de qualquer sinal de manifestação. «Davos não é Seattle», afirmam os serviços de segurança e da polícia cerrando os dentes e ameaçando com fortes represálias todos aqueles que se atrevam a perturbar a tranquilidade da reunião. E mais, depois de ter recusado a intervenção dos militares numa organização de carácter privado, dá o dito por não dito, anunciando ter decidido colocar à disposição da segurança cantonal uma companhia do exército com o fim de intervir e reprimir os opositores da globalização.

Por seu lado, o comité de coordenação das organizações antiOrganização Mundial do Comércio solicitaram a autorização para a manifestação do dia 29 de Janeiro, em Davos. Enquanto centenas de cartas de protesto estão a ser enviadas ao Município local contra a proibição da manifestação, o comité anti-OMC anunciou a sua realização.



Manifestação contra a libertação de Pinochet (foto de arquivo)

Bélgica não quer libertação de Pinochet

O porta-voz do ministro dos Negócios Estrangeiros belga, Louis Michel, anunciou domingo que a Bélgica está pronta a apresentar um recurso no Supremo Tribunal de Londres para impedir o regresso de Augusto Pinochet ao Chile. A iniciativa, segundo aquela fonte, tem como objectivo «contrariar qualquer decisão britânica que tivesse como consequência o regresso de Pinochet ao Chile». A apresentação do referido recurso está dependente «da decisão do ministro (do Interior britânico) Jack Straw» sobre o destino do ditador chileno, garantiu o porta-voz belga.

A intensa campanha que está a ser levada a cabo em Londres para apresentar o general Pinochet como «incapaz» de ser levado a tribunal, devido ao alegado agravamento do seu estado de saúde mental e físico, tem sido fortemente contestada por diversos países e organizações, que consideram que tudo não passa de uma manobra para impedir que Pinochet responda pelos crimes cometidos durante a ditadura. É sintomático que até ao momento não tenha sido divulgado o relatório médico do general, embora Jack Straw o invoque para afirmar que Pinochet «não está em condições de ser julgado» e prepare o terreno para a sua libertação. O ministro britânico, que no dia 11 anunciou a intenção de recusar a extradição de Pinochet, enviou sexta-feira uma carta às partes interessadas no caso, entre elas a Amnistia Internacional, pedindo esclarecimentos de ordem técnica sobre o assunto até às 17 horas (hora de Lisboa) de segunda-feira. Espera-se para esta semana uma decisão definitiva, que alguns crêem estar já tomada. Há vários dias que um avião fretado expressa-

mente para transportar o ditador para o Chile aguarda a ordem de soltura.

De acordo com a Amnistia Internacional (AI), a possível libertação de Pinochet abrirá um precedente legal, cujas implicações o ministro britânico está a ignorar. Numa tomada de posição divulgada em Londres, a AI alerta que a eventual recusa de extraditar o ditador para Espanha pode provocar acções legais por parte dos países que exigem a entrega do general: França, Suíça e Bélgica, para além da Espanha. O anúncio feito pela Bélgica confirma esta possibilidade.

Segundo a Lusa, o representante da AI, Richard Bunting, disse domingo que a carta recebida pela organização «é uma clara indicação de que Straw não entende as implicações legais da sua decisão» ao recusar uma extradição baseada em provas médicas, às quais os tribunais não tiveram acesso.

Novas investigações

O juiz Juan Guzman Tapia, que inquiriu sobre as queixas apresentadas no Chile contra o general Pinochet, anunciou no sábado novas investigações para tentar descobrir o destino de alguns dos 1198 prisioneiros desaparecidos durante a ditadura militar (1973-1990). O magistrado fez o anúncio depois de ter interrogado três dezenas de antigos militares, presos e testemunhas da época, sobre o desaparecimento de membros da Comissão Política do Partido Socialista, detidos em Iquique (1460 quilómetros a Norte de Santiago do Chile) em 1973, dados como desaparecidos desde essa data e cujos restos mortais nunca foram encontrados.

As pesquisas centram-se actualmente no sector de Pisagua, onde foram encontradas pistas de exumações clandestinas. «Temos pistas suficientes para querer fazer novas escavações», declarou Guzman Tapia.

Regular as empresas

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) prepara uma revisão das directivas dirigidas às multinacionais em que se incluem pela primeira vez cláusulas referentes à luta contra o trabalho infantil, o trabalho forçado e a corrupção. As propostas são consideradas «agressivas» pelos empresários, enquanto os sindicatos temem que não venham a ter eficácia.

Para os empresários, que não vêem necessidade de modificações no capítulo sobre relações sociais, considerando que estas questões deviam ser deixadas à OIT (Organização Internacional do Trabalho), as novas directivas são «agressivas» porque «se baseiam na ideia de que se deve desconfiar, por princípio, das empresas».

As organizações sindicais, por seu lado, defendem que as ideias essenciais do novo texto deveriam ter um carácter vinculativo. «O verdadeiro problema político vai recair sobre os mecanismos de concretização», afirmou o secretário-geral do TUAC (comité consultivo), John Evans, acrescentando: «Não estou certo de que exista vontade política para que estas directivas sejam suficientemente enérgicas.»

A OCDE convidou as partes interessadas e os representantes da sociedade civil a contribuírem com propostas ou críticas às novas directivas no seu site da Internet, até 15 de Fevereiro. A Organização pretende estabelecer um acordo que permita que as novas regras possam ser ratificadas na próxima reunião ministerial dos 29 países que a compõem, que decorrerá em Junho.

INTERNACIONAL

Contra a pobreza e a violência Mulheres em marcha na Europa

A marcha mundial das mulheres contra a pobreza e a violência vai ser apresentada publicamente em Genebra no próximo dia 8 de Março – Dia Internacional da Mulher.

Quarenta mulheres de 14 países europeus reuniram-se nos passados dias 15 e 16, em Genebra, para ultimar os preparativos do lançamento europeu da marcha mundial das mulheres do ano 2000. Entre as participantes, estava Amélia Freitas, em representação da Organização das Mulheres Comunistas que, em declarações ao «Avante!», explicou

três mil organizações de mulheres originárias de mais de 150 países.

Até lá, a iniciativa terá o primeiro lançamento público no próximo dia 8 de Março, em Genebra, quando se assinala o Dia Internacional da Mulher. As delegadas europeias promovem uma conferência de imprensa que será seguida de uma marcha pelas ruas daquela cidade suíça, com o objectivo de mobilizar divulgar a marcha, no âmbito da qual será ainda promovida uma grande concentração em Bruxelas no dia 14 de Outubro.

Logo na primeira reunião realizada em Paris, nos dias em 17 e 18 de Abril do ano passado, as mulheres da Europa tinham decidido manter como prioridade os temas da pobreza e da violência, considerando que, apesar de viverem em países dos mais ricos, a situação da maioria das mulheres não pára de se degradar, em consequência da desregulação económica, do desemprego, precariedade e exclusão social.



A Coordenadora Europeia da Marcha Mundial das Mulheres reuniu em Genebra

Também a Federação Democrática Internacional de Mulheres, cujo Comité Executivo esteve reunido em Paris, nos dias 14 e 15 de Dezembro último, lançou um apelo à participação na Marcha, onde se sublinha que «as mulheres são as mais pobres entre os pobres. Representam 70 por cento dos dois mil milhões que são vítimas da fome, da pobreza e do desemprego, da exclusão».

Balanço de cinco anos

Passados cinco anos sobre a conferência de Pequim, decor-

reu em Genebra, nos dias 17 e 18 do corrente mês, uma reunião em que participaram 550 representantes de 250 organizações, entre elas a Organização de Mulheres Comunistas, através de Amélia Freitas, para avaliar os avanços registados desde aprovação da Plataforma de Pequim, nas áreas Mulheres e Economia; Mulheres e Violência; Mecanismos para a Igualdade, Mulheres e Poder. Como principal passo positivo foi destacado o papel desempenhado pelas organizações não-gover-

namentais na sensibilização da opinião pública em prol da igualdade e dos estatuto das mulheres.

Teve ainda lugar, entre 19 e 21, uma reunião intergovernamental com 51 países membros, representantes das Nações Unidas e as ONG's creditadas para o efeito. Nas conclusões foi reafirmada a actualidade das medidas da Plataforma de Acção de Pequim, bem como a responsabilidade dos governos na promoção da igualdade entre as mulheres.

Mitterrand financiou Kohl

O escândalo das doações ilegais à União Democrata-Cristã (CDU) agravou-se com as acusações de que o Governo francês de François Mitterrand teria pago milhões de dólares para apoiar a reeleição do político alemão em 1994. Segundo o canal de televisão alemão ARD, este dinheiro teria feito parte de uma transacção ilegal de compra da antiga refinaria da Alemanha Oriental Leuna pela empresa francesa Elf-Aquitane. Este caso ocupa há vários anos a justiça francesa e suíça por se suspeitar que o consórcio francês pagou cerca de 45 milhões de dólares (cerca de 8,7 milhões de contos) em comissões e subornos.

Estes novos factos surgem depois de Kohl, em Dezembro passado, ter admitido que tinha contas secretas, o que levou o parlamento a abrir um inquérito para analisar se os alegados subornos influenciaram as decisões do governo, sob a sua presidência entre 1993 e 1998. O ex-chanceler disse ter recebido 193 mil contos, aos quais se somam cerca de 990 mil contos que entraram nas contas do partido, durante o mesmo período, e cuja proveniência não foi estabelecida, conforme foi confirmado esta semana pela direcção dos Cristãos Democratas alemães.

Entretanto, os familiares do tesoureiro da CDU, Wolfgang Hullen, que na semana passada apareceu enforcado na sua residência em Berlim, duvidam da tese de suicídio. Segundo uma notícia da Agência Lusa, os advogados do falecido propõem-se requerer ao Ministério Público alemão a realização de uma autópsia e que os informe do teor da carta de despedida que Hullen terá deixado. Hullen terá mesmo escrito duas cartas, uma para a sua família e outra para Joachim Hoerster, seu superior hierárquico na CDU e na CSU (União Social-Cristã), partido conservador aliado da CDU. Nesta última, divulgada pela imprensa alemã, alegadamente pedia perdão por uma fraude nas contas do partido, o que provocou grandes suspeitas aos seus familiares que não têm conhecimento de nenhum movimento bancário estranho nas suas contas. A morte deste tesoureiro ocorreu no mesmo dia em que a comissão parlamentar que investiga o escândalo dos financiamentos ilícitos da CDU divulgou a lista de pessoas que iria chamar para prestar declarações, onde se incluí Joachim Hoerster.

sua boa vontade ao declarar, depois do início das negociações em Berlim, em Setembro de 1999, uma moratória sobre os seus próprios ensaios nucleares.

Terror no Burundi

Pelo menos 30 pessoas foram mortas por rebeldes hutus no Burundi, na província de Rutana, leste do país, noticiou sábado a agência Lusa, citando a Rádio Burundi (oficial), captada em Nairobi. Segundo aquela fonte, os atacantes destruíram cerca de 1600 casas em três distritos da província, na fronteira com a Tanzânia, e roubaram centenas de cabeças de gado nas aldeias atacadas. Os habitantes cujas casas foram incendiadas fugiram da zona e procuraram refúgio ao longo da fronteira com a Tanzânia, disse ainda a rádio, sem adiantar quaisquer números. O Burundi vive desde 1993 uma guerra civil que opõe o poder e o exército, dominados pela minoria tutsi, a diversos movimentos rebeldes hutus.

Privatizações na Jordânia

O consórcio liderado pela France Telecom venceu o concurso de privatização de 40 por cento da empresa jordana de telecomunicações, pagando pela sua participação 508 milhões de dólares (cerca de cem milhões de contos). O consórcio Jordan Investment Telecommunications Company, detido em 88 por cento pela France Telecom e o restante pelo maior banco jordano, o Arab Bank, venceu os britânico Vodafone e norte-americano Southern Bell na corrida à única empresa fornecedora de serviço fixo de telefone da Jordânia. O negócio representa o maior investimento privado já efectuado na Jordânia. A France Telecom vai estabelecer um contrato de gestão de cinco anos com a Jordan Telecommunications, o qual, segundo um comunicado do governo jordano, inclui o desenvolvimento da rede e de novos serviços de comunicações como acesso à Internet e de telemóvel.

Confrontos na Indonésia

Violentos confrontos entre rebeldes separatistas e forças de segurança, em Aceh e nas Molucas, provocaram no fim-de-semana pelo menos 16 mortos, informou a polícia indonésia. Na província de Aceh, oito pessoas foram mortas e muitas ficaram feridas; segundo um porta-voz militar, tenente-coronel Priyatna, cerca de 20 casas foram incendiadas na região leste de Aceh, depois de os soldados terem atacado uma aldeia. Por seu turno, na ilha Halmahera, confrontos entre muçulmanos e cristãos provocaram a morte de pelo menos oito pessoas e fizeram 18 feridos. Cerca de 2.000 pessoas foram mortas num ano de violência religiosa nas Molucas.



que o encontro aprovou uma plataforma reivindicativa europeia e o plano de acções a realizar até 17 de Outubro. Nesta data terá lugar uma concentração mundial em Nova Iorque, frente ao edifício da ONU, na qual estarão presentes delegações de

Croácia

Partido de Tudjam afastado das eleições

Nenhum dos nove candidatos à presidência da república croata conseguiu a maioria necessária para ser eleito à primeira volta das eleições, realizadas na segunda-feira. Stipe Mesic foi o mais votado, com 41 por cento dos votos, que na segunda-volta - prevista para 7 de Fevereiro - concorrerá contra Drazen Budisa, que agora conseguiu 28 por cento.

Mate Granic, da Comunidade Democrática Croata (HDZ, partido do antigo presidente Franjo Tudjman no poder nos últimos dez anos) obteve 21 por cento. Face aos resultados, admitiu a derrota e deu os parabéns a Mesic e a Budisa.

Durante a campanha, os três candidatos prometeram afastar-se

das políticas de Tudjam e defenderam a diminuição dos poderes presidenciais. Comprometeram-se ainda a reduzir as despesas do Governo, a combater a corrupção, a aumentar o nível de vida da população e a permitir o regresso dos sérvios que fugiram da Croácia em 1995.

Stipe Mesic, de 65 anos, chefiou o governo da Croácia em 1990 e foi presidente da Jugoslávia em 1991. Tendo sido juiz,

jurista e director de várias empresas, é actualmente vice-presidente do Partido Popular Croata, que tem apenas dois deputados na câmara baixa do parlamento.

O outro candidato, Drazen Budisa, de 51 anos, é presidente do Partido Socio-Liberal Croata. Licenciado em Filosofia, foi ministro sem pasta em 1991, no «Governo de Unidade Democrática» de Franjo Tudjman.

Equador

Deputados e militares neutralizam levantamento

Depois do levantamento de quatro mil índios levar à instituição de uma Junta de Salvação Nacional e ao afastamento do presidente Jamil Mahuad na sexta-feira, os ministros e os deputados equatorianos uniram-se aos militares para manter o poder nas suas mãos.

O vice-presidente, Gustavo Noboa, foi eleito pelo Congresso para o cargo de chefe de Estado, usando um artigo da constituição que prevê a subida ao poder por «abandono» do presidente. Só que este não abandonou o lugar, foi forçado a isso pelos indígenas, apoiados

por um grupo de 120 militares, entre ele capitães, tenentes e coronéis.

Denunciando a detenção de mais de 200 simpatizantes; a Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE) promete não baixar os braços. «Se não nos ouvirem, voltaremos sem confiar em ninguém. Podemos ser muito mais duros», afirmou o dirigente da organização, António Vargas, numa conferência de imprensa.

Vargas adianta uma explicação para a forma como terminou o levantamento: «Como os generais e a oligarquia são cor-

ruptos, nenhum dos dois queria deixar o outro no poder. Os mesmos que saquearam o país puseram Noboa como presidente.»

O novo presidente mostrou já que pretende governar o país com mão de ferro. «A nação precisa de firmeza, algo que nos leve a um lugar», afirmou Gustavo Noboa, referindo-se aos índios e aos militares que os apoiaram. Destes últimos, dois foram presos e, até ao fecho da nossa edição, os restantes estavam num centro das Forças Armadas à espera de uma decisão superior.

Faleceu Alfred Nzo

O secretariado do Comité Central do PCP enviou uma mensagem de condolências e pesar ao comité executivo do Congresso Nacional Africano (ANC) pelo falecimento de Alfred Nzo, destacado dirigente pela causa da liberdade, da democracia e do progresso, contra o apartheid e o racismo. «O camarada Alfred Nzo dedicou toda a sua vida à luta pela libertação do povo Sul-Africano», lê-se na nota.

■ Margarida Folque

Organização da Cidade de Lisboa debate Transportes, Trânsito e Estacionamento

É preciso humanizar a cidade

O problema da mobilidade em Lisboa está a ser diariamente agravado com o recurso crescente das pessoas ao transporte individual e a entrada de cada vez maior número de carros na cidade. A Organização do PCP na Cidade de Lisboa tem acompanhado regularmente este problema e, em sua opinião, ele só será resolvido com a melhoria da rede de transportes públicos e da respectiva prestação de serviços.

«Transportes, Trânsito e Estacionamento na Cidade» foi pois o tema do debate que os comunistas de Lisboa promoveram, ao fim da tarde de quinta-feira passada, num hotel de Lisboa, com a participação não só de eleitos comunistas nos órgãos autárquicos e nas organizações populares mas também de instituições e organizações que, «pela sua vivência diária» podem ajudar a uma visão global mais aprofundada das realidades e a encontrar respostas para os diferentes problemas.

Na assistência podiam, de facto, ver-se o presidente do Conselho de Administração da Carris, o presidente da EMEL, o presidente da ANTRAL, o presidente da Federação Portuguesa de Táxis e o presidente da Associação de Utentes 2000.

A mesa que presidiu ao debate, dirigido por César Roussado, da Direcção da Cidade de Lisboa, era constituída por Luís Fernandes, do Comité Central e responsável da Cidade, Rego Mendes, da DORL e da Assembleia Municipal de Lisboa, Alexandra Gonçalves, vereadora da CML, Matos Dias, administrador da EMEL, Lourenço Bernardino, presidente da Junta de Freguesia de St.º Condestável e, ainda, Francisco Lopes, membro da Comissão Política do PCP, que encerrou o debate.

As intervenções, algumas delas bastante vivas, que se verificaram ao longo do debate, apesar de serem quase unânimes no diagnóstico da situação, esgrimiram argumentos diversos e adiantavam soluções que nem sempre mereciam a aprovação da assistência. Foi o caso de uma participante residente há 30 anos em Lisboa que para obter a afiliação de automóveis a Lisboa preconizava, para além da criação de parques automóveis às entradas da cidade e de uma boa rede de transportes entre a periferia e o centro, o pagamento de uma taxa para os que entram na cidade.

Não basta haver parques automóveis, é necessário também garantir condições de segurança, lembrou por sua vez Rego Mendes, invocando o exemplo de dois parques: o da Pontinha que, apesar de gratuito tem um índice de ocupação muito baixo, e o do Campo Grande que,

sendo pago, tem um índice de ocupação elevado. A consideração do táxi como um meio de transporte público foi outra questão muito discutida. «Os táxis são uma componente fundamental da malha urbana da cidade», afirmou o presidente da Federação Portuguesa de Táxis, Carlos Ramos, defendendo a acessibilidade dos táxis a zonas pedonais e a atribuição a estes das mesmas capacidades de mobilidade facultadas aos autocarros.

Alguns presidentes de Juntas de Freguesia alertaram para a abertura indiscriminada de restaurantes ou escolas, por exemplo, que, não sendo acompanhados da necessária preocupação quanto às acessibilidades, agravam a situação do trânsito nessas freguesias. Foram, porém, as zonas interiores dos bairros - mal servidas de transportes públicos e onde parte das carreiras deixam de funcionar muito cedo - que mereceram maior atenção da sua parte. «Desviam-se os transportes públicos do interior dos bairros e cria-se uma cidade desumanizada», alertou o presidente da Junta de Freguesia de Marvila.

Acessibilidades - um problema das pessoas

Muitas foram também as críticas dirigidas à Carris por parte de alguns membros da assistência. Mas Helder Oliveira, presidente de administração da Carris justifica: «não é possível prestar um bom serviço à cidade, quando entram todos os dias 200 mil automóveis em Lisboa, os comboios têm uma deficiente utilização e não existe um número suficiente de corredores de buses».

Por outro lado, disse, a coordenação entre a Carris e o Metro é difícil pois as pessoas reclamam por terem de mudar de transporte. Isto, para além de que «há um limite para os meios» e não se podem aumentar os défices da empresa. A carreira 18, por exemplo, que a Carris pretende encerrar, exige investimentos adicionais significativos e precisa que a carreira 15 ande mais depressa. Mas, para isso, é necessário tomar medidas em relação às quais são as próprias Juntas de Freguesia a colocar limitações.

Talvez as pessoas reclamem porque têm de pagar dois bilhetes, sublinhou um outro participante, sugerindo a criação de bilhetes multimodais e a implementação de eléctricos, um meio de transporte mais barato e de maior lotação. Porque a solução não é cada um ter o seu carro cada vez melhor, disse, recordando que Portugal, com o nível de vida

mais baixo entre os países da UE, é o 4.º país em número de automóveis por 100 habitantes, logo a seguir à Alemanha.

Da assistência ouviram-se também algumas vozes em defesa dos Parquímetros que, não resolvendo embora a situação, têm ajudado a regularizar o trânsito.

Por sua vez, o representante da Associação dos Utentes de Transportes, Miguel Alexandre, considera que as acessibilidades são um problema das pessoas e não das empresas, pelo que as pessoas não podem conformar-se com as razões que lhes apresentam: «se existem problemas há que ver como resolvê-los», afirmou.

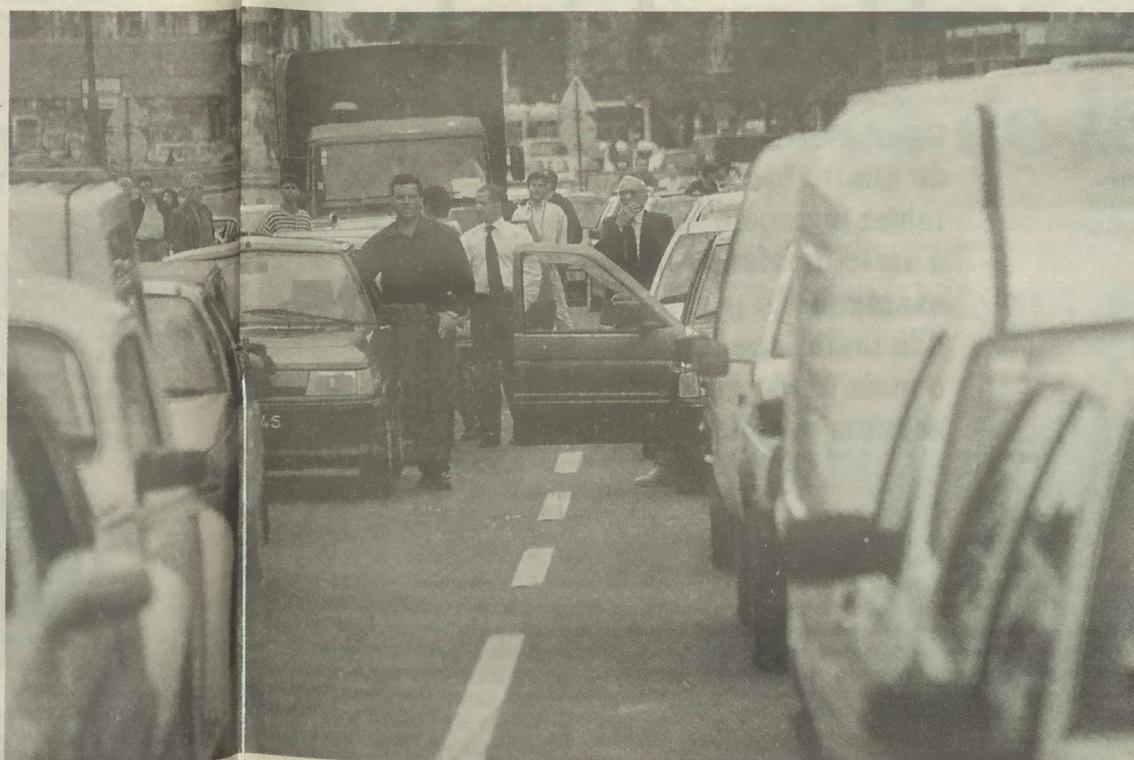
Também nos custos dos transportes deveriam, em sua opinião, contabilizar-se os benefícios que eles representam para as pessoas. Em muitos países, lembrou, as empresas contribuem para os custos dos transportes, pois eles servem os seus trabalhadores. Países há onde 44 por cento das receitas dos transportes públicos provém de pagamentos de empresas e apenas 25% das tarifas.

A componente cultural do problema da mobilidade - «o cidadão peão é muito diferente do cidadão automobilista, ainda que seja a mesma pessoa», como disse o presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, Firmino Cabrita Longo -, a criação de passes ecológicos, para jovem e para deficientes ou o problemas dos carros abandonados foram outros tantos problemas abordados num debate que, apesar de ter há muito começado, os comunistas consideram não estar ainda encerrado.

Algumas propostas

A Organização do PCP na Cidade de Lisboa tem solução para algumas questões pontuais que afectam diariamente milhares de pessoas de certas zonas. Mas, querendo contribuir para a resolução efectiva dos problemas da mobilidade na cidade, aponta as orientações estratégicas que considera prioritárias:

- criação da Autoridade Metropolitana de Transportes, com competência na área do planeamento do sistema e de opções de investimento;
- criação de um banco de dados actualizado, com a matriz de origem/destino na região, para uma gestão racional;
- criação de mecanismos de coordenação da gestão do Metro e da Carris por parte da Tutela;
- desenvolvimento de uma política de prioridades aos Transportes Públicos;
- revisão do sistema tarifário, nomeadamente com a criação de bilhetes multimodais;
- revisão do modelo de financiamento do transporte;
- expansão da rede de Metropolitano, com a conclusão de troços e desenvolvimento de outros;
- criação de incentivos ao uso do táxi como transporte público, através nomeadamente do estabelecimento de contratos de fretamento por entidade públicas em substituição das suas frotas privadas;
- desenvolvimento da rede de eléctricos modernos e articulação com a recuperação dos Eléctricos de Colina;
- desenvolvimento da rede de parques de estacionamento junto das ligações aos meios de transporte públicos;
- apoio por parte das entidades públicas, particularmente da Câmara Municipal de Lisboa ao aumento da oferta de lugares de estacionamento coberto para residentes;
- reforço da acção fiscalizadora do cumprimento das regras de circulação e estacionamento.



Francisco Lopes defende Transporte público deve constituir alternativa real e de qualidade

Francisco Lopes iniciou a sua intervenção considerando que a discussão dos problemas dos transportes, do trânsito e do estacionamento na cidade de Lisboa envolve a consideração de um vasto conjunto de questões: «a abordagem dos problemas da qualidade de vida da população da cidade e das centenas de milhares de pessoas que diariamente para ela se deslocam, a consideração das questões do urbanismo, do ordenamento do território e do ambiente, o equacionamento das orientações globais para o desenvolvimento».

E sendo certo que as soluções para esses problemas implicam medidas imediatas, elas exigem também «concepções e orientações globais de desenvolvimento alternativas». «Não as concepções e orientações subordinadas à especulação capitalista, à especulação imobiliária, ao máximo lucro» mas sim concepções e orientações «de desenvolvimento determinadas pela elevação da qualidade de vida e pela preservação do ambiente».

Para Francisco Lopes, «a análise feita mostra avanços em alguns segmentos do transporte público» mas, simultaneamente, revela «uma situação de manutenção e mesmo de agravamento dos problemas» que, desde logo, exige a necessidade de prosseguir a reflexão. Entretanto, do levantamento feito sobressai o facto de as políticas realizadas até ao momento não terem apostado suficientemente no transporte público, disso resultando o recurso crescente ao transporte individual e a colocação, no futuro, de problemas cada mais sérios.

Para o dirigente comunista, isto acontece por muitas razões: padrões sociais, enorme promoção do automóvel, hábitos de vida. Mas também, «em grande medida, por falta de alternativa de transporte público eficaz e por ausência da sua valorização».

Esta realidade implica, pois, uma nova política, onde «o transporte público constitua uma alternativa real, com qualidade, regularidade, comodidade, segurança e a preços acessíveis».

Investir no transporte público

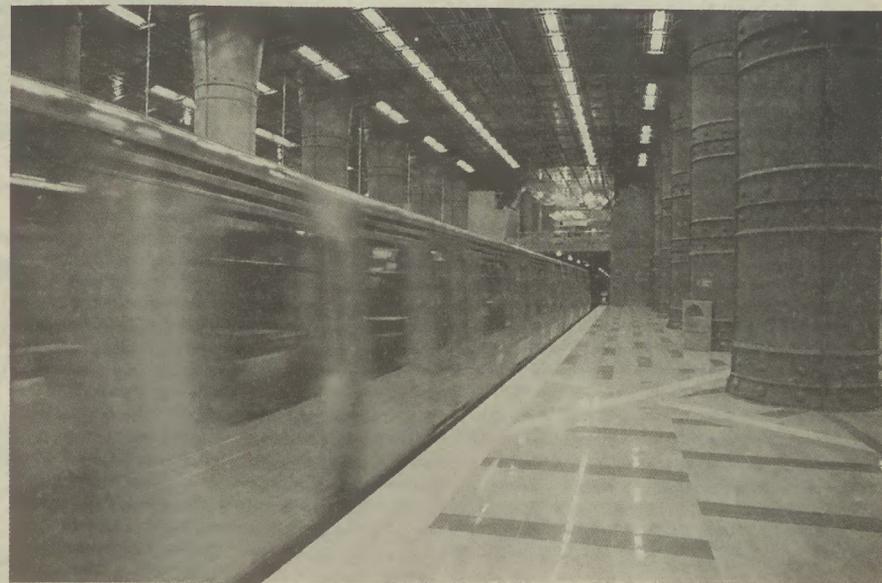
Porém, quando se aborda esta necessidade, «colocam-se sempre os problemas dos recursos e de facto não podem deixar de se levar em conta critérios económicos», diz Francisco Lopes. Mas não é aceitável que se «subordine a política de transportes a critérios economicistas de gestão de cada empresa», se avaliem as carreiras a manter ou a eliminar, ou as horas de início e fim do seu serviço «em função dos lucros que dão», sem pensar nos problemas que se criam às populações e sem avaliar o efeito de tais medidas «no sistema integrado de transportes públicos e na sua capacidade de atracção».

Na verdade, se esses elementos forem levados em conta, «se forem devidamente avaliadas as consequências da actual situação, o desgaste de material, o consumo de combustíveis, as horas perdidas em filas de trânsito, entre outros aspectos», pode-se chegar à conclusão que «o aumento das indemnizações compensatórias às empresas

públicas de transportes, com o que isso pode representar de melhoria de qualidade e de consequente aumento do uso dos transportes públicos, acabará mesmo do ponto de vista estritamente económico e financeiro por ser mais vantajoso para o país». Isto, sem contar com o aspecto essencial de contribuir para aliviar o desgaste de milhares de pessoas que perdem muitas horas diárias em deslocações, de promover a melhoria da qualidade de vida e de favorecer a preservação do ambiente.

Se não for feita a opção pela prioridade e por um forte investimento no transporte público, diz Francisco Lopes, podem gastar-se milhões de contos que «não haverá resposta» e apenas se minimizará o problema dos transportes, trânsito e estacionamento, na cidade e na área metropolitana.

«Aprofundar o conhecimento da situação e as soluções a propor envolvendo especialistas e técnicos, avaliar os problemas, contestar orientações erradas, exigir soluções, mobilizando e organizando as populações, são assim exigências que se colocam à intervenção das organizações do partido e aos seus militantes, para melhorar os transportes o trânsito e o estacionamento, para elevar a qualidade de vida da população», disse, por fim, Francisco Lopes.



Uma realidade a alterar

Para discutir o problema da mobilidade em Lisboa é preciso ter em conta que ela está intimamente ligada à organização da ocupação do espaço na Área Metropolitana de Lisboa e obriga à deslocação diária de centenas de milhares de pessoas para a cidade e desta para outros pontos da região.

Assim, começando por analisar as principais dificuldades, verifica-se que elas advêm do facto de a cidade ser construída a um ritmo que não é o da expansão automóvel, da falta de estacionamento privado para os moradores, do uso para outros fins de espaços destinados ao estacionamento e do excesso de veículos que diariamente entram em Lisboa para servir deslocações pendulares.

Entretanto, os transportes públicos dentro da cidade assentam fundamentalmente nos serviços prestados pelo Metropolitano, pela Carris e pelos Táxis.

Quanto ao Metro - que devido à Expo'98 se expandiu bastante nos últimos anos -, é necessário prosseguir a sua expansão radial para fora de Lisboa nos eixos de Sacavém e Amadora e construir intersecções circulares, de forma a desincentivar o uso do automóvel e reduzir os tempos de percurso das deslocações pendulares.

Também os estudos da sua expansão para a zona ocidental da cidade são uma prioridade e a ligação a Odivelas deve ter uma execução rápida.

A Carris constitui o ponto mais fraco da oferta de transporte público, pois não tem em conta a expansão da rede de Metro e não cobre a malha fina que compõe o interior dos bairros a partir da oferta concentrada nas estações de Metropolitano. Há falta de ligação entre zonas das freguesias ou entre freguesias vizinhas; o número de carreiras é insuficiente, têm horários com intervalos muito grandes e terminam muito cedo; as alterações de itinerários e a supressão de carreiras são feitas sem consulta prévia às populações e sem a adequada avaliação dos impactos.

Ou seja, o serviço público deixou de ser o objectivo central da política da Carris para se transformar em mais uma unidade de negócios.

No que respeita aos táxis, a sua utilização está longe de ser entendida como uma alternativa ao transporte individual - apesar de possuir as vantagens do porta-a-porta e não precisar de lugar para estacionar -, não sendo tratado pelas entidades públicas com a perspectiva de serviço público.

Por sua vez, o transporte individual confronta-se com grandes dificuldades de circulação e de estacionamento, resultantes da saturação da rede viária para o número de automóveis a circular, do desrespeito pelas regras de cargas e descargas e das paragens e estacionamentos em segunda fila. Em relação ao estacionamento, estas dificuldades têm sido minimizadas pelos parquímetros.

Quanto à circulação pedonal, ela é cada vez mais difícil nalgumas zonas da cidade, onde as pessoas são muitas vezes obrigadas ao uso das zonas rodoviárias pelo facto de os passeios estarem ocupados com o estacionamento de automóveis, com todo o incómodo e falta de segurança que isso representa.

Enfim, uma situação que só pode ser resolvida com uma resposta eficaz do sistema de transportes públicos, virado para a satisfação das necessidades da população e assumido como um direito, e com uma rede de transportes pesados que cubra a malha larga e seja complementada e articulada com o transporte ligeiro na malha fina.

VÍTOR DIAS

Membro da Comissão Política

Janeiro no bloco de notas

Resistindo qualquer coisinha à ditadura do efémero, voltemos um pouco atrás neste final de Janeiro de 2000 - o mês que, daqui para a frente, devia ser sempre lembrado com aquele em que se iniciou uma Presidência portuguesa da União Europeia patrocinada por nove empresas - e desabafemos então em torno de quatro factos que dão muito que pensar, e muito mais fundo que a espuma dos dias.

1. Na audição parlamentar sobre a TAP promovida pelo PCP, o ministro Jorge Coelho, agora sempre lembrado como o homem que, com proverbial espírito de serviço, dedicadamente preencheu o vazio deixado no Equipamento, Obras Públicas, Transportes e conexos pela vitória dos «lobbies» antiCravinho, perpetrou uma cena de rasteira chantagem e disparou umas frases de inaudito terrorismo verbal que merecem ser retidas, a tal ponto iluminam não apenas a política do Governo PS mas sobretudo o pechisbeque da sua tão autogabada «cultura democrática».

Com efeito, é indispensável guardar na memória as imagens televisivas de um Jorge Coelho, com uma expressão simultaneamente de zanga, superioridade e desprezo perante os deputados presentes, a invocar que a TAP em Março já não teria dinheiro para pagar salários, a ligar a pressa da aliança com a Swissair à imediata entrada de dinheiro fresco, a lembrar que os deputados têm o salário garantido e a veicular reflexamente a ideia de que estar a discutir ou contestar aquela aliança é querer tirar o pão aos trabalhadores da TAP, e que só se podem permitir o luxo destas discussões os que recebem em dia certo da AR.

Registando a suprema elegância e o fino recorte ético deste tipo de argumentos, não basta porém terminar gritando «volta cavaquismo que estás perdoado!». É preciso lembrar que, quem sabe se para não acirrar ainda mais as coisas com o seu predecessor na pasta, o ministro Jorge Coelho se esqueceu do pequeno pormenor de que o Governo do PS já há quatro anos e tal que lida com o problema da TAP e deve ter alguma coisa a explicar e algumas responsabilidades a assumir. Mas não sejamos ingratos porque, mesmo admitindo que fosse verdadeira a aflitiva situação de tesouraria da TAP que Jorge Coelho agitou, teria sido graças às palavras deste superministro que ficávamos então todos a saber em que condições de serenidade e soberania de decisão estavam a ser tomadas decisões fundamentais para o futuro da actual companhia aérea nacional.

2. Cavalgando a fusão do BES com o BPI, encheram-se páginas e páginas sobre os novos passos nas operações de concentração no sector financeiro. Mas quase ninguém parece querer reflectir sobre o facto destes espectaculares negócios e os milhões neles dispendidos só serem possíveis após anos e anos de voraz vampirização pelos bancos da economia real. Entre hossanas, deslumbramentos e festejos, ainda há um ou outro que, timidamente, escreve que falta saber «se as sinergias dos bancos permitirão fazer descer os custos das operações para o público em geral ou se a cartelização não levará precisamente à penalização dos consumidores» (Nicolau Santos, «Expresso» de 22/1). Mas também há quem - Luís Marques, igualmente nesse «Expresso» - escreva, longe de qualquer ironia e sem se desmanchar a rir, que «os grandes bancos nascidos destas concentrações terão de provar agora que conseguem tornar o país um lugar melhor para todos». Como se calcula, a observação é de uma pertinência irrepreensível e de uma insuperável lucidez. É que, como todos sabemos, em 10 de Outubro do ano passado, as eleições não foram sobre partidos e deputados (ou indirectamente sobre a formação do Governo) mas sobre que bancos podiam tornar Portugal «um lugar melhor para todos». E, também como todos sabemos, é esse comvente objectivo e essa sofrida preocupação que estão consagrados no primeiro artigo dos pactos sociais ou Estatutos de todos os bancos. Aliás, não tratam de outra coisa todos os dias.

3. Através das notícias sobre «o reajustamento accionista da holding energética portuguesa Galp» (o director do *Diário Económico* observou, a este respeito, que «com um tiro apenas, os italianos (da Eni) conseguiram obter o controlo daquilo que provavelmente jamais imaginavam conquistar»), ficámos a saber que a saída do grupo dos accionistas privados portugueses foi «um bom negócio» pois «nos oito anos que esteve na Petrogal/Galp investiu 88 milhões e ontem vendeu os seus 33,4% por 193. Ganhou, líquidos, 105 milhões». E também ficámos a saber que o Estado arrecadou 87 milhões pela venda de 15% : 11% aos italianos da Eni e 4% aos espanhóis da Iberdrola.

A notícia deste «reajustamento» e deste «bom negócio» devia dar que pensar. Na verdade, com tudo o que hoje está à vista, é patente que se comprovaram as atempadíssimas prevenções do PCP de que as privatizações conduziram em linha recta ao controlo de sectores fundamentais da nossa economia por grupos estrangeiros, ao contrário das garantias e juras dos que quiseram sempre confundir capciosamente o alho das liberalizações com o bogalho das privatizações. Mas, sobretudo, devia levar a pensar que, ao contrário do que algumas boas e santas almas julgarão, este «bom negócio» dos accionistas privados portugueses tem muito pouco que ver com as famosas «leis» do ainda mais famoso «mercado» e tem quase tudo que ver sim com a intervenção do Estado na economia (que os grupos económicos cinicamente muito criticam mas de que são grandes beneficiários). Na verdade, o que os accionistas privados portugueses agora venderam foi o que, por sua vez, lhes foi vendido pelo Governo do PSD há oito anos.

E será graças ao tórrido casamento entre o Governo do PS e o grande capital que já dura há quatro anos que ainda havemos, daqui por meia dúzia de anos, de saber que a Eni e a Iberdrola venderam por 180 milhões de contos aquilo que o ministro Pina Moura lhes vendeu agora por 87.

E é por estas e por outras que nos fica a terrível suspeita de que, se não fosse a controvérsia estética que agora sempre rodeia os novos monumentos públicos, a esta hora já os «mercados» e os grupos económicos nacionais e estrangeiros andariam a erguer estátuas aos governantes que temos.

Desabafos em torno de quatro factos que talvez mereçam fugir à sorte do efémero, exactamente porque dão muito que pensar, e mais fundo que a espuma dos dias.

4. Numa comprovação de que, infelizmente acrescentamos nós no caso vertente, os ajustes de contas e manobras do José Manuel (Durão Barroso), do Pedro (Santana Lopes) e do Marques Mendes (o Luís,

para quem não sabe) estão longe de consumir todas as energias do PSD, este partido apresentou há dias na Assembleia da República um projecto de nova lei dos partidos políticos que ilustra bem onde podem conduzir certas derivas conceptuais em torno da tão proclamada «reforma do sistema político», designadamente aquela que tende crescentemente a encarar os partidos como departamentos ou extensões do Estado.

Fique pois a informação e o aviso de que o PSD, para além de uma intolerável ingerência legislativa nas modalidades de organização democrática interna dos partidos e de uma inaceitável proibição de filiação partidária de juizes, magistrados do Ministério Público, diplomatas de carreira, agentes dos serviços ou das forças de segurança, directores e subdirectores gerais, presidentes de institutos públicos, pretende ainda que a lei venha a obrigar os partidos a entregar a lista dos seus militantes no Tribunal Constitucional!

Quem se lembrar que, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974, Sá Carneiro apresentou no 1.º Governo Provisório uma proposta de lei dos partidos que lhes impunha a entrega de cópia dos seus ficheiros de militantes no Ministério das Administração Interna, não pode deixar de concluir que, podem passar os anos e os líderes, mas o PSD volta sempre a certos elementos do seu código genético.



Sobre o emprego (da força de trabalho)

■ Sérgio Ribeiro

Neste semestre cabe a Portugal a presidência da União Europeia. O que tem, pelo menos, importância mediática. Mediatização que se faz, sobretudo, à volta dos grandes temas que ocuparão essa presidência. E eles são, como o camarada Agostinho Lopes sistematizou no *Avante!*, a reforma institucional, o alargamento, a «cimeira sobre o emprego», a não realização da «cimeira africana».

Sobre cada um destes temas haveria muito a dizer e muito será dito. Até porque aparecem documentos que pedem (exigem!) reacção. Um deles, apresentado pela presidência portuguesa, tem em vista a «cimeira do emprego» a realizar em Março. Na CAE do PCP há um Grupo de Trabalho para as questões de emprego, que tem reunido e elaborado documentos de reflexão sobre os conceitos e de acompanhamento da situação de emprego/desemprego em Portugal e na UE. É oportuno trazer à luz do dia algum produto desse trabalho para que ajude ao debate que esta presidência portuguesa possibilita e (nos) estimula.

É o caso do texto da camarada Maria Alberto Branco, *Empregabilidade e adaptabilidade – conceitos para baixar o custo da mão-de-obra*, publicado no último número do *Avante!*. Trata-se de texto que merece a maior atenção porque nos arma para o confronto com documentos como o preparado para o «Conselho Europeu Extraordinário» de Março de 2000, a realizar em Lisboa, dando-lhe resposta antecipada. Resposta a actualizar, a partir da posição que tem uma base conceptual e que denuncia a instrumentalização de conceitos apresentados como sendo científicos e inócuos mas com um objectivo de classe: o de baixar o custo da «mercadoria» força de trabalho.

«Emprego, reformas económicas e coesão social – para uma Europa da inovação e do conhecimento», da responsabilidade da presidência portuguesa, é documento paradigmático – isto para imitar o arrevesado e pretensioso léxico usado – da aproximação social-democracia às questões sociais. Abunda na pompa e circunstância de retumbantes afirmações sobre «um novo objectivo estratégico», sobre mudanças «para uma economia e uma sociedade baseadas na inovação e no conhecimento», suscitando a imagem de uma demão de tinta de cor rosa velho aplicada sobre várias camadas de outras cores que foram desbotando enquanto se degradava a consistência da parede e do edifício, e não consegue esconder a humidade, o salitre, o mofo.

A demão anterior, aplicada em Luxemburgo e precedentes «cimeiras», espregueira com os conceitos de empregabilidade e de adaptabilidade, mas agora com outros enfeites e cores, muito *benchmarking* e algum *mainstreaming*. Todo o texto é empolado e redundante e se se quisesse fazer a sua exegese nem sobraria tempo para comentar a insistência – que não se consegue compreender... – na referência à «entrada do novo milénio» retomando a anomalia cronológico-matemática em que se compraz o programa de trabalho da presidência, decerto com a intenção de que fique como uma «Presidência portuguesa (que) coincide com o início de um novo milénio que abre promissoras perspectivas de progresso!» Até porque, como aí se lê, «com o início de um novo século (!), a Europa deve ambicionar tornar-se numa economia mais dinâmica e competitiva, baseada na inovação e no conhecimento e capaz de gerar mais e melhor emprego e mais coesão social».

Melhor emprego

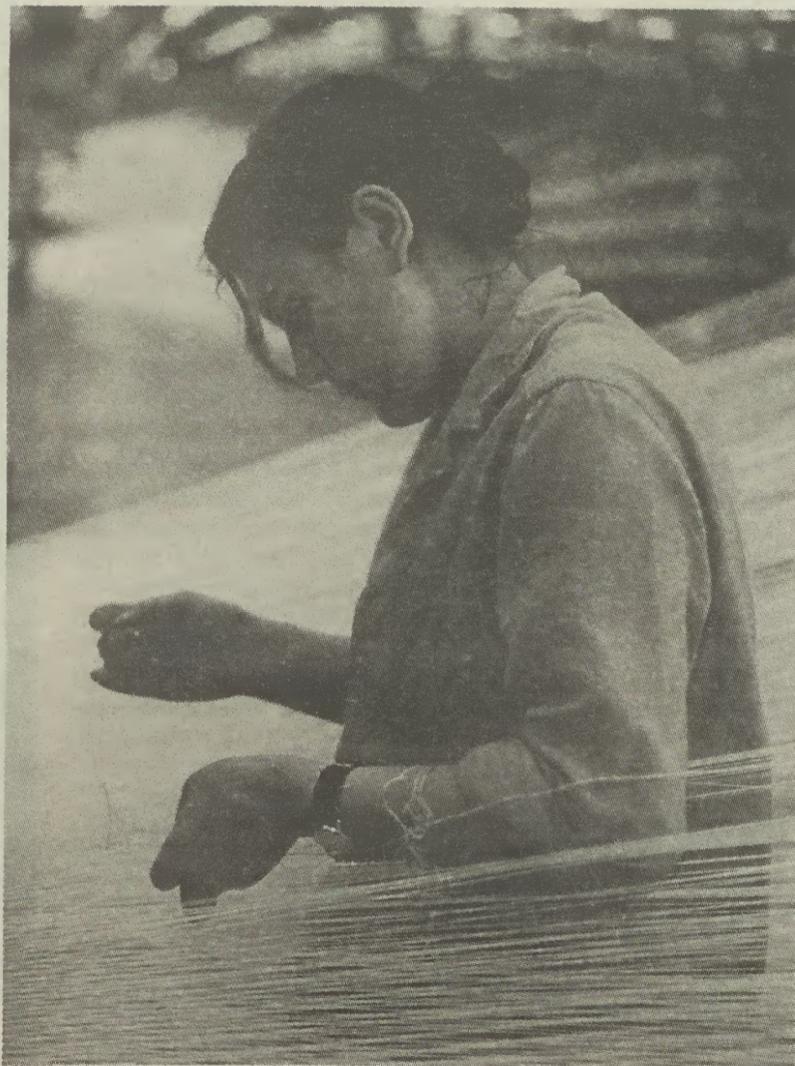
Estes serão aspectos formais, o encantatório blá-blá social-democrata em que não faltam boas intenções e vocábulos ingleses. No entanto, a expressão «mais e melhor emprego» serve de excelente ponte para se tratar de coisas sérias. Na nossa perspectiva. Que se alimenta e actualiza no marxismo.

«Melhor emprego» levanta a questão da qualidade do emprego, e este só pode ser o da força de trabalho, aquele emprego que é criador de valor e que possibilita a exploração do trabalhador através da apropriação de mais-valia. E por mais complexa que seja, cada vez mais, a realidade socioeconómica, esta é uma questão fundamental. Para nós. Na nossa perspectiva.

Também sobre a qualidade do emprego, no *Avante!*(¹) de 13.01 encontra-se um bom contributo para reflexão (e interven-

ção) no trabalho de Eugénio Rosa, *Explosão da precariedade provocada pela globalização neoliberal*, tal como no que publicou anteriormente.

Ao juntar-se «mais emprego» a «melhor emprego», aquilo que se pode oportunamente acrescentar, como pista para reflexão (e debate), é que a evolução do desemprego, e sua estabilização em alto nível, característica da eco-



nomia e sociedade capitalista europeia desde a segunda metade dos anos 70, serviu para, por via das opções estratégicas neoliberais, se avançar na deterioração da qualidade do emprego, na sua precarização, na tentativa de levar até ao absurdo a mercadorização da força do trabalho, com as fórmulas de trabalho a prazo, à tarefa, à peça, ao domicílio, com as estratégias da flexibilização, da polivalência, das deslocalizações.

Como síntese, em momento de balanço e viragem, pode afirmar-se que enquanto o desemprego alastrava e era, de certo modo, promovido, afirmava-se combatê-lo, e era usado como variável estratégica para deteriorar a qualidade do emprego, para o tornar inseguro, instável... mais barato para o capital.

Acertado será dizer que se, hoje, o problema de «mais emprego» se coloca com diferente e (talvez) menor acuidade, assim é porque o desemprego cumpriu a sua mais importante função: a de tornar pior para o trabalhador – isto é, mais capitalista – a qualidade do emprego da força de trabalho.

A evolução demográfica

É muito significativo que, nos documentos que se publicam sobre a actual situação do emprego/desemprego, nada se diga sobre a evolução da população na sua vertente etária e nos estratos inicial e final de «idade activa». E é-o particularmente no caso do documento da presidência para «cimeira do emprego» de Março que, sendo tão pretensioso nos enunciados e no fraseado aparentemente teórico, parece ignorar a dinâmica demográfica.

É verdade que, a partir de um determinado estádio das relações sociais se procurou impor-se o «mercado do trabalho» e, na fase neoliberal se tenta levá-lo o mais longe possível, o mais mercado possível, apesar da sua «mercadoria» (a força de trabalho) ser *especial*. Pelo nosso lado, além da posição de fundo, ideológica, sempre se chamou a atenção para a especificidade de tal «mercadoria» e para a necessidade de se planificar o seu emprego, no cruzamento de 3 dinâmicas: demográfica, de formação/educação, económica.

A partir do acompanhamento da evolução estatística que faz o camarada J. Tão, também da CAE do PCP, dispõe-se de estimativas sobre as tendências da evolução demográfica que colocam o problema do emprego em termos muito diferentes porque se está num ponto de viragem demográfica, em Portugal e na UE.

Bastará observar que, em Portugal, o «índice de renovação da população em idade activa», isto é, a relação entre a população dos 15 aos 24 anos e a população dos 55 aos 64 anos, passará de 150,4 em 1995 para 92,9 em 2010. Ou seja, enquanto, em 1995, por cada 100 homens e mulheres a deixarem a «idade activa» (o «mercado» do lado da oferta) havia 150 a nela entrarem, em 2010, a manter-se a tendência, haverá apenas 93 homens e mulheres para ocuparem os 100 postos de trabalho (ou a sua oferta) que estiverem a ficar livres em razão da idade dos trabalhadores.

A dimensão da tendência varia segundo as regiões, sendo a evolução mais significativa – e preocupante – a de «Lisboa e Vale do Tejo» em que, também entre 1995 e 2010, o mesmo indicador passaria de 130,8 para 78,5. Ou seja, enquanto em 1995 por cada 100 homens e mulheres a deixarem a «idade activa» havia 131 a nela entrarem, em 2010 não chegarão a 79 os homens e mulheres a chegarem a idade de concorrerem aos 100 postos de trabalho que estiverem a ser desocupados ou a poder ser preenchidos pelos trabalhadores que se aproximam dos 65 anos.

Combater o desemprego, elevar a taxa de emprego... pois! Mas...

Esta é, evidentemente, uma abordagem fundamental para o conhecimento e planeamento da actividade socioeconómica. Não estar ela explícita nos documentos «oficiais» não quer dizer que esteja ausente dos seus pressupostos. O que não surpreende, pois, nesses documentos; há bem mais cinismo que transparência!

Quando se escreve que, para atingir «o duplo objectivo estratégico de combater o desemprego e elevar a taxa de emprego», se requer que seja «(invertida) decisivamente a tendência para saídas precoces do mercado do trabalho, favorecendo o emprego dos trabalhadores mais idosos» ilustra-se bem a forma como é encarado o trabalhador, mero instrumento e não meio e fim de uma actividade, instrumento que, nuns momentos, convém atirar para a reforma precoce porque há desemprego e há que desactivar a quantidade de «mercadoria» força de trabalho de que é portador e que ultrapasse os limites aceitáveis pela gestão de stocks, enquanto, noutros momentos, convém «promover um envelhecimento mais activo, combatendo a retirada precoce do mercado do trabalho», como se pode ler em páginas seguidas do documento *Emprego, reformas (e etc.)...*

Diz-se, escreve-se, fundamenta-se, propõe-se sem se explicitar a condicionante demográfica que faz com que, em certos concelhos do nosso país, já empresários comecem a reclamar por causa da escassez da oferta de força de trabalho face à procura, o que pode levar a pressão sobre os salários, preço da «mercadoria», e também assunção de direitos, com maiores exigências por parte dos «proprietários» – que são os trabalhadores – dessa «mercadoria» – que é a força de trabalho.

O que também é de sublinhar é que importa prevenir e desmontar a tantas vezes ensaiada campanha de valorização de diminuição das taxas de desemprego sem a associar à deterioração da qualidade do emprego e à evolução do «índice de renovação da população activa». Este último facto, aliás, deverá motivar revisão de posições, na UE e nos Estados-membros, aqui e ali, relativamente à emigração encarada como importação da «mercadoria». Mas este já é o enunciado de outro tema.

(¹) É significativo que, pela 3.ª vez neste artigo a propósito da presidência portuguesa da UE e o documento para a «cimeira do emprego», me refira a «peças» publicadas em recentes números do *Avante!*, e poderia ainda, por exemplo, ter aproveitado o trabalho de Manoel de Lencastre sobre a entrevista de Guterres ao *Financial Times*. Para mim, e por mim escrevo, é sinal muito positivo nestas vésperas de aniversário e mudanças gráficas no nosso jornal.

Texto
Isabel Araújo Branco
Fotos
Jorge Caria

«Experimentar drogas é uma roleta russa»

Entrevista com João Goulão

João Goulão, presidente do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicoddependência do Ministério da Saúde, fala ao *Avante!* nas mudanças ocorridas nos últimos anos nesta área e alerta para os perigos do consumo de drogas, como a propensão para a esquizofrenia nos fumadores de haxixe. E afirma: «Não me atrevo a experimentar, porque nada me garante que eu não me agarre. Por mais sólida que seja a minha convicção de que não iria por aí fora, não arrisco.»

Avante! - É difícil dizer que não se quer experimentar ou usar drogas, mesmo esporadicamente, se os amigos ou a maioria dos elementos do grupo as usam?

João Goulão - É, é difícil dizer que não, porque muitas vezes o convite ao consumo corresponde a um ritual iniciático do próprio grupo. A pessoa para se sentir incluída, para ter sentimentos de pertença - fundamentais para o equilíbrio de todas as pessoas - tem de passar por isso. Muitas vezes é mesmo muito complicado dizer que não. Só pessoas com uma grande segurança em si próprias e uma convicção muito bem alicerçada é que conseguem encontrar dentro de si força para dizer não.

Mas não é difícil ter essa convicção aos 13, 14 ou 15 anos? Claro que sim. Essa é uma questão em que o ambiente familiar é mais importante. Por um lado, é conferir confiança em si próprio e, por outro, desenvolver sentimentos de auto-estima. Sentir-se estimado confere à pessoa uma sensação de auto-estima que lhe permite recusar coisas que parecem irrecusáveis a quem não dispõe dessa segurança.

O «experimentar por experimentar», a descoberta de novas sensações pode ser perigoso?

Pode ser. Há uma frase feita que diz que só fica dependente quem experimenta, quem consome pelo menos uma vez. Eu trabalho nesta área há muitos anos. Muitíssimas vezes clientes meus

dependentes de heroína me disseram: «O doutor nunca experimentou, não sabe o que é. Era importante que experimentasse para saber o que nós sentimos.» E eu respondo: «Não me atrevo a experimentar, porque nada me garante que eu não me agarre.» Por mais sólida que seja a minha convicção de que não iria por aí fora, não arrisco. É um desconhecido que não sinto a necessidade de conhecer.

Até que ponto pode ser perigoso fumar uns charros?

Muita gente já experimentou pelo menos uma vez. A experimentação por si só envolve desde logo alguns riscos. Um charro de haxixe pode despoletar - não sei se ainda se usa este calão - um «flapão»: a pessoa fixa-se em más percepções que vão despoletar um delírio, que pode ser o prenúncio de uma esquizofrenia. Isto acontece em personalidades que têm alguma predisposição, mas, se calhar, se não houvesse este factor desencadeante nunca viria a manifestar-se. O que é facto é que existe uma incidência muito mais elevada de esquizofrenia na população utilizadora de haxixe do que na não utilizadora. É uma roleta russa. Ninguém sabe se tem essa predisposição.

Quando é que um consumidor passa de não-dependente a dependente?

Posso fazer o paralelo com outras substâncias, como o álcool. Uma coisa é beber socialmente ou à refeição, outra é acordar de manhã com a necessidade imperiosa de beber álcool para conseguir funcionar. A dependência surge no momento da compulsão ao consumo. A pessoa, apesar de tentar resistir, não consegue. O dependente passa por uma fase em que diz: «Amanhã paro com isto.»

Há drogas, nomeadamente a heroína, em que a dependência física surge muito rapidamente. A pessoa utiliza um, dois, três dias e, se ao quarto dia não utiliza, começa a sentir sofrimento físico. Afíno que está dependente fisicamente. Mas pode eventualmente travar

nesse momento. Essa dependência pode ainda ser revertida, a pessoa pode ultrapassá-la.

Normalmente a pessoa quando chega a esse ponto pára?

Normalmente não. Com algum esforço é possível parar após a utilização de meia dúzia de vezes. Mas na prática acaba por ir por aí fora e deixa a dependência física instalar-se. E para além dela, uma forte dependência psicológica.

A dependência psicológica é mais difícil de ultrapassar?

Claro, claro. Nós vemos isso no tratamento. A dependência física que parece ser a questão central para os toxicoddependentes ultrapassa-se com facilidade com os medicamentos em cinco dias ou uma semana. Pôr a cabeça a funcionar livre da necessidade de sentir aquelas sensações é bastante mais complicado.

Em Portugal, ao contrário do que acontece no resto da Europa e em particular na Escandinávia, as mulheres toxicoddependentes são uma minoria. Porquê?

Não sei, mas parece que todas as estatísticas indicam que há quatro homens para uma mulher toxicoddependente ou números ainda inferiores.

Estará relacionado com o papel da mulher na nossa sociedade?

É possível, embora hoje assistamos a um outro tipo de hábitos nas mulheres que tradicionalmente estavam reservados ao sexo masculino. Vemos uma taxa cada vez maior de mulheres fumadoras, por exemplo. Na droga não tenho uma explicação para o fenómeno.

O que acontece é que as mulheres fazem o salto das drogas leves para as drogas duras mais cedo. Aparecem mulheres a consumir heroína em idades mais precoces do que os homens.

Em termos de tratamento é igual?

É. Há algumas especificidades que têm a ver com o facto de a heroína na maioria das vezes provocar a suspensão das menstruações e pode haver a ocorrência de gravidezes nesses intervalos, o que é um factor que complica o processo.

Pensamos - e isto é apenas uma reflexão sem base científica - que essa escalada seja mais rápida nas mulheres por elas normal-

O paradigma do consumismo

Como se pode prevenir?

A prevenção tem duas vertentes. Por um lado, é importante a organização social e a oferta de meios básicos de vida e de realização pessoal. Por outro lado, a sociedade tal como existe elege como figura máxima mais importante o consumo. Tudo se fabrica no sentido de ser consumido, até as drogas. Aliás, as drogas podem ser vistas como o paradigma do consumis-

mo. E quando falo em drogas, não falo só das ilícitas.

Nós temos drogas para rir, para chorar, para dormir, para acordar, para ter potência sexual, para tudo e mais alguma coisa. Esta é a linha do consumismo. Compramos

emoções, compramos poder, compramos *dopping* para ser melhor do que o outro. Uma sociedade organizada no sentido do poder e do ter, e não no sentido do ser e do valer por si, é necessariamente uma sociedade favorecedora da utilização de drogas.

Desse ponto de vista, a prevenção hoje em dia é muito difícil de fazer.

Mas há, então, uma prevenção ligada à organização social e à oferta de oportunidades.

Que também não é fácil.

Mas, apesar de tudo, há coisas que vão sendo feitas. Penso que é importante prevenir a desinserção. A intervenção no meio laboral é importantíssima. É fundamental o esclarecimento e a atenção ao desempenho dos trabalhadores. Caso seja detectado que há perturbações no desempenho de um trabalhador, faz muito mais sentido que um serviço de medicina no trabalho se ponha na pista do que está a acontecer na sua vida, do que lhe pôr um frasquinho à frente para a detecção de drogas na urina. É importante perceber o que está a acontecer na família.

Até porque será mais fácil a pessoa cooperar.

Exactamente. É mais importante falar com as pessoas do que ter uma atitude policial.

Em termos de prevenção do desenvolvimento de auto-estima e de gostos, é importante educar para a arte, educar para a justiça, educar para coisas que fazem parte da pessoa como um todo.

A ocupação dos tempos livres aí é fundamental?

Claro que sim. O desenvolvimento de horizontes, o alargamento de diversos campos. O desporto é uma panaceia para este tipo de males que não corresponde à verdade. Mas é sem dúvida um instrumento importante. Pode haver um jovem que não goste de jogar à bola ou fazer atletismo, mas que gosta de música ou de pintura.

É realista o objectivo da 20.ª Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU sobre Drogas, que se realizou em Junho de 1998, de eliminar ou reduzir significativamente a oferta e da procura da droga até 2008?

Não, de todo. Houve tentativas de converter as culturas da América do Sul. Os agricultores recebiam um subsídio para, em vez de plantarem coca, plantarem arroz, por exemplo. O que aconteceu foi que, quando colheram o arroz e o tentaram comercializar, ninguém o comprou. Isto significa que depois de estes agricultores comerem arroz



Procura é mais eficaz

dos países produtores têm responsabilidade. Podiam tentar reconvertir as produções, com o apoio internacional. E demarcar-se politicamente do poder económico dos potentados da droga. O que é facto é que existe uma enorme promiscuidade entre estes dois poderes.

A maioria dos produtores são camponeses pobres...

... que nem têm noção da mais-valia que fica pelo caminho, desde a sua produção de folha de coca até aparecer o pó ou a base de coca comercializada na Europa. Se as alfices entrassem no mercado com a mesma facilidade, se

calhar estariam a plantar alfices.

Há vontade política para resolver esta questão?

Acho que sim, mas também acho que há várias velocidades e vários empenhos. De uma forma geral, há dados concretos que mostram que há um esforço político real.

Uma solução para o problema teria de ser internacional?

Penso que sim, pelo menos continental. Vejo com grande dificuldade a tomada de posições em Portugal, ou mesmo em Portugal e em Espanha, que não levem em linha de conta as actuações nos países

«Tenho grandes dúvidas quanto à liberalização»

A decadência física e psicológica dos toxicoddependentes assusta os mais novos e faz com que se afastem das drogas?

Sim, aliás a heroína é hoje uma droga desprestigiada junto dos mais jovens. Esse estereótipo do arrumador ou do frequentador do Casal Ventoso, com ar andrajoso, é a face visível, a face explorada pelos *media*. Não há reportagem sobre a droga que não apresente imagens do Casal Ventoso ou de um indivíduo a dar um chuto com um ar completamente *KO*.

Mas isso não corresponde à realidade das coisas. Cerca de 60 por cento dos toxicoddependente que nós acompanhamos são pessoas que trabalham, que estudam, que estão socialmente integradas, com quem nos cruzamos normalmente na rua.

Agora, esta imagem visível assusta um pouco os jovens e contribui para desprestigiar a droga. E mais: a droga leva à degradação não só pelos circuitos em que é obtida, pela necessidade das pessoas fazerem determinadas coisas para arranjar dinheiro que alimente o vício, mas também pela acção intrínseca da própria droga. É a própria substância que se torna o centro da vida das pessoas, tudo o resto perde o interesse.

Esta é uma convicção profunda que tenho, daí ter grandes dúvidas quanto a estratégias liberalizadoras. Discriminalização tudo bem. Mas liberalização e venda controlado pelo Estado... tenho grandes dúvidas.

O número de consumidores tem tendência para aumentar ou diminuir? Há dados que indicam um envelhecimento da população toxicoddependente...

Volto a centrar-me na heroína. Há sinais indirectos de decréscimo. Temos um aumento efectivo da capacidade de oferta de cuidados médicos. Apesar disso, o número de primeiras consultas nos nossos centros tem vindo a diminuir nos últimos dois anos, o que significa que há uma menor procura de pessoas em busca de tratamento. Por outro lado, a idade média dos consumidores de heroína está a aumentar.

Que é?

Actualmente situa-se à volta dos 29 anos. Tem vindo a aumentar ano a ano. Cada vez são mais velhos. Isto traz outros problemas: estão cada vez mais doentes, mais degradados, há mais casos de sida, hepatites e tuberculoses.

Parece cru dizer isto, mas dá a sensação que estes dependentes de heroína que estamos a acompanhar são vagas a extinguir devagar. Dá ideia que não serão substituídos por jovens. Os jovens têm outras ondas: os novos padrões de consumo de álcool, que são extremamente preocupantes; as novas drogas sintéticas, como o *ecstasy*, cujos consumidores não nos pedem ajuda; o aumento da cocaína, que também não motiva espontaneamente pedidos de ajuda.

É uma realidade que está em mutação, em relação à qual as nossas estruturas de tratamento e prevenção têm de estar adaptadas. Por exemplo, faz todo o sentido haver um discurso diferenciado para cada uma das drogas. Cada vez mais temos de falar em toxicoddependências, no plural.

Falávamos das doenças a uma toxicoddependência arrasta, como a sida, a hepatite ou a tuberculose. Há alguma prevenção entre os toxicoddependentes?

Há. Se entram seringas novas no mercado, alguém as usa. O que é bom, mesmo que sejam vendidas ou objecto de negócio. Nas prisões faria sentido que as seringas fossem substituídas. Elas existem. Se o argumento contra a troca de seringas é a utilização da seringa como arma, é muito menos perigosa uma seringa nova do que uma seringa velha. Cai pela base este argumento falacioso.

Assistimos também a um decréscimo da utilização da heroína por via endovenosa. Está a aumentar o número de pessoas que fumam em vez de picarem.

O combate ao tráfico deve começar pelo combate ao tráfico ou ao consumo?

As duas coisas têm de ir a par. Confesso que acredito muito mais na redução da procura do que na da oferta. É mais seguro tomar medidas efectivas na redução da procura - com a educação e a prevenção - do que medidas de redução da oferta. Há algumas que são inegavelmente eficazes, mas é preciso muita coragem para andar para a frente. É o caso das medidas de combate ao branqueamento de capitais

Isso tem a ver com o medo de apanhar doenças?

Tem, sem dúvida. Água mole em pedra dura... As campanhas de informação e de prevenção funcionam... Apesar de continuarem a utilizar drogas, as pessoas alteram os seus hábitos de consumo e passam a ter algumas prevenções.

Por outro lado, o sistema sanitário está a chegar cada vez mais à população toxicoddependente. Tal como as informações no sentido da redução de danos. Tudo isto demorou anos, mas em termos de alteração de hábitos de consumo já estamos a recolher alguns frutos.

Qual o papel das novas drogas - como o *ecstasy* - ligadas a certas comunidades e grupos?

São drogas recreativas, que na representação dos jovens são vistas como drogas limpas, drogas de poder, que favorecem o contacto e aproximação. A outra foi uma hepatite tóxica quase fulminante, em que o indivíduo ia morrendo por ter tomado dois comprimidos de *ecstasy*. Não conseguimos saber se essa hepatite tóxica foi provocada por alguns aditivos que os comprimidos tivessem. Sei que utilizam estriquinina e cafeína em altíssimas doses, que podem ser tanto ou mais perigosos que a substância activa do *ecstasy*.

São tão perigosas como as outras?

Sim. Não temos ainda em Portugal o relato de situações de grande gravidade. Na minha experiência pessoal, tive duas situações. Uma de uma taicardía brutal, de um miúdo que só a travou com choques eléctricos. A outra foi uma hepatite tóxica quase fulminante, em que o indivíduo ia morrendo por ter tomado dois comprimidos de *ecstasy*. Não conseguimos saber se essa hepatite tóxica foi provocada por alguns aditivos que os comprimidos tivessem. Sei que utilizam estriquinina e cafeína em altíssimas doses, que podem ser tanto ou mais perigosos que a substância activa do *ecstasy*.

Longe de resolver o problema, a repressão pode ter aspectos positivos? Contribui para afastar novos consumidores, por exemplo.

Acho que sim, mesmo com todo o respeito pela liberdade individual. Tal como faz sentido que o Estado te obrigue a usar cinto de segurança quando vais ao volante para tua própria protecção, faz sentido que ele te proteja das substâncias que te fazem mal. Nesse sentido sou favorável à existência de medidas de desincentivo à utilização.

Quando os arrumadores de carros se generalizaram, a criminalidade diminuiu?

Trata-se de um arremedo de uma actividade profissional. Apesar de tudo, é melhor do que estar a assaltar vivendas ou a roubar de estição. Não defendo isto como solução, mas é uma actividade mais digna, embora nós nos sintamos intimidados para dar uma moedinha mesmo se eles não ajudem a arrumar o automóvel. É um esforço de organização. Há pessoas que têm horário de entrada e espaços próprios, o que proporciona uma organização social que se calhar é um progresso na vida deles. É evidente que isto não é solução para ninguém, mas é melhor do que nada.



Chile 2000

A opção neoliberal
sob a máscara da mudança

A difícil vitória alcançada no Chile por Ricardo Lagos sobre Joaquín Lavín foi interpretada por grande parte da comunicação social como o desfecho de um confronto entre a esquerda e a direita. É uma conclusão que deforma a realidade. O novo presidente desenvolveu a sua campanha em torno de um programa que tinha por lema uma palavra-chave: Mudança! Recorreu a um artifício. As mudanças que pretende introduzir serão cosméticas.

Lagos representa o continuísmo. A sua candidatura, apoiada pela Concertación - a coligação de partidos que governa o país há dez anos -, representa um centro político cuja opção neoliberal é transparente. No Chile a necessidade da máscara é maior do que na Europa porque a política económica desenvolvida pelo centro democrático é, com pequenas variantes, a concebida e aplicada pela ditadura. Alguns observadores já a definiram como «pino-chetismo sem Pinochet». O mal-estar de Lagos ao longo de toda a campanha justifica-se. Uma ponderável parcela dos dirigentes da Concertación estava há 30 anos com a Unidade Popular. O próprio Lagos, membro do Partido Socialista e fundador do Partido por la Democracia, desempenhou funções importantes durante o governo de

Não se assistiu, portanto, repito, a um choque entre esquerda e direita. País cuja economia depende das exportações, o Chile acusou muito os efeitos da crise asiática. A perda de mercados tradicionais reflectiu-se numa queda brusca das altas taxas de crescimento da primeira metade da década. A inflação aumentou e a taxa de desemprego atinge presentemente um nível alarmante. O fosso entre ricos e pobres alargou-se perigosamente. Nunca a injustiça foi tão transparente como hoje.

Entretanto, tal como acontece na Europa Ocidental, o descontentamento social não se traduz nas eleições numa deslocação de votos para a esquerda responsável e séria.

O Partido Comunista do Chile apresentou nas eleições presidenciais um candidato próprio, a sua secretária-geral, Gladys Marin. Acompanhei a marcha da campanha. Foi muito bem conduzida. As sondagens atribuíam a Gladys 7% ou 8% dos votos, uma percentagem que expressaria a recuperação de prestígio e influência do Partido nos últimos anos, sobretudo entre os trabalhadores e os estudantes. Os resultados desmentiram, contudo, as previsões. A candidata comunista obteve somente 4% dos votos

emitidos. O temor de uma vitória de Lavín - o alcaide de Las Condes, riquíssimo empresário que durante a ditadura colaborou ostensivamente com o regime - esteve na origem do fenómeno do «voto útil» em Lagos, não obstante as duríssimas críticas de Gladys Marin ao candidato da Concertación.

Nem por isso os comunistas foram poupados. Alegaram os partidários de Lagos que este poderia ter sido eleito na primeira volta se mais algumas dezenas de milhares de comunistas tivessem votado nele. O PCCh, apesar do empate técnico do primeiro turno, não fez apelo ao voto no candidato da Concertación. Qualquer negociação, qualquer compromisso com Lagos iria contra o espírito inovador que caracterizou a campanha comunista.

A candidatura de Gladys Marin esteve orientada para a possibilidade da criação num futuro próximo de uma grande frente de esquerda. Não se pensa

obviamente em reinventar a Unidade Popular. O simples facto de socialistas, radicais e elementos da esquerda cristã serem hoje pilares da Concertación demonstra a inviabilidade de uma tal opção. O sociólogo Tomás Moulian, que coordenou com dinamismo a candidatura de Gladys, esboçou numa entrevista à revista «America Libre» (1) o perfil que essa frente-movimento poderia assumir. O objectivo seria aglutinar forças que apoiaram Gladys, forças de esquerda que não estiveram com a sua candidatura e forças que, desligadas de qualquer partido, pensam noutra modo de «fazer política». Moulian sugere um trabalho em três níveis: um trabalho de base puramente em rede, orientado para a reconstituição do tecido social e de uma consciência nova, sem fins partidários; um segundo nível que englobe os movimentos sociais, tal como se expressam na vida do país, incluindo o movimento indígena dos mapuches; e um terceiro nível, o do Estado,

tendo em vista a necessidade de se fazer política de um «modo não tradicional». O primeiro traço diferenciador da candidatura de Gladys Marin foi a autenticidade na recusa de todos os artifícios eleitorais. A candidata repetiu insistentemente: «Não vamos ganhar!»

Ficou transparente que se lutava com outras aspirações. O voto não era por ela Gladys, mas uma expressão de repúdio pelo neoliberalismo, ou seja, um voto que traduzisse a vontade de criação de uma frente antineoliberal. Como bem sublinhou Moulian, «Lagos faz uma política de terrorismo moral forçando as pessoas a escolher entre uma política de centro que tende para a direita, que reforça o sistema neoliberal, em vez de permitir que elas expressem o seu mal-estar com uma autêntica posição de esquerda antineoliberal».

Essa procura de um novo estilo com recusa de todas as concessões ao marketing eleitoral, hoje comuns na Europa mesmo entre partidos de esquerda sérios, esteve presente, por exemplo, na desmontagem da linguagem da «mudança» e na resposta à eterna pergunta «que fazer?». Os comunistas chilenos estão conscientes de que no seu país não se pode por ora pensar numa sociedade sequer próxima do socialismo. Defenderam, por isso, políticas possíveis no quadro de uma relação de forças diferente num contexto capitalista não neoliberal. Não falam de «mudança» e sim de «transformação». Preconizam políticas de ruptura com a situação existente, políticas incompatíveis com a lógica neoliberal, mas viáveis através da luta popular. O programa da campanha incluía, entre outros, itens sobre a desmercantilização da Saúde e da Educação; o controlo pelos trabalhadores dos fundos da Segurança Social e a sua utilização em benefício do povo e nunca em actividades especulativas ou investimentos no estrangeiro; o relançamento da desmantelada indústria nacional; a mudança radical da legislação laboral; uma política fiscal que não faça do imposto sobre o trabalho a base da arrecadação; etc.

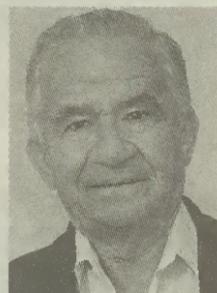
* *
*

Os 4% dos votos obtidos por Gladys Marin não expressam, repito, o significado da sua campanha. Dela, creio, se pode dizer que lançou na terra sementes que vão germinar. No Chile foram apresentadas pelos comunistas e por gente progressista sem partido sugestões que podem dinamizar a luta pela criação de um Movimento, que reúna as forças de esquerda (da esquerda autêntica) com características afins às da Frente Ampla do Uruguai, um Movimento capaz de se transformar no grande adversário do neoliberalismo. Foram recordadas evidências esquecidas. Como afirmou recentemente um grande chileno do nosso tempo, Volodia Teitelboim (2), durante o Século XX «produziu-se a maior adesão intelectual do mundo à ideia de revolução». Após a Revolução Russa e por um longo período, quase todos os grandes artistas (...) a maioria imensa dos escritores mais significativos, dos professores, da juventude, estiveram com a revolução».

Por motivos que aqui não cabe analisar, nos últimos anos assistimos a uma debandada dos intelectuais. A implosão da URSS acentuou esse distanciamento. Mas não estamos perante um divórcio entre os intelectuais e a ideia de revolução. O fenómeno será, acredito, passageiro. Mundo afora são muitos os sintomas de que a crise de civilização gerada pelas consequências da praxis da globalização capitalista de figurino imperial favorece, pela própria irracionalidade do neoliberalismo, um regresso dos intelectuais às trincheiras da luta contra a globalização capitalista de figurino imperial. Pessoalmente, creio que o pensamento teórico de Marx e a rica herança da obra de Lenin são hoje ainda mais actuais do que o foram em vida de ambos. Para a Esquerda que dá sinais de renascer para cumprir a sua vocação histórica, aprender a relê-los será um grande e fecundo desafio. A campanha de Gladys Marin foi praticamente ignorada pelos grandes media internacionais. Mas fez brilhar uma luz no fundo do túnel.

(1) Revista *America Libre*, entrevista de Claudia Korol, Buenos Aires, Agosto de 99, pág. 120.

(2) Ob. ct., pág. 41.

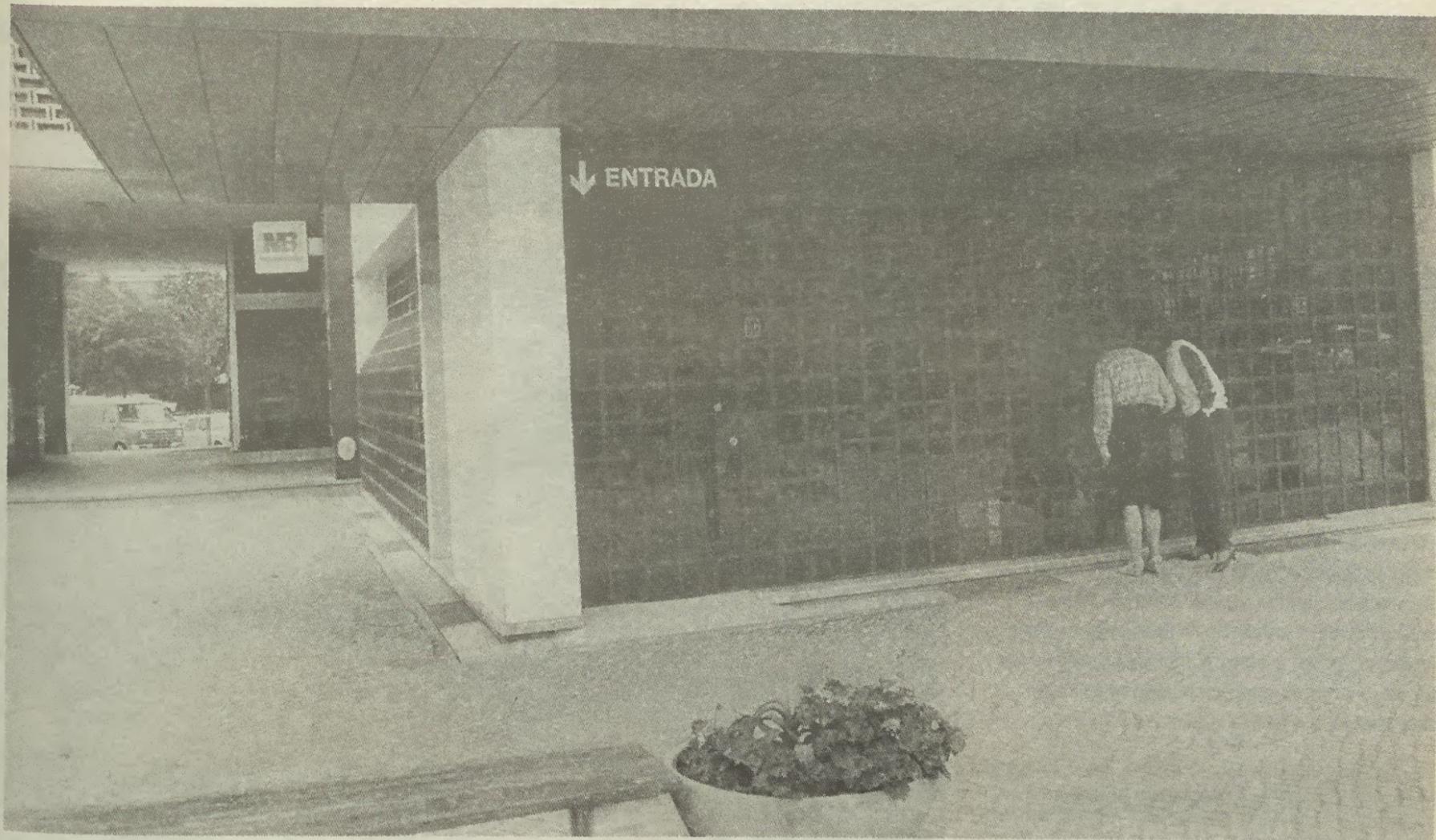


■ Miguel Urbano Rodrigues



Allende. Isso não o impede hoje de defender uma estratégia económica que somente no pormenor difere da preconizada pela direita. Ministro da Educação de Aylwin e das Obras Públicas de Frei agiu como um homem do sistema. Não se esforçou nos governos da Concertación por combater a neoliberalização da sociedade. Os dois últimos presidentes realizaram mais privatizações do que os militares. Perante a história são responsáveis de uma traição política aos ideais que, no combate a Pinochet, proclamavam defender.

O Partido Socialista chileno, que durante décadas se definiu como marxista e revolucionário, difere actualmente muito pouco dos europeus. A social-democracia de Lagos - um advogado que se doutorou em Economia nos Estados Unidos, onde foi professor - não é sequer a de Olof Palme; o seu modelo é o de Mário Soares.



■ Alexandrino Saldanha

A concentração bancária e o interesse nacional

Inserido no processo mundial de centralização e concentração capitalistas, as aquisições e fusões no sector bancário português desenvolveram-se no seguimento da política de direita e das reprivatizações, na base do aumento da exploração dos trabalhadores.

Hoje, constata-se que há uma maior concentração do capital financeiro do que a existente antes da Revolução de Abril. Logo desde os primeiros ataques à nacionalização da Banca – que, aliás, se iniciaram em simultâneo com a própria nacionalização – o PCP alertou para as negativas consequências para os bancários, os utentes da Banca e a economia, que adviriam da sua reprivatização.

O PCP alertou para os custos e as discriminações que os utentes da Banca iriam sofrer, em desfavor dos de mais fracos recursos e das Pequenas e Médias Empresas, sobretudo do sector produtivo.

Nos últimos meses do ano passado, por exemplo, as pessoas que têm dinheiro depositado à ordem nos Bancos receberam uma carta com a indicação de comissões (e respectivo imposto) que passarão a pagar, se as suas contas não atingirem um determinado montante. Chama de imediato a atenção o facto de serem, mais uma vez, os pequenos a pagar. E cobrar despesas de manutenção de 10 contos anuais a um utente com um depósito médio de 50 contos, equivale ao recebimento de juros de 20% – de um empréstimo que, ainda por cima, o Banco não faz. De facto, o cliente é que «empresta» ao Banco 50 contos, através do depósito em conta, e ainda tem de pagar por «emprestar» esse dinheiro...!

Em nome da «globalização», da «racionalidade económica» ou, mais prosaicamente... da «vigarice»?

O PCP alertou para os nefastos efeitos na economia nacional.

Os dados estatísticos são claríssimos: as PME's e os pequenos empresários, ou não conseguem crédito ou pagam-no muito caro; ao contrário, privilegiam-se os empréstimos aos grandes capitalistas, para a especulação financeira ou para a compra de empresas – lembre-se o processo de aquisição ao desbarato do BPSM, BTA, CPP e Mundial Confiança e da sua recente venda por António Champalimaud.

Com efeito, raras vezes os grandes empréstimos dos bancos se destinam a aplicações no sector produtivo ou em actividades produtivas nacionais.

O PCP alertou para a previsível desregulamentação laboral, com a retirada de direitos sociais conquistados ao longo

de várias gerações – veja-se o caso dos horários, transferências e conceito local de trabalho, trabalho ao sábado, descontos para Fundos de Pensões – e para a degradação dos salários e da própria profissão de bancário, que hoje ninguém desmente.

Neste âmbito, em paralelo com a cada vez maior utilização de empresas de aluguer de mão-de-obra criam-se outras com o objectivo de desempenharem idêntica função, no mesmo grupo financeiro, violando o conteúdo das funções legal e contratualmente estabelecidas para as diversas categorias profissionais. Os trabalhadores nestas situações, bem como outros em falsa prestação de serviço, com recibos verdes, ou a trabalharem à tarefa, à semana e à hora são já alguns milhares. Para já não referir as deficientes condições de trabalho, no desrespeito das normas sobre higiene, saúde e segurança no trabalho.

Durante muito tempo, poucos foram os que nos acompanharam no entendimento de que as reprivatizações teriam estas (e outras) nefastas consequências. E os Governos, quer do PSD, quer do PS, rivalizaram na concretização das privatizações de sectores básicos e estratégicos da nossa economia.

Contudo, ouvimos hoje o ex-todo poderoso ministro das Finanças do anterior Governo do PS, Sousa Franco, dizer coisas como as que passamos a transcrever – o seu interesse desculpa o seu tamanho.

Sobre o caso Champalimaud/BSCH

«A essência deste problema começa bem longe: após os erros e injustiças das nacionalizações e abusando do desejo de os reparar, o Estado português foi vezes sem conta enganado – ou coisa pior (o que quererá dizer?) – por uma pessoa que, nas privatizações de Cavaco Silva, adquiriu um grupo financeiro (incluindo o triste episódio do Totta & Açores) por quase nada, e agora o vende por mais de 300 milhões de contos, ao que parece... eu que também fui enganado com promessas incumpridas na privatização, para 'mãos portuguesas' e então com boa gestão, dos 13% que o Estado tinha no BTA...» – carta ao Expresso de 27/11/99;

«O resultado da solução só se verá no fim, ninguém sabe quem é que vai ficar como BPSM, Mundial Confiança, CPP... A raiz disto está em a privatização ter sido mal feita, não cri-

ando um grupo financeiro, antes dando uma fortuna a uma pessoa de idade avançada que queria resolver um problema de herança, vendendo ao melhor preço a quem lhe pagasse mais» – Zangam-se as comadres... – entrevista à Visão de 17/12/99.

Sobre a «luta através da concertação social» tão querida à UGT

«... Os lobbies empresariais venceram, em parte, essa batalha, em particular no acordo de curto prazo. Foi da nossa parte ingénuo – santa ingenuidade! – querermos o acordo. Pagámos demasiado em benefícios fiscais às empresas, não aos trabalhadores» – esclarecedor! – entrevista à Visão de 16/12/99.

Mas tudo isto são bagatelas para os Governos do PS, a avaliar pelas declarações do actual secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, na abertura de uma conferência sobre o novo Código dos Valores Mobiliários. Segundo vários órgãos de comunicação social (Diário Económico de 17/12/99 ou Diário de Notícias do mesmo dia), o dr. Nogueira Leite admitiu que o Banco Nacional Ultramarino, do Grupo Caixa Geral de Depósitos, poderá vir a ser privatizado.

Quando o que se impõe é a defesa e o reforço do único grupo financeiro público – considerando já aí inseridos o BPSM e a Mundial Confiança – vem este governante falar em privatização do BNU.

Estamos já a ver este senhor vir a admitir no futuro, tal como hoje o faz o dr. Sousa Franco, que «foi da nossa parte ingénuo...».

Mas o movimento de centralização e concentração capitalistas não pára.

O Grupo BCP/Atlântico absorveu o grupo Mello e os grupos BES e BPI fusionaram-se. Esta é mais uma razão para que o Estado, se quiser contrariar o domínio do poder político pelo poder económico, não proceda à alienação de qualquer fatia do que é hoje o Grupo CGD.

É necessário travar as políticas de favorecimento aos grandes capitalistas desenvolvidas pelo PS, invertendo a cada vez maior percentagem do Rendimento Nacional que é atribuída ao factor capital, em detrimento do factor trabalho.

A luta dos trabalhadores e de todas as camadas laboriosas da população portuguesa acabará por alterar esta situação.

EM FOCO

Drama nacional em África apressou o fim da monarquia e o nascer de uma grande esperança

O império precário

O 5 de Outubro foi a inevitável consequência da ruína e da instabilidade para onde a monarquia resvalara após ter conseguido sobreviver ao regicídio e ao 31 de Janeiro de 1891. A revolução do Porto, assim se qualificou o glorioso movimento patriótico e republicano levado a cabo naquela histórica data, resultou da situação criada pelo ultimato britânico de 1890. Mas este só foi possível devido a que Portugal tinha mergulhado num processo de lento mas efectivo declínio, séculos antes, conhecendo longas, dolorosas, infundáveis lutas. Até que se achou colocado perante um terrível mas clássico dilema: a influência do passado que o fazia amolecer e sonhar e a inevitabilidade histórica a que não era possível escapar. Então, os seus melhores filhos atiravam-se contra as portas do futuro...

O nosso país, como resultado dos históricos acontecimentos que viveu nos séculos XV, XVI e XVII, considerava-se uma grande potência colonial, em África, particularmente. Reclamava-se como soberano de imensos territórios para cujo povoamento, porém, não tinha gente. Sem a efectiva ocupação desses países viu-se afastado, gradualmente, do centro dos acontecimentos. Em 1514, dispersavam-se alguns portugueses ao longo da costa oriental africana. De Quelimane, internavam-se para Sena, Tete. Mandaram para a frente o degredado António Fernandes. Este, sem alternativas, viajou em quase toda a região que veio a chamar-se Rodésia e acabou por encontrar o país do imperador Monomotapa, em Mbriri, a norte da cidade que agora é Harare e os colonizadores britânicos haviam chamado Salisbury. Os relatos de António Fernandes deram aos cronistas Damião de Góis e João de Barros inestimável material a partido qual ficámos habilitados a compreender uma colonização portuguesa que só existia precariamente.

Esforços individuais

Outro cronista, António Bocarro, deu-nos conta precisa de como decorria a vida no império Monomotapa. Através do rio Zambezi havia um considerável movimento de almadias que, viajando para Tete entravam em contacto com o funcionário português que negociava em nome dos interesses do rei de Portugal. A nação Makaranga de que Monomotapa era originário, entrara em crise profunda. O imperador carecia do apoio dos portugueses para manter-se no poder. Em 1630, posto que se haviam tornado seus aliados e protectores, doou-lhes todas as minas de ouro, cobre, ferro e chumbo existentes nos seus domínios, sentindo-se senhores do momento histórico, os portugueses, apesar de poucos, abriram caminho através do sertão – chegaram ao Alto Zambezi, às terras da Lunda. Já o padre jesuíta Gonçalo da Silveira estabelecera contacto com outros portugueses que, dispersos viviam e comerciavam em sítios até então desconhecidos onde viajantes árabes intrigavam. O chefe «kaffir» manda assassinar Gonçalo da Silveira apesar da intervenção de outro português que era conhecido naquelas paragens, António Caiado.

Mesmo depois da perda da independência a favor da Espanha filipina, os dispares esforços dos portugueses no interior de África prosseguiram. O comércio de ouro aumentava. Mas o homem africano era a vítima da luta de interesses que à sua volta se estabelecia. O comércio de escravos tornou-se parte fundamental em todo o jogo. Rozwi ataca Dambarare (1693) e todos os portugueses lá encontrados foram mortos. Outros, continuaram a tentar estabelecer a soberania nacional: Damião do Espírito Santo, Aleixo dos Mártires, Manuel Sardinha, Gaspar Bocarro, João da Trindade, Gonçalo da Silva, Sisanando Dias Baião, Vasco Fernandes Homem.

Trabalho inglório de Lacerda

Numa tentativa suprema para levar a colonização aos seus objectivos naturais, Francisco José de Lacerda chegou ao Cazembe em 1798. Era um matemático e astrónomo. Possuía, portanto, melhores condições para negociar ou impor a presença portuguesa. Já tinha dado provas no Brasil. Lacerda decidiu unificar sob a bandeira da monarquia portuguesa a África que ia de Tete a Luanda, quando outros povos europeus já se interessavam pelo continente negro. Numa expedição razoavelmente organizada, levou consigo o padre Francisco João Pinto, 62 soldados, um par de oficiais, 400 carregadores escravos e alguns guias. Mas tendo atingido o Cazembe a 3 de Outubro, sucumbiu a 18, vítima das febres que o devoravam. A grande expedição, apesar dos esforços do padre Pinto, desagregou-se, perdeu-se. Os soldados portugueses desertaram. Os carregadores fugiram e desapareceram. O padre Pinto, porém, apesar dos incontáveis problemas encontrados, conseguiu chegar a Tete (1799). Que Império era este onde só os esforços privados agindo em nome de interesses particulares se afirmavam? Os governos de Lisboa não tinham meios, capacidade ou real conta de para planearem os objectivos ou as circunstâncias da nossa presença no coração da África.



A crise monárquica teve na sua origem o declínio da influência colonial portuguesa face ao poderio imperial britânico. Na gravura um aspecto da guerra em Moçambique

«Homens ladinos», pombeiros, vergonha de Portugal

Pedro João Batista e Anastácio José, este também conhecido por Anastácio Francisco ou por Amaro José, eram os célebres «Pombeiros». Negociantes privados, também tinham funções oficiais. Receberam instruções do governador de Angola para realizarem a travessia do continente, costa a costa. A expedição saiu de Luanda em 1802 e chegou ao Cazembe em 1806. Havia comércio intenso – em sementes, farinha de cassava, milho, feijão, peixe, marfim, pedras preciosas. Devido a que o Cazembe estava em guerra só chegaram a Tete em 1811, nove anos após a partida de Luanda. Todavia, satisfeitos com o grande feito realizado, decidiram repetir a viagem, mas em sentido contrário.

Os «pombeiros» eram agentes de comerciantes estabelecidos no litoral angolano. Mas, percorrendo os sertões, obtinham escravos com quem Portugal enchia navios. O destino chamava-se Brasil. Aos negociantes de escravos dava-se o nome de «homens ladinos». Os indígenas tratavam-nos como «tangomanos». Além dos «pombeiros» outros caçadores ou negociantes de escravos mancharam com o seu nome indigno a História de Portugal dessa época – Francisco José Gonçalves (o Carique) e Augusto Tavares Borges. Benguela e Luanda eram os portos de embarque.

Nesta desoladora conjuntura, a pátria portuguesa vê-se atingida por acontecimentos suplementares que, para a colocarem mais perto da sua irmã de civilização, a Grã-Bretanha, mais a fazem sofrer – na Guerra Peninsular e na Guerra Civil. Hermenegildo Brito Capelo e Roberto Ivens, com Serpa Pinto e Silva Porto, continuam a dedicar-se à exploração da África na perspectiva de uma presença portuguesa contínua, em históricas viagens impulsivadas pela Sociedade de Geografia. Mas a revolução industrial já está em movimento

amplo, a Inglaterra vai construir o maior de todos os impérios e Cecil Rhodes chega à África do Sul, com 17 anos de idade. Em 1871, nota o trabalho e centenas de brancos e negros que se ocupam da prospecção de diamantes no «Estado Livre de Orange», pensou um projecto. Anos mais tarde, era o senhor do ouro e dos diamantes e convencia Lobengula, rei de Matabele, a conceder-lhe direitos sobre terras onde se procederia à exploração de jazigos de ouro e diamantes. Isto em 1888.

Rhodes queria unificar a distância entre o Cabo e o Cairo sob a bandeira britânica. Os portugueses opuseram-se a que tal unificação incorporasse territórios considerados seus. No Chire, em 1889-90 e no recontro de Macequece resistiram à poderosa Inglaterra, mas sem quaisquer possibilidade de êxito. O governo de Londres, então, apresentou ao de Lisboa, a 11 de Janeiro de 1890, o célebre ultimato. «Ou nos deixam ocupar o Chire e o Niassa, ou a esquadra abrirá fogo sobre Lisboa.»





O SARGENTO

ÓRGÃO DOS OFFICIAES INFERIORES DO EXERCITO PORTUGUEZ

QUARTA FEIRA, 21 DE JANEIRO DE 1891

NUMERO 125

ANNO III

COIMBRA

Protesto

Publicamos em seguida um protesto de muitos officiaes inferiores da guarda do Porto.

É já bastante logo o cadafalso das leges e regimentos que nos são applicados, sobretudo, em ultimo genero de esta nação.

OS SARGENTOS E O GOVERNO

Trabalha no mesmo sentido...

De todo se lembrou ao governo, não houve força de legislação, que se não tivesse, que não com o offereço, como completa reconhecida do perigo, e representamos as mais a mais do offereço.

Deixar não passamos a desorganizar o espirito das desorganizações. E não se esqueça a mais representamos dos offereços.

A razão de tal se representa: de não de todos se esquecerem. E se se esquecerem não se representa. Como se diz: não de todos se esquecerem. Para estes é a razão de tal se representa de Prussia.

Tudo se prepara para a mais a mais do offereço das desorganizações. Incompletos, e representamos das desorganizações, que nos representamos dos offereços.

para todos se esquecerem, a verdade para todos se esquecerem, e castigo para todos se esquecerem.

Deixar não passamos a desorganizar o espirito das desorganizações. E não se esqueça a mais representamos dos offereços.

Deixar não passamos a desorganizar o espirito das desorganizações. E não se esqueça a mais representamos dos offereços.

Deixar não passamos a desorganizar o espirito das desorganizações. E não se esqueça a mais representamos dos offereços.

Deixar não passamos a desorganizar o espirito das desorganizações. E não se esqueça a mais representamos dos offereços.

Não houve força de legislação, que se não tivesse, que não com o offereço, como completa reconhecida do perigo, e representamos as mais a mais do offereço.

Deixar não passamos a desorganizar o espirito das desorganizações. E não se esqueça a mais representamos dos offereços.

Deixar não passamos a desorganizar o espirito das desorganizações. E não se esqueça a mais representamos dos offereços.

Deixar não passamos a desorganizar o espirito das desorganizações. E não se esqueça a mais representamos dos offereços.

Deixar não passamos a desorganizar o espirito das desorganizações. E não se esqueça a mais representamos dos offereços.

À ÚLTIMA HORA

Porto, 31 de janeiro de 1891, às 4 horas da manhã.

Viva a Republica!

A força militar do Porto, sahindo unanimemente, ás 3 horas da madrugada de hoje, dos seus quartéis, acaba de cobrir-se de gloria, decretando o fim da monarchia de Bragança em Portugal e proclamando a Republica!

Este movimento, esperado ha certo tempo a esta parte, porque para elle trabalhara activamente a partido republicano, de accordo com o elemento militar, tem um caracter accentuadamente politico e uma significação solememente nacional.

As tropas que reuniam todas, incluindo a Guarda Fiscal, no Campo da Regeneração, encaminhavam-se neste momento para a Praça de D. Pedro, onde, das janelas da Câmara, se proclamara a Republica ao povo do Porto, nomeando-se n'esse acto a JUNTA PROVISORIA DO GOVERNO NO NORTE DO PAIZ.

Este movimento, á hora que escrevemos e ás seguintes, será secundado em todo o norte do paiz e em Lisboa, porque assim está todo determinado.

E' nos materialmente impossivel desenvolver esta noticia e por isso em supplemento forneceremos ao publico os detalhes do grande acontecimento que acaba de consummar-se.

N'este momento, supremo na historia patria, emprenhosamente, quando a aspiração nacional se incarna em successos grandiosos, quando o resgate se completa, quando a salvação da patria se inicia, bradar, na effusão do plano sacrificio da nossa alma como os que se destinam a viver e se dispuzeram a morrer, bradar, a largos pulmões, enfim, enfim:

VIVA O EXERCITO!

VIVA PORTUGAL!

VIVA A REPUBLICA!

O exercito está reunido na praça de D. Pedro, esperando o momento de ser proclamada solememente do effusão dos Paços do Concelho a Republica.

Daremos promorenaes detalhados em supplemento, conjunctamente com a proclamação da Junta Revolucionaria.

O 31 de Janeiro venceu!

A crise, sendo nacional, era a crise do regime monárquico. O ultimato britânico tocou fundo no sentir português. E o governo vergonhosamente submetido à vontade de Whitehall que servia Rhodes, assim como o rei e a família real, caíram no desdém, no desprezo total do povo português. A nação reage. Em Paris, Eça de Queiroz grita, encolerizado, o seu protesto. Antero de Quental, Guerra Junqueiro, estremecem de vibração patriótica. Anda nos ares «A Portuguesa» de Henrique Lopes de Mendonça e Alfredo Keil. A ideia da República agita e impulsiona o povo.

Na madrugada de 31 de Janeiro de 1891, tropas republicanas concentram-se em Santo Ovídio, no Porto. O Batalhão de Caçadores 9, agitado pelos sargentos Norberto e Abílio, surge nas ruas. O movimento dirige-se para o centro da cidade. Está-se à espera da adesão de Infantaria 18. Tropas revoltadas percorrem a Rua do Almada e chegam à Praça de D. Pedro. A República vai ser proclamada nos Paços do Concelho. Mas a Guarda Municipal está preparada para defender a situação existente e fazer frente à Revolução. O encontro é junto ao portão dos Banhos. Povo acorre a juntar-se às tropas. A Guarda Fiscal também está com a República e contra a monarquia. No choque com as forças inimigas o capitão Leitão é ferido na cabeça. Silvam por todos os lados a balas da Guarda Municipal. O alferes Malheiro bate-se à espadeirada. Combate-se na Rua de Santo António. Irá vencer a República? Na Praça da Batalha, a Guarda reagrupa-se e prepara novos ataques aos patriotas. Portugal está suspenso desta luta nas ruas do Porto para conhecer o seu destino.

Das janelas da Câmara do Porto, a República é, de facto, proclamada. Quem são os heróis desta jornada histórica? João Chagas, que viria a ser o primeiro chefe do governo constitucional depois do 5 de Outubro: o capitão Leitão, o tenente Coelho, o alferes Malheiro, o actor Verdial, o sargento Abílio, Santos Cardoso, o dr. Alves da Veiga (futuro embaixador da República na Bélgica). Depois, surgia uma onda de apoiantes, gente do povo que já não tinha ilusões quanto ao carácter antinacional da monarquia e da Casa de Bragança. E quase todos os intelectuais dignos desse nome. Às dez da manhã, a Rua Sá da Bandeira encontra-se deserta. O 18 de Infantaria não aparece. A Guarda Municipal, certa das forças reais que tem de enfrentar, começa a mostrar-se arrogante e desafiadora. Concentra-se ao cimo da Rua do Loureiro. Os republicanos abrem fogo. Mas estão sós. Ninguém em Portugal mexeu um dedo para apoiá-los. Muito menos para salvá-los.

João Chagas, que seguira os acontecimentos a cadeia da Relação era o redactor principal da «República Portuguesa». O capitão António do Amaral Leitão, comandara as forças insubordinadas cobrindo-se de glória. O alferes Augusto Rodolfo da Costa Malheiro tinha comandado Caçadores 9. Todos sentiram a amargura da derrota quando a Guarda começou a bombardear a Câmara do

Porto. Entretanto, em Lisboa, choviam boatos. Já se dizia que outras unidades militares tinham aderido à revolução do Porto. Mas o governo, calmamente, desmentia essas notícias. Agências estrangeiras davam conta de tudo o que estava a passar-se. Sem urgência. Estranhamente, ninguém apostavam 31 de Janeiro além dos próprios revolucionários. Viviam uma esperança no coração do povo, é verdade, mas era uma esperança precoce. Todos sabiam que a monarquia ainda tinha força.

«Cuidado com os republicanos...»

O julgamento dos revoltosos do Porto em Conselho de Guerra a bordo do navio «Bartolomeu Dias» foi presidido pelo coronel de Infantaria 3, Luís Pinto de Mesquita, nomeado logo a 1 de Fevereiro de 1891 pelo Quartel-General do Porto. Mas o país tomou conhecimento de que o rei D. Carlos I acompanhado pelo infante D. Afonso passeara a cavalo por algumas ruas de Lisboa envergando o uniforme de generalíssimo. Queria mostrar confiança no futuro da sua pessoa e no da monarquia. O decreto que visava reprimir com «toda a severidade da lei os atentados cometidos no Porto contra a ordem pública, a segurança do Estado e as suas instituições «foi assinado por todos os membros do governo, a saber: João Crisóstomo de Abreu e Sousa (presidente), António Cândido Ribeiro da Costa (ministro do Reino) e António Emílio Correia de Sá Brandão, Augusto José da Cunha, António José Enes, José Vicente Barbosa du Bocage, Tomaz António Ribeiro Ferreira.

A 5 de Fevereiro, o editorial da «Revolução de Setembro» dizia: «Ao governo pedimos que responda pelo que fizer e cumpra o seu dever. Nem severidade nem brandura, nem comiserção nem vigância. Mas cuidado com os republicanos!»

Cento e nove anos passaram. Agora, conhecidos os factos, desenrolados acontecimentos de todo um século vivendo-se o novo tempo que é o nosso, tornou-se possível afirmar que os gloriosos revolucionários do 31 de Janeiro não foram vencidos. Pelo contrário, triunfaram!

A síndrome da infecção pelos «lobbies»

Vem-se tornando evidente que a síndrome da infecção pelos «lobbies» grassa na vida política e económica do país e que, no caso do Governo, assume grande virulência. Por isso, enquanto se procura ao menos compreender os últimos acessos da moléstia, fazem-se conjecturas sobre os próximos desenvolvimentos.

O último número do «Independente» publicou uma «sondagem» - de que se desconhece a amostra e a margem de erro - mas que, a merecer algum crédito, indicaria, nomeadamente, que a maioria dos inquiridos (64,6%) identifica os «lobbies» mais influentes no país com os grupos financeiros (30,1%), a construção civil e obras públicas (22,8%), o sector da saúde (16,7%), a Maçonaria (4,4%) e a Opus Dei (2,6%).

A identificação que assim se retrata, mesmo que não seja exacta, merece registo, porque traduz um avanço no reconhecimento do peso que assumem os grupos financeiros e outros «lobbies», embora daí nada se possa inferir quanto à compreensão de causas e efeitos nesta matéria.

São muitos anos de políticas de concentração da riqueza. Muitas centenas de milhões de contos transferidos violentamente pelo poder político, manipulando o «normal funcionamento do mercado», do sector empresarial do Estado para os grandes grupos financeiros, pretensamente nacionais ou transnacionais.

São muitos e muitos negócios escuros, mesmo que feitos à luz dos projectores e ao som da fanfarrinha mediática, em que o interesse do país ficou a perder.

E é o mais avassalador domínio do poder político pelo poder económico.

O PSD e o PS, sozinhos ou em coligações decisórias diversas, com ou sem o PP, na sombra ou nem por isso, aprovaram as privatizações a pataco, os desfalques ao erário público, as golpadas do «Champas», dos Melos, dos Espíritos Santos, dos Belmiros, dos Jardins Gonçalves, inviabilizaram os inquiridos aos escândalos duma mão cheia de «gestores de topo».

Como os tais «lobbies» da construção civil de que fala o ex-ministro Cravinho, que custaram e provavelmente vão continuar a custar umas insignificantes dezenas de milhões de contos/ano aos contribuintes, e que cobertos pela convergência PS/PSD, transitaram da JAE para os Institutos que resultaram do seu desmantelamento.

Ou os «enormes grupos de interesses sentados à mesa do Orçamento», como diz o ex-ministro Franco, que ganharam e reganharam de mão beijada no Totta, muitas dezenas de milhões de contos, ou vão ganhar mais uns muitos milhões no Sotto Mayor, que para o efeito será com certeza devidamente subavaliado.

Os «lobbies» já cá andavam no fascismo - os quadros rodavam entre o governo e os postos-chave dos grupos financeiros e vice-versa. Mas nunca como hoje a situação foi tão clara, é só consultar as listas de «decisores empresariais» na imprensa especializada, ou juntar dois e dois quanto às sociedades secretas.

Do Governo PS já dizia a revista «Fortuna», há pouco mais de dois anos, que «nunca os empresários estiveram tão perto do poder político», poucos meses depois o Governo decidiu em Bicesse com os grandes senhores do dinheiro a «fase pós-euro», as «reformas», os «3000 milhões do 3.º Quadro Comunitário», o essencial das políticas económicas.

E de então para cá está tudo cada vez mais na mesma. A remodelação pós-eleitoral do Governo visou a fusão ainda mais eficaz com os grandes interesses.

A concentração ministerial da economia e finanças foi um passo nesta direcção, como se vai vendo no leilão de privatizações em curso.

Tal como a concentração em Jorge Coelho das obras públicas e inaugurações, das grandes empresas do sector público, da gestão política e de calendário do Governo, bem como do aparelho e das finanças do PS, é modelar na administração mutuamente vantajosa do «lobbying» - ganham os grandes interesses e perde o país, como no caso da TAP, e ver-se-á o que ganha o PS.

Até Guterres estaria a organizar o seu próprio «lobby», no caso uma «Fundação» para apoio e seguramente financiamento dos seus projectos políticos. Ou não é para isso que todas servem?

Neste Governo vive-se assim em autêntica síndrome infecciosa de «lobbying».

E sendo de prever que, um destes dias, um qualquer outro ex-ministro venha também ele pôr a nu a moléstia, não é de excluir que o próprio Guterres venha então esclarecer que quem cedia a «lobbies» era o Primeiro-Ministro do anterior Governo PS e que agora é que nunca mais.

Carlos Gonçalves

Milagres

A triste saga do pequeno Elian Gonzalez, a criança cubana que permanece refém do «amor» demagógico de uns primos anticasitras instalados em Miami, nos EUA, está longe de chegar ao fim. Como estão lembrados, esta lamentável história começou com a fuga da mãe do Elian para os EUA num barco improvisado e na companhia de um grupo de fugitivos, arrastando o filho para uma trágica aventura de que a criança seria um dos poucos sobreviventes. Recolhido pela guarda costeira norte-americana, Elian Gonzalez, de seis anos, viu-se subitamente «reivindicado» por uns primos da mãe radicados em Miami, reivindicando estribada e apoiada pelo feroz anticomunismo da comunidade «gusana» local (designação depreciativa utilizada pelos norte-americanos para identificar os cubanos anticasitras fugidos de Cuba e refugiados na Florida). O bom senso acabaria por imperar nas autoridades norte-americanas, que determinaram

PONTOS CARDEAIS

o repatriamento da criança para ser entregue ao pai, em Cuba, o que teve como resposta por parte dos «gusanos» não apenas uma enxurrada de manobras dilatórias de carácter jurídico para protelar a execução do repatriamento, como uma campanha inconcebível a transformar a criança num autêntico refém da cegueira anticomunista. A campanha já vai em tal desvario, que agora o jovem Elian é apresentado pela comunidade cubana na Florida como um enviado de Deus – nem mais, nem menos! – num milagre divino semelhante ao de Moisés que, tal como o pequeno Elian, foi salvo das águas para conduzir a libertação do povo de Israel do domínio dos faraós egípcios! E nem perante isto as autoridades norte-americanas têm a coragem de pôr fim a esta palhaçada grotesca e cruel, fazendo cumprir a lei e o mais elementar bom senso...

ronda negocial com «nuestros hermanos», desta vez tendo como pano de fundo a adopção ibérica do célebre TGV – o tal comboio que anda a mais de 400 quilómetros por hora – e, residualmente, a gestão dos caudais dos rios internacionais da Península, o Douro, o Tejo e o Guadiana. No que diz respeito ao TGV, o que parece fazer caminho na comitiva governamental portuguesa é a promessa desenfreada de comboios rápidos para todos: ele é o TGV de Madrid para Lisboa, de Madrid para o Porto e, imagine-se!, até de Madrid para todos estes lados e ainda com paragem em Coimbra! Isto, apesar de o TGV, dada a alta velocidade em que opera, ser utilizado apenas em percursos longos e com paragens, no mínimo, com 500 quilómetros de distância entre si e exigir rotas mais ou menos direitas, sem grandes acidentes orográficos. Mas como o ministro Jorge Coelho quer mostrar obra a todo o custo, ainda havemos de ver o TGV prometido para todas as estações e apeadeiros... Quanto à gestão dos caudais dos rios internacionais, o discurso oficial português continua o mais contente

possível consigo próprio, desaguando num infatigável optimismo a garantir, não menos infatigavelmente, que está tudo «devidamente acautelado». Os espanhóis, esses riem, também satisfeitos. Pudera! Continuam a reter e a desviar a água que muito bem entendem, tal como continuam a descarregar nas águas que deixam escorrer para o lado de cá todo o tipo de efluentes que lhes der jeito. Portanto, o encontro de Salamanca vai ser mais um exercício de pura felicidade intergovernamental. Quanto aos interesses portugueses, o melhor que têm a fazer é entreter-se a bater palmas.

Reformas

Ora aí está a «reforma fiscal» prometida pelo Governo «socialista» de António Guterres. A coisa é simples e corta a direito, como explicou o ministro Pina Moura: o IRC baixa de 34% para 32% e o IRS dá umas cambalhotas quaisquer o que, feitas as contas, significa – também de uma maneira simples e a direito – que a generalidade das empresas e dos empresários passa a pagar ainda menos (ou a furtar-se ainda mais), enquanto quem trabalha por conta de outrem continua na mesma – ou seja, a pagar tudo. A coisa é tão caricata, que os trabalhadores por conta de outrem pagam mais impostos, via IRS, que a generalidade das pequenas e médias empresas via IRC (o imposto que incide sobre os lucros), ou seja: qualquer pequena ou média empresa paga menos impostos sobre os seus rendimentos que qualquer um dos seus trabalhadores! Entretanto, os dados estatísticos sobre a brutal injustiça que se vive em Portugal em matéria de impostos são, simplesmente, chocantes e arrasadores. Por exemplo, em 1997 e em matéria de IRS (o imposto que recai sobre salários e outros rendimentos), os profissionais liberais, como médicos e advogados, liquidaram, em média, a favor do Estado 108 contos, enquanto empresários em nome individual, como *snack-bars*, restaurantes, pastelarias ou cabeleireiros entregaram em média apenas 33 contos... Outro exemplo chocante, agora no IRC (o imposto que incide sobre os lucros das empresas): entre 1994 e 1997, as empresas que facturam entre os 30 mil e os 100 mil contos por ano viram a sua taxa efectiva, a que realmente incide sobre os lucros, baixar de 31% para 5,5%, uma taxa que, em termos equivalentes, está abaixo do liquidado pelo simples empregado de uma média empresa... Uma vergonha. Ou a completa falta dela.

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

À conversa

Sabedoria

Sei, camarada
que tu lês
estes versos talvez
à espera da Resposta Desejada
à mais velha questão:
«Quando será o nosso Dia, quando?»
(El-Rei D. Sebastião
sempre enevoando...)

Vai por mim.
Lê o poema até ao fim
e lá, mesmo na ponta
onde o silêncio monta
(a geada, o relento
as fomes, os cansaços)

fecha os olhos, atento
e ouvirás uns passos.

O longo dia

Uma breve chamada
de atenção à poesia.
O que é isso, camarada,
de esperar o nosso Dia?
Metafísico figo
já
no ramo prometendo!
Tal dia nunca será.
Tal dia está sempre sendo.

A rede

Na cal
da parede
a rede
bestial
derrama
escorpiões
violentos
balões
excrementos
e lama.
É a ti
que reclama.
A ti, assim nu
descalços os pés
insignificante.
Porquê? Porque tu
é que és
importante
ó dono das horas
da nova estação!
Isso, às vezes ignoras.
A rede não.

Tudo muito simples

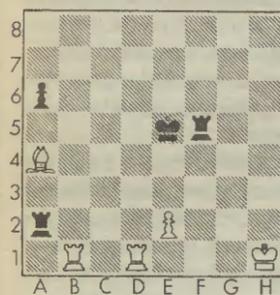
Ainda há o Capital
ou não há?
Ainda há o Trabalho
ou não há?
O Capital vive do Trabalho
ou não vive?
Trabalho basta-se a si próprio
ou não basta?
Primeiro foi o Trabalho
ou não foi?
Capital veio depois
ou não veio?
Conhecem alguma poesia
que defendesse o Capital?
Conhecem alguma poesia
que fosse contra quem trabalha?
E se a poesia sabe sempre onde ir
mesmo quando é sombra que foge
é fácil concluir
para onde sopra o dia de hoje.

XADREZ

DCCXXXVII – 27 DE JANEIRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000X03

Por: Jindrich Fritz
4.º Prémio «Prúce», 1951

Pr.: [4]: Pa6 – Ts. a2, f5 – R65
Br.: [5]: P62 – Ba4 – Ts.b1, d1 – Rh1



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000X03 [J. F.]

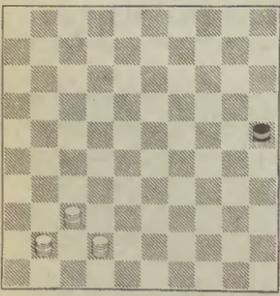
1. Td5+, R:d5; 2. Bb3+, R64; 3. B:a2, R63;
4. Bc4, Rf2; 5. Tf1+, R: f1; 6. e4+ e g
4. Tf4; 5. Bd3, Rf2; 6. Tf1+, R:f1; 7. e3+ e g
A. de M. M.

DAMAS

DCCXXXVII – 27 DE JANEIRO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D03

Por: Huguenin
Metz [Fr.] – 1802

Pr.: [1]: (25)
Br.: [3]: (37)-(41)-(42)



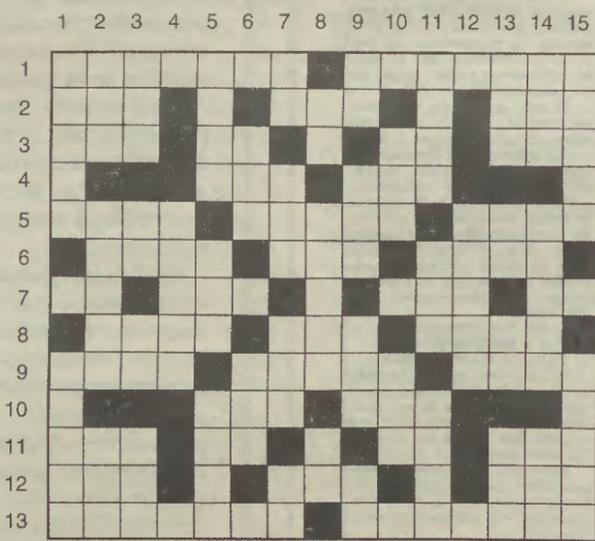
Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000D03 [H.]

1. 37-19 [ameaça fechar a DP na grande diagonal, sacrificando duas damas], (25-3) [Se: (25-9)]; 2. 41-36, (9-25) [Se: (9-3); 42-26+]; 3. 42-48, (25-20); 4. 36-47+ 2. 42-26, (3-20) [Se: (3-25)]; 2. 26-3 e 3. 19-30...+ Se: (3-9); 2. 41-36...+]; 3. 41-47, (20-9) [Se: (20-25)]; 4. 26-48 e 4. 47-20...+]; 4. 47-36, (6-20); 5. 36-6 e 6. 19-8 +

Nota: A transposição rotativa é possível [9-10-14]-(26)... bem como é possível colocar diferentemente a Dama-chave 37... mas o autor optou por esta posição!!!
A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS



HORIZONTAIS: 1 – Da semana; grade de madeira em que as aves pousam, na capoeira. 2 – Base aérea portuguesa; igualdade (pref.); mofar. 3 – Análogo; Cobalto (s.q.); Astatino (s.q.); mulher que cria uma criança alheia. 4 – Origem (fig.); mau cheiro (bras.). 5 – Inchar; esconde; feiticeiro. 6 – Membrana ocular colorida; moeda de prata da antiga Índia inglesa; montão. 7 – Cloro (s.q.); prep. que indica carência ou ausência; universalidade (pref.); pedra de moinho. 8 – Estímulo; cem metros quadrados; alforge. 9 – Deus do amor, entre os romanos; assinala; imposto oneroso. 10 – Anel; acolá. 11 – Enguia; medida itinerária chinesa; carta de jogar; membro de ave. 12 – Tonalidade; o sustento; afirmativa. 13 – Perfumado; retomara.

VERTICAIS: 1 – Compartimento esconço, na parte superior de um edifício; esquiva-se. 2 – Sétima letra do alfabeto grego; coluna simples; grande quantidade. 3 – Enfermidade; atmosfera; espécie de escumilha; elemento de formação que traduz a ideia de cru. 4 – Alegrias. 5 – Peça grande de qualquer coisa que se come; criatura; o primeiro alvor da manhã. 6 – Ovario de peixe; apelido de poeta português. 7 – Lítio (s.q.); carta escrita numa só folha; espaço de doze meses; principal rio de Itália. 8 – Selénio (s.q.); desprovido de cauda; cabelo branco. 9 – Poeira; bolo feito de farinha de arroz e azeite de coco, usado na Ásia; interj. que exprime alegria (bras.); suf. de agente. 10 – Bebida usada na Índia; fileira. 11 – Descaramento (pop.); chefe etíope; engodo. 12 – Nascente de água (pl.). 13 – Cólera; Americio (s.q.); cento e um romanos; braço (pop.). 14 – Viscera dupla; espécie de veado (pl.); título nobiliárquico inglês. 15 – Padroeiro; abelha silvestre cujo mel é azedo.

SOLUÇÃO:
VERTICAIS: 1 – Sótão; evita. 2 – Est; pht; ror. 3 – Mal; ar; l6; omo. 4 – Rtsos. 5 – tura.
HORIZONTAIS: 1 – Semanal; poltco. 2 – Ota; rts; iso; rts. 3 – Tal; Co; At; ama. 4 – Ova; aca. 5 – Opart; alapa; mago. 6 – lts; and; rma. 7 – Cl; sem; pam; mo. 8 – Alor; are; saca. 9 – Eros; anota; ssa. 10 – Aro; ali. 11 – Ir6; Ir; as. 12 – Tom; pto; sim. 13 – Aromado; rea- 15 – Orago; aramã.
10 – Aca; rta. 11 – Lat; rds; isca. 12 – Mtns. 13 – Ira; Cl; asa. 14 – Rtm; gamos; str.

AGENDA

Plenários e outras reuniões das Organizações do Partido

AVEIRO

Encontro Distrital de Quadros do PCP «Os desafios do ano 2000»

Sábado, 29, 14h30 - Salão Paroquial de Ovar
com a participação de Sérgio Teixeira

LOURINHÃ

2.ª Assembleia da Organização do Concelho da Lourinhã

Sábado, 29, 21h30 - Em casa do cam. José António, no Reguengo Grande
com a participação de António Andrez

MATOSINHOS

Assembleia da Organização da Freguesia de Senhora da Hora

Sábado, 29, 15h - Escola Secundária do Padrão da Légua

• **ALMADA** - Plenário Concelhio de Quadros - No Centro de Trabalho Concelhio, sábado, dia 29, às 15h, com a participação do camarada Jorge Pires.

• **AVEIRO** - Reunião de Quadros do Sector do Calçado - Sobre a situação política e social no sector e a organização do Partido: no Centro de Trabalho de Santa Maria da Feira, sexta-feira, dia 28, às 21h30.

• **FARO** - Plenário da Organização Regional do Algarve - No Centro de Trabalho de Faro, sábado, dia 29, às 15h, para discutir a situação política e social na região e aprovar o plano de trabalho para este ano.

• **LISBOA** - Reunião de Reformados Bancários - No Centro de Trabalho Vitória: hoje, quinta-feira, às 14h30.

Plenário da célula do PCP na Câmara Municipal de Lisboa - No Centro de Trabalho Vitória, com a participação do camarada António Abreu sobre as áreas de sua responsabilidade como vereador da CML: hoje, quinta-feira, às 19h.

Plenário da célula do PCP no Bairro dos Olivais-Sul - Sobre organização e intervenção do Partido, e eleição da Comissão do Bairro do PCP: hoje, quinta-feira, às 18h no Centro de Trabalho dos Olivais.

Plenário de militantes das freguesias de Madalena, S. Cristóvão/S. Lourenço e S. Nicolau - No Centro de Trabalho Vitória, sexta-feira, 28, às 19h30, sobre questões da Organização e plano de trabalho para o ano corrente.

Plenário de militantes das freguesias de Sta. Justa e Socorro - No Centro de Trabalho Vitória, segunda-feira, 31, às 19h, também sobre Organização e plano de trabalho para o ano 2000.

Reunião da Dir. da Zona Oriental de Lisboa - Sobre o plano de trabalho para o ano 2000 e a preparação da 5.ª Assembleia da Organização da ZOL: Terça-feira, 1, às 20h30, no Centro de Trabalho Vitória.

• **ODIVELAS** - Reunião plenária de militantes do Partido nas empresas do concelho de Odivelas - No Centro de Trabalho local, sábado, dia 29, às 11h, com a participação do camarada Paulo Loya.

Plenário de militantes da freguesia de Caneças - No Centro de Trabalho de Caneças, sábado, 29, a partir das 16h, com a participação de Paulo Loya.

Acção do PCP em defesa dos Serviços Públicos

O PCP realiza nos próximos dias 31 de Janeiro, 1 e 2 de Fevereiro uma acção em defesa dos serviços públicos - pela melhoria da sua qualidade e de denúncia dos elevados preços praticados e dos aumentos que se estão a verificar neste início de ano.

A defesa e valorização de serviços essenciais na vida actual - telecomunicações, energia, transportes, auto-estradas, correios e distribuição de água, entre outros -, que estão a ser atingidos pela política de privatizações e submetidos a uma gestão orientada pela lógica do lucro máximo, é um elemento de grande actualidade na luta por uma nova política, uma política de esquerda que promova a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento do país.

O PCP irá distribuir durante a jornada um documento de informação à população, para cuja difusão é importante a mobilização e iniciativa de cada um de nós.

Aniversário do «Avante!»

• Odivelas

Terça-feira, dia 1, 21h30 - Centro de Trabalho do PCP
Debate com o camarada José Casanova sobre o «Avante!» e o papel e importância da imprensa do Partido

• Montemor-o-Novo

Sexta-feira, dia 4, 20h30 - Centro de Trabalho do PCP
Debate com o camarada Leandro Martins

Inauguração do novo Centro de Trabalho do PCP em LEIRIA com a participação de Carlos Carvalhas

Sábado, dia 29

Às 16h15 - Inauguração, recepção aos convidados, intervenção política

Às 17h30 - Momento cultural: grupo de música tradicional portuguesa, poesia, Manuel Freire

Às 18h30 - Convívio



Funchal

Sábado, 29, 10h30

Encontro Regional da Madeira da JCP

no Centro de Trabalho do PCP

Alcobaça

Sexta-feira, 28, 21h30

• “Luta dos comunistas pela Igualdade”

- debate com os camaradas Odete Santos e Sérgio Ribeiro no Bar “100 por cento”

Chamusca

Sábado, 29, 15h

• “A Revolução de Abril. A revolução e a contra-revolução”

- debate com o camarada

Dias Lourenço

no antigo Lagar da Chamusca

Pinhal Novo

Sábado, 29, CT do PCP

• Almoço-convívio, às 13h • Debate «Lutar em 2000»

com a participação do camarada Carlos Humberto

Alcabideche

Almoço-convívio promovido pela Célula da CM Cascais/SMAS

no CT de Alcabideche, com a participação do camarada Francisco Pereira

Sábado, 29, às 13h

Vale de Santarém Jantar-convívio da CDU e “CDU presta contas”

- o balanço do 2.º ano de mandato

Sábado, 29, 19h30, no Refeitório da EZN

Alverca

Encontro Concelhio da CDU de Vila Franca de Xira

Sábado, 29, 14h30 - Forum Chasa com a participação de Carlos Chaparro

Jornadas Autárquicas em Loures

Sábado, 29

com a participação de eleitos na CM e AM de Loures e na AF de Apelação

- Contactos com a população de Moscavide - 10h

- Almoço de trabalho no CT de Apelação - 13h

- Visita ao Centro Comunitário e ao Bairro das Areias - 15h

- Encontro com o Movimento Associativo - 16h30

Visita de Octávio Teixeira ao Litoral Alentejano

Sexta-feira, 28, a partir das 10h30

Recepção na CM de Grândola, visita ao Centro Museológico do Louzal, reunião com Associação de Armadores de Sines e com a União de Sindicatos de Sines/Santiago

Fundão

Dia 29, às 15h

Salão da Junta de Freguesia

Património e Perspectivas

- debate com a participação do camarada José Casanova

Évora

Dia 29, às 17h - Albergaria Vitória

Sessão de homenagem a Luís Sá

promovida pelo Sector Intelectual de Évora do PCP e colóquio sobre o

“Manifesto da Insubmissão”

com a participação de Helena Medina, Helena Serôdio,

Manuel Gusmão

Alenquer

Sexta-feira, 28, 21h30

«Aeroporto da Ota»

- sessão de esclarecimento na Colectividade de Casais Novos

com a presença de um deputado e de eleitos CDU em Alenquer

Torres Vedras

Sexta-feira, 28, 21h30

«Toxicoddependência»

- debate integrado no ciclo «As Ideias discutem-se...»

no CT de Torres Vedras

VIAGEM À CHINA

Pequim - Xian - Xangai
Guilin - Macau - Hong-Kong
A Grande Muralha

e os principais Museus

Hotéis de **** e pensão completa

10 a 23 de Setembro de 2000

(data rectificada)

(Informações: DORS / Cam. Adelaide

Tel. 265 526 123)

VIAGEM A TENERIFE (Canárias)

6 a 13 de Julho

Informações:

Com. Concelhia

de Almada

Cam. Artur Cabrita

(Tel. 21 275 27 77)

TELEVISÃO

Quinta, 27

- RTP 1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 12.20 Concurso
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Usurpadora
 15.00 Meu Querido Avô
 15.30 Animais em Grande Plano
 16.30 Infância
 18.30 Hugo
 19.15 Regiões
 20.00 Teletjornal
 20.55 Remate

Sexta, 28

- RTP 1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 12.20 Concurso
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Usurpadora
 15.00 Meu Querido Avô
 15.30 Animais em Grande Plano
 16.30 Infância
 18.30 Hugo
 19.15 Regiões
 20.00 Teletjornal
 21.20 Quem Quer Ser Milionário?

Sábado, 29

- RTP 1**
 07.00 Infantil/Juvenil
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Parlamento
 15.00 Top +
 16.15 Preciosa (Telenovela)
 17.30 Joe Contra o Vulcão
 (de John Patrick Shanley, EUA/1990, com Tom Hanks, Meg Ryan, Lloyd Bridges, Robert Stack. Ver Destaque)
 19.10 Jet 7
 20.00 Teletjornal

Domingo, 30

- RTP 1**
 07.00 Infantil / Juvenil
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Made in Portugal
 15.15 Preciosa
 16.30 Space Jam
 18.00 Os Principais
 19.30 Major Alvega
 20.00 Teletjornal
 21.20 Domingo Desportivo
 23.00 Agora é que São Elas
 00.45 Nada é Sagrado
 02.00 Milton Nascimento

Segunda, 31

- RTP 1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Notícias
 10.10 Praça da Alegria / Culinária
 12.20 Concurso
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Usurpadora
 15.00 Queridas e Maduras
 15.55 Animais e Companhia
 16.30 Infância
 18.30 Hugo
 19.00 Regiões
 20.00 Teletjornal

Terça, 1

- RTP 1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Notícias
 10.10 Praça da Alegria
 12.20 Concurso
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Usurpadora
 15.00 Queridas e Maduras
 15.55 Animais e Companhia
 16.30 Infância
 18.30 Hugo
 19.00 Regiões
 20.00 Teletjornal

Quarta, 2

- RTP 1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Notícias
 10.10 Praça da Alegria / Culinária
 12.20 Concurso
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Usurpadora
 15.00 Queridas e Maduras
 15.30 Infância
 18.30 Hugo
 19.00 Regiões
 20.00 Teletjornal
 20.55 Remate



"Major Alvega" está de volta, com novos episódios e novos efeitos

- 21.20 Concurso
 21.45 A Lenda da Garça
 22.25 Parque Maior
 00.05 Senadores
 01.15 24 Horas
 01.40 Primeira Página
 02.05 Boas Noites

RTP 2

- 07.30 Euronews
 14.45 Jazz num Dia de Verão
 15.00 Informação Gestual
 16.00 Caminho das Estrelas
 17.00 Roma: Poder e Glória
 18.00 Informação Religiosa
 18.35 Mistérios e Mitos do Séc. XX
 19.00 Juvenil
 20.00 Andebol: Portugal-Dinamarca
 21.30 Jornal 2
 22.30 Acontece
 22.55 O Gavião dos Mares
 (de Michael Curtiz, EUA/1940, com Errol Flynn, Brenda Marshall, Claude Rains. Ver Destaque)
 00.50 Remate
 01.00 Mistérios de Ruth Rendell
 02.10 Os Gigantes do Século

SIC

- 08.00 Buérére
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Médico de Família
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Andando nas Nuvens
 19.00 A Força de um Desejo
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 A Loja do Camilo
 21.30 Terra Nostra
 22.30 Esta Semana
 23.45 Encontro com o Amor
 (de Ulu Grosbard, EUA/1984, com Robert De Niro, Meryl Streep, Harvey Keitel, Dianne Wiest. Melodrama)
 01.45 Último Jornal

TVI

- 09.00 Animação
 12.45 Estrela de Fogo
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 15.00 Colégio Brasil
 16.00 Animação
 18.20 Alta Velocidade
 19.30 Directo XXI
 20.00 Combate Mortal
 21.00 Os Trapalhões e a Árvore da Juventude
 (Brasil, com Renato Aragão, Dedé Santana, Cristiana Oliveira. Comédia)
 23.00 Especial TVI
 00.30 A Bola É Nossa
 02.35 Último Tango em Nova Orleães
 (de Sam Pillsbury, EUA/1990, com Nicolas Cage, Judge Reinhold, Erika Anderson. Drama)
 04.10 Doido por Ti
 05.15 Adultos à Força
 06.15 O Mundo do Futebol
 06.45 Serras Azuis

- 21.45 A Lenda da Garça
 22.25 A Última Noite
 23.45 Resgate
 (de Ron Howard, EUA/1996, com Mel Gibson, Rene Russo, Gary Sinise, Braxley Nolte, Delroy Lindo. Ver Destaque)
 01.35 24 Horas
 02.00 Primeira Página
 02.40 NBA: Chicago-Sacramento

RTP 2

- 07.00 Euronews
 14.45 Jazz num Dia de Verão
 15.00 Informação Gestual
 16.00 Caminho das Estrelas
 17.00 Roma: Poder e Glória
 18.00 Informação Religiosa
 18.35 Mistérios e Mitos do Séc. XX
 19.00 Juvenil
 20.30 Survival
 21.30 Jornal 2
 22.30 Acontece
 22.55 Andamentos
 23.30 As Aventuras de Don Juan
 (de Vincent Sherman, EUA/1948, com Errol Flynn, Viveca Lindfors, Robert Douglas. Aventuras)
 01.25 Remate
 01.35 Crime Violento
 02.40 Os Gigantes do Século

SIC

- 08.00 Buérére
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Médico de Família
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Andando nas Nuvens
 19.00 A Força de um Desejo
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Chuva de Estrelas
 22.10 Terra Nostra
 23.00 Jogo Limpo
 02.00 Último Jornal
 02.55 Afrodísia

TVI

- 09.00 Animação
 12.45 Estrela de Fogo
 13.20 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 15.00 Colégio Brasil
 16.00 Animação
 18.20 Alta Velocidade
 19.30 Directo XXI
 20.00 Combate Mortal
 21.00 Os Reis da Música Nacional
 24.00 Momentos Escaldantes
 (de Andrew Stevens, EUA/1994, com Andrew Stevens, Shannon Tweed, Tracey Tweed. Drama)
 02.05 Doido por Ti
 02.45 Adultos à Força
 03.45 A Balada de Hill Street
 04.45 Serras Azuis

- 21.15 Santa Casa
 23.00 Serviço de Urgência
 24.00 Loja do Cidadão
 01.00 Máquinas
 02.00 24 Horas
 02.30 Futebol Inglês

RTP 2

- 07.00 Euronews
 09.00 Universidade Aberta
 12.00 Os Três Mosqueteiros
 (de George Sidney, EUA/1948, com Gene Kelly, Lana Turner, June Allyson, Van Heflin, Vincent Price. Comédia / Aventuras)
 13.45 Quem Sai aos Seus
 14.15 A Terra
 15.00 Desporto 2
 21.00 2001
 21.30 Jornal 2
 22.25 Dinheiro Vivo
 23.00 O Lugar da História - "As Origens da Humanidade"
 24.00 Teatro: "O Pranto de Maria Parda"
 01.35 24 Horas
 01.25 A Vigária de Dibley
 01.55 A Grande Barraca

SIC

- 07.00 Zip Zap
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Fubber, o Professor Distraindo
 (de Les Mayfield, EUA/1997, com Robin Williams, Marcia Gay Harden. Comédia)
 16.00 Big Show Sic
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Mundo VIP
 22.10 Negócio Fechado
 23.40 Inflamar
 (de Peter Werner, EUA/1995, com Marg Helgenberger, Kris Kristofferson. Drama)
 01.40 Último Jornal
 02.15 Busca e Destrói
 (de David Salle, EUA/1995, com Griffin Dunne, Rosanna Arquette, Ethan Hawke, Christopher Walken. Comédia)

TVI

- 09.00 Animação
 12.00 Top Rock
 13.00 Desporto
 14.00 O Dia Seguinte
 (de Bethany Rooney, EUA/1996, com Mark-Paul Gosselaar, Candace Cameron Bure, Bess Armstrong. Drama)
 16.30 Olha Quem Eu Sou Agora
 (de Melanie Mayron, EUA/1996, com Kirstie Alley, Lynn Redgrave, Melanie Mayron. Comédia)
 18.00 12:01, Ameaça Final
 (com Martin Landau, Helen Slater, Jeremy Piven)
 19.45 Vulcão: Fogo na Montanha
 (EUA/1997, com Dan Cortese, Brian Kerwin e Cynthia Gibb. Drama)
 21.45 Todo o Tempo do Mundo
 23.00 O Terror Mora ao Lado
 (de Gregory Goodel, EUA/1999, com Dan Cortese, Brian Kerwin e Cynthia Gibb. Drama)
 01.00 Directo XXI
 01.20 Raiva
 (de Joseph Merhi, EUA/1995, com Fiona Hutchison, Gary Daniels, Peter Jason e Ken Tigar. Acção)
 03.40 Perdeu-se um Marido
 (de Henrique Campos, Port.1957, com António Silva, Laura Alves e Virgílio Teixeira. Comédia)
 05.40 Casos de Arquivo
 06.40 Serras Azuis

- 03.10 24 Horas
 03.35 Vidas em Risco
 (Longa Metragem)

RTP 2

- 07.00 Euronews
 09.00 Programa Religioso
 10.30 Missa
 11.20 O Nome da Nossa Gente
 11.55 Novas Aventuras de Robin Hood
 12.40 Novos Heróis
 13.30 A Minha Vida com os Animais
 14.30 Onda Curta
 (Ter ou Ler?, "Avere o Leggere?", de Carlo Santi, It.1998; Tapir, "The Tapir", de Raquel Coelho, EUA/1996; Os Filhos do Leopardo, "Les Enfants du Léopard", de Claude Gnakouri e Luís Marques, Fr.1998. Curtas Metragens)
 15.00 Desporto 2
 19.00 Rotações
 19.30 Jornal de África
 20.00 Artes e Letras - "André Previn"
 21.00 Horizontes da Memória
 21.30 Jornal 2
 22.15 Bombordo
 22.45 O Quarto Escuro
 23.40 Travessa do Cotovelo
 00.40 Crimes e Escapadelas
 (de Woody Allen, EUA/1989, com Martin Landau, Claire Bloom, Anjelica Huston, Woody Allen, Mia Farrow, Alan Alda. Ver Destaque)



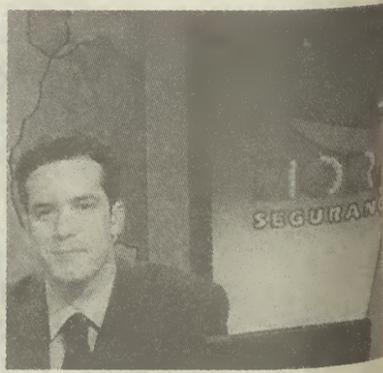
"Allô, Allô", que resiste a quase todas as mudanças de grelhas

SIC

- 07.30 Zip Zap
 12.00 BBC Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 02.00 Sarilhos com... as Gémeas
 (de Andy Tennant, EUA/1995, com Kirstie Alley, Steve Guttenberg, Mary-Kate Olsen. Comédia)
 16.00 Rex
 17.00 Sete Anos no Tibete
 (de Jean-Jacques Annaud, EUA/1997, com Brad Pitt, David Thewlis, B. D. Wong. Aventuras)
 19.00 Futebol: Alverca-Porto
 21.00 Jornal da Noite
 22.00 Residencial Tejo
 23.30 Homicídio na Luisiana
 (Longa Metragem)
 02.00 Último Jornal
 02.35 O Guarda-Costas

TVI

- 09.00 Animação
 11.00 Programa Religioso
 11.05 Missa
 13.00 Portugal Português
 14.00 Mr. Bean, o Piloto Excêntrico
 (com Rowan Atkinson. Comédia)
 15.45 Em Busca do Ouro Perdido
 (de Paul Weiland, EUA/1994, com Billy Crystal, Jon Lovitz, Daniel Stern e Jack Palance. Comédia)
 17.30 Segredo das Estrelas
 19.45 O Último Refém
 (de Rod Holcomb, EUA/1993, com Charles Bronson, Dana Delany, Bonnie Bartlett. Acção)
 21.00 Directo XXI
 21.50 Todo o Tempo do Mundo
 23.00 Médicos
 24.00 Viúva Assassina
 (com Diana Scarwid, Hope Lange, Jacklyn Smith e Timothy Carhart. Drama)
 02.00 O Salto Mortal
 (de Michael Kalesniko, EUA/1997, com Meg Foster, Gary Daniels e Jeffrey Combs. Acção)
 04.00 A Balada de Hill Street
 05.15 Serras Azuis



"Hora Viva", às sete da manhã na RTP1, a fazer concorrência ao CNL

- 20.50 Remate
 21.00 Futebol: Vitória de Setúbal-Sporting
 23.00 Quem Quer Ser Milionário?
 23.35 Crónica do Século (Progr. 12)
 01.15 Jogo Falado
 02.45 24 Horas
 03.15 Primeira Página
 03.40 Boas Noites

RTP 2

- 07.30 Euronews
 14.45 Jazz num Dia de Verão
 15.00 Informação Gestual
 16.00 Caminho das Estrelas
 17.00 Margarida, a Última Princesa
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Mistérios e Mitos do Séc. XX
 19.00 Juvenil
 20.35 Survival

- 21.30 Jornal 2
 22.30 Acontece
 23.05 Os Nus e os Mortos
 (de Raoul Walsh, EUA/1958, com Aldo Ray, Cliff Robertson, Raymond Massey. Ver Destaque)
 01.20 Remate
 01.30 Perigo Iminente
 02.40 Os Gigantes do Século

SIC

- 08.00 Buérére
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Médico de Família
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Andando nas Nuvens
 19.00 A Força de um Desejo
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Clube dos Campeões
 21.30 Terra Nostra
 22.30 Roda dos Milhões
 00.40 O Bom Polícia
 (de Peter Werner, EUA/1994, com Ron Silver, Joanna Pacula, Tony lo Bianco. Acção)
 02.40 Último Jornal

TVI

- 09.00 Animação
 12.45 Estrela de Fogo
 13.20 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 16.00 Animação
 18.20 Alta Velocidade
 19.20 Directo XXI
 20.00 Combate Mortal
 21.00 Quero Justiça
 22.40 Alibi
 (de Andy Wolk, EUA, com Tori Spelling, Jason Brooks, Rae Dawn Chong, Garwin Sanford. Policial)
 00.40 Pesadelo em Wilbur Falls
 (de Juliane Glanz, EUA/1997, com Danny Aiello, Sally Kirkland, Shane Edwards. Drama)
 02.45 Competente e Descarada
 02.15 Adultos à Força
 03.15 A Balada de Hill Street
 04.30 Serras Azuis

- 20.55 Remate
 21.15 Quem Quer Ser Milionário?
 21.50 Não És Homem Não És Nada
 22.15 A Lenda da Garça
 23.00 Programa de Informação
 00.20 24 Horas
 00.50 Primeira Página
 02.15 Jesse
 02.45 Boas Noites

RTP 2

- 07.30 Euronews
 14.45 Jazz num Dia de Verão
 15.00 Informação Gestual
 16.00 Caminho das Estrelas
 17.00 Grace Kelly
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Mistérios e Mitos do Século XX
 19.00 Juvenil
 20.35 Survival
 21.30 Jornal 2
 22.30 Acontece
 22.55 Antes do Furacão
 (de Raoul Walsh, EUA/1954, com Van Heflin, Aldo Ray, Mona Freeman, James Whitmore, Raymond Massey. Ver Destaque)
 01.30 Remate
 01.40 A Queda das Monarquias Europeias
 02.40 Neste Século Aconteceu

SIC

- 08.00 Buérére
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Médico de Família
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Andando nas Nuvens
 19.00 A Força de um Desejo
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Médico de Família
 22.10 Terra Nostra
 23.30 Bem-Vindo ao Inferno
 (de Yossi Wein, EUA/1994, com Frank Zagarino, Billy Drago, Jennifer Miller. Aventuras)
 01.30 Último Jornal

TVI

- 09.00 Animação
 12.45 Estrela de Fogo
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 16.00 Animação
 18.30 Alta Velocidade
 19.20 Directo XXI
 20.00 Combate Mortal
 21.00 Stargate
 (de Roland Emmerich, EUA/1994, com Kurt Russell, James Spader, Viveca Lindfors, Alexis Cruz, Mili Avital. Ficção Científica)
 23.00 Raiva
 (de Sidney Furie, EUA/1995, com Lorenzo Lamas, Roy Scheider, Gary Busey. Policial)
 01.00 O Intruso Nocturno
 (de Rodney Gibbons, EUA/1996, com Michele Greene, Bruce Dinsmore, Steve Railsback. «Thriller»)
 03.05 Competente e Descarada
 03.35 Adultos à Força
 04.05 Desporto
 04.45 A Balada de Hill Street
 06.00 Serras Azuis

RTP 2

- 07.30 Hora Viva
 10.00 Euronews
 14.45 Jazz num Dia de Verão
 15.00 Informação Gestual
 16.00 Caminho das Estrelas
 17.00 As Princesas do Mónaco
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Mistérios e Mitos do Séc. XX



"Gigantes do Século" traz-nos esta semana grandes vultos da literatura, entre os quais Albert Camus

- 19.00 Juvenil
 20.35 Survival
 21.30 Jornal 2
 22.30 Acontece
 22.55 A Grande Batalha
 (de Raoul Walsh, EUA/1949, com Van Johnson, John Hodiak, Ricardo Montalban, George Murphy. Ver Destaque)
 00.55 Remate
 01.05 Sinais do Tempo ou Zoom
 02.10 Neste Século Aconteceu

SIC

- 08.00 Buérére
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Médico de Família
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Andando nas Nuvens
 19.00 A Força de um Desejo
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Jornalistas
 22.15 Terra Nostra
 23.40 Os Anjos do Mal
 (de Gregory Hoblit, EUA/1998, com Denzel Washington, John Goodman, Donald Sutherland, Embeth Davidtz. «Thriller» / Fantástico)
 01.40 Último Jornal

TVI

- 09.05 Animação
 12.45 Estrela de Fogo
 13.20 TVI Jornal
 14.00 Sangue do Meu Sangue
 16.00 Animação
 18.20 Alta Velocidade
 19.20 Directo XXI
 20.00 Combate Mortal
 21.00 Ri-te Ri-te
 22.30 Protector
 (de D. B. Clark, EUA, com Mario Van Peebles, Rae Dawn Chong, Zerha Leverman, Randy Quaid. Drama)
 00.40 Competente e Descarada
 01.10 PSI Factor
 02.10 Adultos à Força
 03.10 A Balada de Hill Street
 04.25 Serras Azuis

Nota:
 A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Gavião dos Mares

(Quinta, 22.55, RTP1)

Obra cinematográfica que esteve para ser rodada em technicolor, estas são as inesquecíveis aventuras, no mar alto, de um pirata-aventureiro, o Capitão Geoffrey Thorpe, que (com o secreto assentimento de Isabel I) empreendia o saque dos navios mercantes espanhóis em fins do século XVI, quando Filipe de Espanha procurava dominar a Inglaterra. É, sem dúvida, um dos mais excitantes filmes de Michael Curtiz (que já experimentara o mesmo ambiente nessa outra magnífica aventura de 1935 - *Captain Blood* - transmitida há dias), com o mesmo intérprete de excepção e uma desenvoltura cinematográfica invulgar para a época. Existem várias versões deste filme, algumas lamentavelmente encurtadas, como parece ser esta anunciada pela RTP como tendo a duração de 115 minutos. De qualquer maneira, trata-se de um dos grandes espectáculos cinematográficos numa semana na qual chega ao fim esta retrospectiva de alguns filmes de Errol Flynn.



Errol Flynn, esgrimindo como só ele sabia em «O Gavião dos Mares», de Michael Curtiz

va, tendo mais uma vez como pano de fundo a II Guerra Mundial e os lugares emblemáticos das batalhas americanas do Pacífico, que se chamaram Guadalcanal, Saipan, etc. Para além das fabulosas cenas dos confrontos armados, o emaranhado e a encenação dos acontecimentos aparentemente marginais do tempo de treino militar em San Diego deste grupo de marines, os violentos conflitos ali vividos entre eles e as paixões despertadas por Dorothy Malone (que os dividem) são, ainda, o que de melhor a arte de Raoul Walsh tem para nos oferecer - embora, de certo modo, o filme possa padecer de algum envelhecimento.

A Grande Batalha

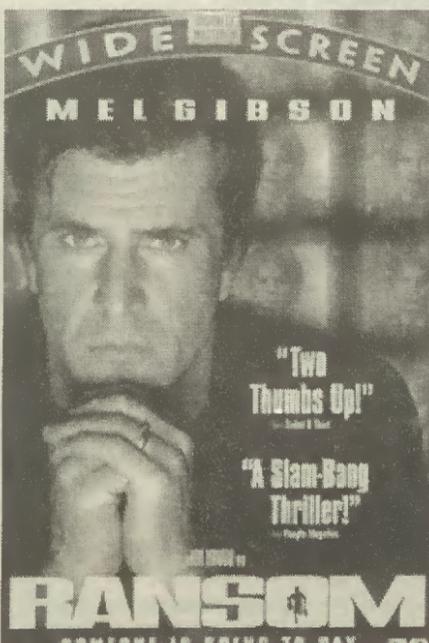
(Quarta, 22.55, RTP2)

William A. Wellman é o outro realizador presente neste ciclo de cinema de guerra. Em poucas palavras, *A Grande Batalha* fala-nos da ofensiva nazi de von Rundstedt nas Ardenas, no Natal de 44. Bastogne, onde combate a 101ª divisão do exército dos EUA, está cercada pelo inimigo, mas os inimigos recusam-se à rendição. Entretanto, as condições meteorológicas melhoram e possibilitam o lançamento de tropas pára-quedistas e de armas e munições. E a ofensiva alemã é derrotada. Um grande filme de guerra, honesto e comovente, como Wellman sabia fazê-los. Com Van Johnson e John Hodiak, entre outros.

Resgate

(Sexta, 23.45, RTP1)

Inspirado num antigo filme protagonizado por Glenn Ford em 1956, *Resgate* conta-nos a história intrigante de um homem rico e corrupto que, convencido da inutilidade de ceder ao pagamento de resgate exigido pelos criminosos que raptaram o seu filho, opta por oferecer uma enorme maquia a quem ajudar à detenção desses raptadores, com consequências complexas e surpreendentes na sua trajetória pessoal. Um «thriller» que se diz competentemente realizado por Ron Howard e com uma magnífica interpretação de Mel Gibson, para além das presenças de Rene Russo e Gary Sinise.



Cartaz do filme «Resgate», de Ron Howard, com Michael Gibson

(que não faz parte deste ciclo), devendo-se o seu principal poder de atracção à composição de Aldo Ray, esse novo herói de Walsh, ao mesmo tempo forte e vulnerável.

Antes do Furacão

(Terça, 22.55, RTP2)

Com a transmissão deste filme, a RTP recorda-nos uma obra de meados dos anos 50 (com argumento de Leon Uris) que há muito não nos mostra-

Joe Contra o Vulcão

(Sábado, 17.30, RTP1)

Fábula dos nossos dias na qual Tom Hanks desempenha o papel de um homem com pouco tempo de vida que aceita a proposta de um milionário que o desafia a atirar-se para o interior de um vulcão em troca de um resto de vida no maior dos luxos. Parece tratar-se de uma fantasia de grande



Martin Landau e Angelica Huston, dois dos intérpretes principais de «Crimes e Escapadelas», e Woody Allen



Um clássico do filme de guerra: «Antes do Furacão» («Battle Cry»), de Raoul Walsh

introspecção nos seus filmes, Woody Allen regressa aqui ao tom da comédia dramática, não perdendo nenhum dos seus tiques e qualidades e erguendo uma das suas obras mais ambiciosas e discutidas. A não perder.

Os Nus e os Mortos

(Segunda, 23.05, RTP2)

Naquele que é o primeiro clássico de um ciclo dedicado à guerra (e em grande parte dedicado a Raoul Walsh) este *Os Nus e os Mortos* dá-nos a conhecer a missão que incumbe ao sargento Croft, durante as operações de guerra no Pacífico, o qual deve ocupar com a sua companhia o cume de uma pequena ilha, cuja importância estratégica é considerável. A personalidade do sargento é bem complexa, a missão será cumprida, mas Croft será morto por um dos seus homens. Raoul Walsh teve a ousadia de encurtar o enredo do romance original de Norman Mailer (que se mostrou agradado com a adaptação cinematográfica) mas o filme é bem menos convincente do que *Antes do Furacão* (a transmitir na terça-feira) ou de *Objectivo Burma*

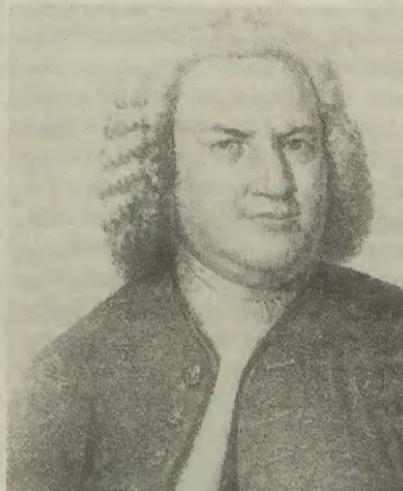
CABO & SATELITE

Duas efemérides musicais

Os espectadores que se interessam pela Grande Música têm nestes próximos dias a oportunidade de assistirem a concertos ou espectáculos musicais relacionados - ambos no *Arte* - com duas importantes efemérides musicais. Por um lado, já no próximo domingo, será transmitido em directo do festival «*Folles Journées*», em Nantes (França), um concerto integrado nas comemorações dos 250 anos da morte de um dos maiores compositores da história da música - *Johann Sebastian Bach* - que decorrem neste ano de 2000. No programa estará incluído o *Concerto Brandeburguês n.º 3 em sol maior BWV 1048*, interpretado pelo grupo *La Petite Bande* dirigido por *Sigiswald Kuijken* e, ainda, a canta *Mit Fried un Freud ich fahr dahin*, pelo coro e orquestra do *Collegium Vocale de Gand* sob a direcção de *Philippe Herrezeghe*. Este é um dos muitos concertos nos quais participarão mais de 500 artistas e que preencherão os dias 28, 29 e 30 de Janeiro, com uma assistência estimada em mais de 60 000 espectadores, numa organização de *René Martin* na cidade dos

congressos de Nantes. Já na próxima semana, 4.ª-feira, o *Arte* voltará a transmitir outro concerto integrado nestas jornadas, desta vez em diferido e com a interpretação da *Missa em Si Menor BWV 232*, com direcção musical de *Philippe Herreweghe* à frente do coro e orquestra do *Collegium Vocale de Gand*, com os solistas *Johannette Zomer* e *Deborah York* (sopranos), *Bernarda Fink* (contralto), *Mark Padmore* (tenor) e *Peter Koopj* (baixo). Entretanto, se perdeu a espectacular *soirée* musical de ontem em directo de Amesterdão, o mesmo canal *Arte* vai retransmitir em gravação, na próxima segunda-feira, a ópera *Tosca* de *Giacomo Puccini*, assim comemorando o centenário da estreia desta ópera no *Teatro Costanzi* de Roma, em 14 de Janeiro de 1900. Nesta récita holandesa, os principais solistas serão *Catherine Malfitano* (Flória Tosca), *Richard Margison* (Mario Cavaradossi) e *Bryn Terfel* (Scarpia). *Orquestra do Concertgebouw* e *Coros da Opera Holandesa* sob a direcção de *Riccardo Chailly*. Encenação de *Nikolaus Lehnhoff*.

(*Arte*, domingo, das 18.00 às 18.45; segunda, das 23.30 à 01.30; quarta, das 20.50 às 22.40)



Johann Sebastian Bach (1685-1750)



O Castelo de Sant'Angelo (Roma), um dos locais da intriga de «Tosca» de Puccini



humor, acompanhado do charme pessoal de Tom Hanks e Meg Ryan. A confirmar.

Crimes e Escapadelas

(Domingo, 00.05, RTP2)

«Judah Rosenthal é um bem sucedido oftalmologista. É casado com Miriam e amante de Dolores, que ameaça revelar tudo a Miriam. Judah não tem coragem para contar tudo à mulher e muito menos para romper com a amante e por isso mesmo mata-a. Entretanto, Cliff, o irmão de um dos doentes e amigos de Judah vive dias difíceis. Rodou um documentário sobre um filósofo, que ninguém quer ver, está presentemente no desemprego, a mulher despreza-o e o cunhado, um célebre produtor de televisão, deixa-o à beira de um ataque de nervos.» Eis dois destinos, bem resumidos na sinopse divulgada pela RTP, que acabam por encontrar-se: de um lado, um proeminente médico (Martin Landau) que se acomoda perfeitamente ao facto de ter matado e do outro, um pobre e pacato documentarista que se queixa da sua má sorte. Depois de um período longo de grande

A fábrica dos sonhos...



Especulação - Crash da Wall Street - Terça-feira Negra - 29.10.29 - Hoorville - Herbert Hoover - Emenda 21 - John M. Keynes - National Industrial Recovery Act - Franklin D. Roosevelt - New Deal - Social Security Act...

Todas estas são expressões, designações, factos, locais, centros de decisão, iniciativas legislativas, nomes de personalidades que, em bom rigor, soam (e se lêem) mais adequadamente em... «americano», já que se trata de alguns simbólicos sinais de um incompletíssimo glossário relativo a um acontecimento que ficou a marcar em definitivo a passagem das décadas de 20 para 30 deste século - a mais estrondosa das várias crises económicas que o sistema capitalista internacional jamais conheceu.

Pela sua própria essência, esta gravíssima crise não arrastou consigo, apenas na própria América, um cortejo de tragédias, colapsos financeiros e económicos, falências, desemprego e miséria, mas alastrou naturalmente a todo o mundo - não fosse este um primeiro gritante exemplo das consequências da chamada «globalização», termo próprio dos nossos dias mas que, então, ainda não tinha sido inventado para disfarçar alguns traços constantes, embora renovados de tempos a tempos e por outros modos, do Capitalismo puro e duro.

Exemplos? Só no campo do desemprego, a chamada Grande Depressão de 1929 e anos seguintes atingiu números desastrosos:

as atenções da população norte-americana das causas fundamentais da crise e (seja-se também compreensivo, que diabo!) para procurar legitimamente minorar, através do espectáculo e do divertimento, o sofrimento que constituía o negro quotidiano dessa população.

Não deixa de ser significativo, aliás, que o próprio documentário refira, a dado passo, **Jack Warner** (um dos patrões da **Warner Bros.**) como apoiante destacado de **Franklin D. Roosevelt**, sendo também curioso que o anúncio de um dos mais famosos filmes dessa época - *42nd Street* - contivesse em letras garrafais a expressão «A New Deal of Entertainment»...

Pois essa personalidade tão carismática de **Hollywood** foi nada menos do que **Busby Berkeley**, o notável e engenhoso encenador e realizador das mais importantes comédias e espectáculos musicais desta época, dividindo a sua prodigiosa actividade, ao longo dos anos, pelos grandes estúdios da **Warner**, da **MGM**, da **RKO**.

Na história do cinema não podem deixar de ter lugar, sobretudo, os filmes que, a partir da sua estreia como coreógrafo em «Whoopee!» (1930), **Busby** coreografou e realizou - entre os quais o já citado *42nd Street* (1933), *Footlight Parade* (1933), *Dames* (1934), *Stars Over Broadway* (1935), e ainda a série de filmes que, sob o título genérico *Gold Diggers* (repare-se bem na tradução literal: *Pesquisadores de Ouro*), sucessivamente em 1933, 1935 e 1937, constituíram relevantes espécimes cinematográficos directa ou indirectamente relacionados com a Grande Depressão.

A importância dos filmes de **Berkeley** não residia tanto nas histórias (na sua maioria gratuitas e idiotas) que consubstanciavam os seus argumen-

tos, mas nas verdadeiras inovações que ele trouxe à encenação dos grandes bailados das comédias musicais transpostas para o cinema. Ultrapassando com decisão o relativamente inerte ponto de vista da câmara até aí utilizado - idêntico ao de um espectador face a um palco teatral - mas utilizando também a movimentação da câmara e dos seus ângulos de incidência (com a inovação dos planos picados na vertical) e mesmo da rotação dos próprios cenários e das incidências da iluminação como elementos integrantes da própria coreografia, sendo ainda inovadores e espectaculares os movimentos das grandes massas de bailarinas em singulares e fabulosos simulacros de efeitos de caleidoscópio.

Enfim, dando-nos conta do talento de um grande homem do cinema, assim pudemos assistir a um belíssimo documentário através do qual (reconheçamos) essa nova «fábrica dos sonhos» que é a «caixinha da televisão» também nos fez esquecer, por momentos, os problemas qualitativamente novos do nosso tempo.

TVISTO

Francisco Costa

PALAVRAS E CROMOS

Urbano Tavares Rodrigues

Um mar de gente sempre a crescer

Na Bélgica, na Grã-Bretanha, em França, por todo o lado onde ultimamente tenho andado, em itinerâncias culturais, encontrei imagens muito evidentes da desigualdade crescente de uma Europa superdesenvolvida que é ainda um reduto de bem-estar neste paradoxal mundo de hoje, avassalado pela miséria total ou por legiões de infelizes, excluídos do festim que na sociedade de mercado uma produção nunca vista e sempre crescente oferece à hiperburguesia, aos reis de todos os bancos, superempresas, grandes negócios, «honestos» ou marginais. Porque são já muitos os países onde as «mafias» ou o crime conceituado e disfarçado convivem com o poder.

O certo é que mesmo nestas nações privilegiadas, são cada vez mais numerosos os «ghettos» de estrangeiros ou de nacionais pobres, envergonhados ou indigentes. Observei estas manchas de sofrimento ilhado e cinzento tanto em Leeds ou em Manchester, berços da revolução industrial no centro norte da Inglaterra e hoje grandes cidades universitárias e de negócios, como em Bruxelas ou até em Bordéus, próspera capital da Aquitânia francesa. De um lado o gigantesco pai-natal, de barbas brancas e prendas nas mãos, encimando as praças da festa do consumo e de uma ilusória fraternidade sazonal, em meio do desfile dos automóveis e do calor das luzes, da procissão das ofertas amigas; do outro a escuridão nos rostos, nas casas e nas vontades, tristes grupos ou solitários peões, asiáticos, magrebins, negros de África ou das Antilhas, europeus desempregados, decaídos, apodrecendo em vida. Sinais: os da desolação, da revolta surda, da sobrevivência.

Andei por universidades, cenáculos literários, espaços de comunicação e diálogo, de troca de ideias estéticas, filosóficas e até políticas, porque a política está em todo o acto humano; e parei diante da vida comum, observando os mesmos jovens laboriosos e compostos das faculdades ou das empresas e também alguns homens novos e mulheres das fábricas e das oficinas, folgando até ao delírio, mesmo em noites frias, na ronda dos bares, das discotecas,

das ruas atestadas de álcool e de euforia erótica. Uma descarga cintilante de juventude a viver o intervalo carnavalesco do fim-de-semana. No forro dessas cidades a privação, o silêncio ou o grito desesperado.

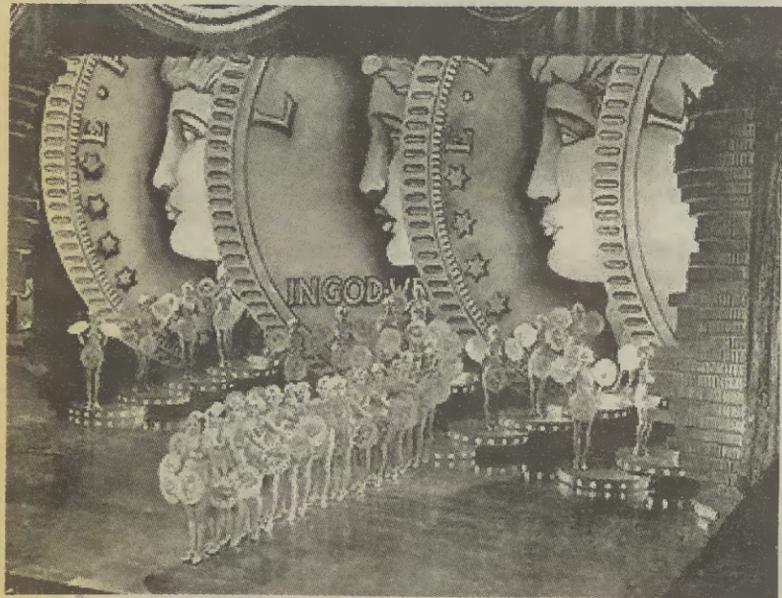
Muitos, enfim, bastantes dos que trabalham «distradamente», ordeiramente, entre os ses varais electrónicos ou cibernéticos, em empregos seguros ou precários, cada vez menos seguros, quando se aproximam as revoadas cívicas das eleições, não votam por preguiça, por desinteresse da prática democrática,

de que se sentem progressivamente mais longe, opiados nas suas tarefas rotineiras e nos seus frenéticos ócios (cidades da permissão e da expansão absoluta sob vigilância criteriosa).

Muitos, muitíssimos mais, aqui e além, do Norte da Europa ao Mediterrâneo e maciçamente nos Estados Unidos, vão deixando de votar por descrença e rancor, convictos já de que a máquina política está sujeita a um alto poder económico que de toda a maneira os tritura, votem eles como votarem.

Não têm plena consciência do grau da sua revolta, sentem-se indignados e de algum modo traídos, conduzidos por uma utopia de crescimento económico imparável, que a poucos aproveita e de dia para dia mais lhes cerceia os proventos e a efectiva liberdade de escolherem, de participarem, de construir um outro futuro.

Essa massa de gente que está a crescer por toda a parte, descontraída e relutante a aceitar um sistema cujas formas de repressão se acomodam ainda com as leis ou as acomodam a si, esse m descontentes vai certamente pôr-se em movimento num futuro não muito distante. Virão convergir connosco, que tenaz e continuamente nos opomos ao capitamismo global e à sua «ditadura» ou formarão forças paralelas incontrolláveis? É o que importa avaliar, entrando a fundo nesses submundos e com eles confraternizando.



Uma cena de «Gold Diggers of 1933», de Busby Berkeley

14 milhões nos EUA, 6 milhões na Alemanha, 3 milhões na Grã-Bretanha, só para focar estes bastiões do Capitalismo. Na própria Austrália, os números foram superiores aos da América do Norte e da Grã-Bretanha. Nesta última, em meados dos anos 30, estimava-se em 1/5 a população que vivia abaixo dos mínimos de subsistência e em 1934 gigantescas marchas da fome mobilizando milhares e milhares de desempregados tiveram lugar na Inglaterra, partindo de Jarrow no Nordeste do país em direcção à capital, Londres. Isto só para vos dar conta de alguns dados colhidos nas chamadas «fontes independentes»...

Mas a que propósito vem isto numa crónica sobre televisão?

A propósito de um excelente e elucidativo documentário transmitido há dias pela RTP 2 sobre a vida e a obra de uma das personalidades mais importantes nos estúdios dessa verdadeira «fábrica de sonhos» que foi **Hollywood**, habilmente utilizada, precisamente nesse período dramático, para desviar



MÚSICA

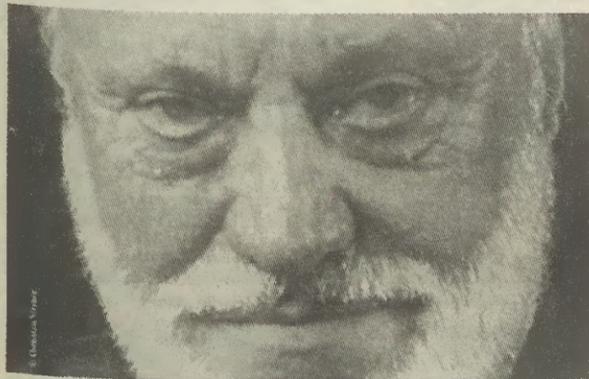
Orquestras na Gulbenkian e Saxofones na Moita

Prossegue com dois concertos sinfónicos a actual Temporada de Música da Fundação Calouste Gulbenkian.

Hoje ao fim da tarde, pelas 19 horas, no Grande Auditório da FCG, a Orquestra Gulbenkian, sob a direcção de Pinchas Steinberg e com a participação da violoncelista Natalia Gutman, interpretarão Sinfonia Concertante, para Violoncelo e Orquestra, op. 125, de Prokofiev, e a Sinfonia n.º 1 em Sol menor op. 13 (Sonhos de Inverno), de Tchaikovsky.

Amanhã, pelas 21 horas, no Coliseu dos Recreios, será a vez de a Orquestra Filarmónica de Nova Iorque, sob a direcção de Kurt Masur, actuar no âmbito do ciclo Grandes Orquestras Mundiais. O repertório do concerto será: Concerto para Duas Violas, de Sofia Gubaidulina, e Sinfonia n.º 7 em Mi Maior de Anton Bruckner.

Entretanto, na Sala Maestro Lopes-Graça, na Moita, realizar-se-á no sábado 29, pelas 21.30, um recital pelo Quarteto de Saxofones do Seixal.



Natalia Gutman
Kurt Masur e Quarteto
Saxofones do Seixal

quarteto
de Saxofones
do Seixal

EXPOSIÇÕES

Desenho, "design", brinquedos e pintura

Com o patrocínio da Câmara Municipal de Lisboa, da Embaixada do Brasil e do Instituto Italiano de Cultura, foi inaugurada no passado dia 17 e mantém-se patente ao público até 17 de Fevereiro, a exposição de desenho «Introfóris», de José D'Ápice. Esta exposição realiza-se na Sala do Risco (Largo de Santo António, à Sé, em Lisboa), de 3.ª a domingo, das 14 às 19 horas, encerrando às segundas e feriados.

O Museu do Design (Galeria Cruzeiro do Sul, Centro Cultural de Belém) foi inaugurado ao público em Maio de 99 e reúne cerca de 200 peças da colecção de Francisco Capelo. Com peças datadas de 1937 até ao presente, a colecção tem quatro áreas distintas: as artes decorativas, o modernismo, a pop e o cool.

Também no CCB, mas no Centro de Pedagogia e Animação, continua até 8 de Abril uma Exposição de Brinquedos Africanos (cedida pela Organização Oikos), especialmente dedicada aos visitantes mais miúdos.

Finalmente, uma chamada de atenção para Montemor-o-Novo e para a exposição intitulada «As Jóias de Madalena», da pintora Isabel Sabino, que

continua patente ao público até 26 do próximo mês na Galeria Municipal daquela cidade.

ESCAPARATE



George
C. Scott



João
César
Monteiro

Totó

Notícias da 7.ª Arte

Hoje, o nosso destaque vai para o Cinema nos arredores da capital e para a organização de dois determinados ciclos, em particular.

Neste primeiro caso, estão homenagens a dois brilhantes actores, de nacionalidades, escolas e estilos representativos completamente diversos: Totó e George C. Scott. Quanto a Totó, de seu verdadeiro nome Antonio de Curtis Gagliardi Ducas Comneno di Bisanzio (1898 - 1967), ele foi um dos mais fascinantes cómicos da história do cinema e dele serão projectados os seguintes filmes (sempre às 19 horas): 27.01, Totó cerca pace (1954); 28.01, Il Coraggio (1955); 31.01, Totó lascia o raddoppia? (1956); 01.02, Gambe d'oro (1958); 02.02, Arrangiatevi! (1959); 03.02, Letto a tre piazze (1960); 04.02, Risate di gioia (1960); 07.02, Chi si ferma è perduto (1960); 08.02, Totó, Peppino e la dolce vita (1961); 09.02, Totó truffa (1961); 10.02, I due marescialli (1961); 11.02, Totó diabolico (1962); 14.02, Totó e Peppino divisi a Berlino (1962); 15.02,

I due colonnelli (1963); 17.02, Totó contro i quattro; 18.02, Che fine há fatto Totó baby? (1964) e 21.02, Totó d'Arabia (1965). Entrad livre.

Quanto a Georges C. Scott, a Cinemateca Portuguesa dedica-lhe um outro ciclo, composto pelos seguintes filmes: hoje, 27, às 21.30, Patton (EUA/1970), de Franklin Schaffner; sábado, 29, Petulia (Gr.Br./1968), de Richard Lester, e Dr. Estranho-Amor (EUA/1953), de Stanley Kubrick, respectivamente às 15.30 e 18.30; e segunda, 31, Anatomia de um Crime (EUA/1959), de Otto Preminger.

Entretanto, no Auditório do Fórum Cultural do Seixal, prosseguem as sessões regulares de cinema. Assim, para os próximos dias, está prevista a projecção dos seguintes filmes (sempre às 21.30): sexta 28, As Bodas de Deus (Port./1998), de João César Monteiro; sábado 29, Noiva em Fuga (EUA/1999), de Gary Marshall; quarta 2, Deuses e Monstros (EUA/1999), de Bill Condon.

TEATRO

«Os mortos não sonham, isso vos digo. Os defuntos só sonham em noites de chuva. No resto, eles são sonhados. Eu que nunca tive quem me deitasse lembrança, eu sou sonhado por quem? Pela árvore. Só o Frangipani me dedica nocturnos pensamentos.»

Mia Couto - «A Varanda de Frangipani (1996)

Peça de Mia Couto no Teatro Meridional

Prosseguem até 5 de Março no Teatro da Comunidade (Sala 1) as representações de «A Varanda de Frangipani», adaptação de Julio Salvatierra a partir do romance homónimo do escritor moçambicano Mia Couto. Com encenação de Miguel Seabra e Alvaro Lavín, música de Alexandre Delgado (interpretada por Irene Lima, violoncelo) e figurinos de Isabel Magro, a interpretação está a cargo de João Ricardo, Ângelo Torres, Filipe Duarte, Marta Furtado, Natália Luiza e Paulo B. Horários: de quarta a sábado às 22 horas; aos domingos às 17 horas. Preço normal: 2.000\$00; jovens, terceira idade e deficientes: 1.200\$00; para grupos de 10 ou mais pessoas: 800\$00.

Teatro no «Palco Oriental»

O grupo de teatro da Associação Cultural «Palco Oriental» (Calçada do Duque de Lafões, 78) vai estrear amanhã a peça «A Noite dos Assassinos», de José Triana, numa tradução de Orlando Neves. Segundo o texto de apresentação da peça, «três jovens dedicam-se a simular jogos de morte, como improvisos para a realização de uma peça de teatro (...) uma peça que continua sendo um desafio a actores/actrizes pelo seu ritmo,



LIVROS

MÁRIO FURTADO

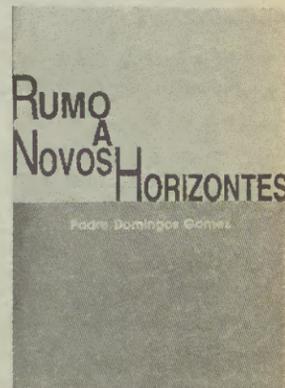
O SEU NOME É VITÓRIA

Memórias de uma família durante o salazarismo



O Seu Nome é Vitória

Chegou à nossa Redacção um interessante livro, da autoria de Mário Furtado, presumimos que em edição do autor. Com o subtítulo de Memórias de uma família durante o salazarismo, trata-se efectivamente de um romance, embora pretenda «colar-se» ao passo da história recente, que vai assinalando e mesmo comentando, fornecendo ao leitor a sua própria visão dos acontecimentos e a interpretação que deles faz. O Seu Nome é Vitória, cujas primeiras páginas abrem nos finais dos anos 90, logo recua aos anos 20, e a narrativa atravessa, acompanhando uma família de gente urbana de Lisboa e Xabregas, os acontecimentos marcantes de meio século. A II Guerra Mundial, a guerra colonial, onde se demora, certamente acompanhando a experiência do autor, o derrubamento do fascismo. Mário Furtado é autor de vários outros livros, com destaque para o romance.



Rumo a Novos Horizontes

Este é um livro da autoria de um sacerdote católico. O Padre Domingos Gomes, que pode eventualmente surpreender alguns leitores pelas causas que defende, não é, no entanto, um trãnsfuga da sua Igreja e faz mesmo questão de o sublinhar, assinalando fortemente embora o que o afasta da prática conhecida de certa hierarquia e da massa de tradicionalistas. A sua «arma de combate» é o Evangelho e nele encontra as razões e a força para essa luta, a de construir um mundo mais fraterno e justo. Não foi certamente por acaso que, como recorda na introdução, o Padre Domingos Gomes, ao concluir este livro - na sua primeira escrita que data de 1987 - viu recusada a sua publicação por vinte e duas editoras em dez países... Nem que Felicidade Alves o tenha então elogiado. Colecção de textos sobre o pensamento cristão, sobre os dogmas e a sua história, sobre questões morais e sociais, é um livro de um homem empenhado e que não deixará um leitor indiferente.

ATALHE DE FOICE

Barrela

Desde os bancos da escola que nos habituamos a identificar a Justiça com aquela senhora de olhos vendados, balança numa mão e espada na outra, que serve de guardiã à generalidade dos tribunais portugueses, por sinal um dos poucos locais onde os cidadãos esperam nunca ser obrigados a pôr os pés. A simbologia da imagem é por demais evidente: os olhos tapados dizem-nos que a Justiça não faz distinção entre os prevaricadores; a balança representa o equilíbrio na ponderação dos factos; a espada garante a punição dos culpados. Por outras palavras, transmite a mensagem, que cada cidadão deve interiorizar, de que a Justiça é igual para todos, prudente, rigorosa.

Num qualquer momento do percurso das boas intenções, digamos assim, a venda nos olhos da Justiça adquiriu um sentido perverso e passou a dizer-se que a dita é cega, não por não fazer distinção entre os prevaricadores, mas por não ver alguns dos transgressores. Como lá diz o ditado, mais cego do que o que não vê é o que não quer ver...

Como um mal nunca vem só, à cegueira juntaram-se outras maleitas, igualmente graves. E assim chegámos à situação actual, em que a Justiça é cega, surda, coxa e maneta.

Distraída, a Justiça deixa escapar das suas malhas cada vez mais lassas os tubarões do crime que há muito aposentaram a navalha e aderiram ao colarinho branco; por excesso de cera ou perfuração do tímpano não escuta o clamor dos que exigem a sua intervenção; invoca achaques múltiplos e arteriosclerose aguda para não correr atrás dos faltosos; à espada que lhe fazia longo o braço prefere agora com frequência o punhal para vingar, sem ferir de morte, antagonismos de toda a índole. A crise assumiu tais proporções que o escândalo rebentou. Após uma sucessão vertiginosa de casos que escaparam ou estão em vias de escapar à Justiça por negligência, incapacidade, compadrio ou corrupção - desde as facturas falsas ao desvio de fundos do Fundo Social Europeu, da Partex a Leonor Belezza, do Aquaparque a Pedro Caldeira, só para citar alguns exemplos -, os doutos representantes da Justiça tocaram a reunir. Ciosos da sua reputação, dizem; imbuídos dos mais elevados princípios, garantem; apostados numa cruzada de mãos limpas, asseguram, governantes, magistrados, representantes da lei e da ordem saíram a terreiro para reconhecer que a Justiça está num caos e que é necessário tomar medidas para repor a confiança dos cidadãos. Voilá. O senhor de La Palice não diria melhor.

Do muito que se afirmou sobre a matéria nos últimos dias uma questão ficou por responder: a quem cabe a responsabilidade do estado a que chegou a Justiça em Portugal? Questão de somenos, dirão uns, por ingenuidade ou comprometimento, argumentando que o que é preciso é esquecer o passado e escolher o caminho do futuro; questão da máxima importância, responderão outros, conscientes de que a prática nacional de deixar a culpa morrer solteira nunca deu bons frutos e que é meio caminho andado para que uns comam os figos e a outros rebente a boca.

Se os legisladores legislam, se o governo governa, se os órgãos do Estado funcionam, e se o resultado é a perversão da Justiça, haverá sem dúvida responsáveis e impõe-se apurar se a sua acção é tão só de incompetência, de deliberada subversão das normas instituídas, ou de ambas. O que em qualquer dos casos comprova que não servem para a função.

Como nos livros policiais, importa antes do mais descobrir a quem beneficia o crime, para que a solução que vier a ser encontrada para a Justiça não venha, de novo, a beneficiar o infractor.

Esta é uma daquelas situações em que não faltará quem procure lavar as mãos como Pilatos. O imbróglia da questão é que ele há tantas mãos sujas que isto não vai lá sem uma boa barrela.

■ Anabela Fino

Trabalhadores da Administração Pública Manifestam-se hoje em Lisboa

Os trabalhadores da Administração Pública manifestam-se esta tarde em Lisboa para exprimir publicamente o seu descontentamento e exigir justiça.

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública promove, esta tarde, uma manifestação nacional para exigir do Governo salários dignos, carreiras valorizadas, emprego com vínculo público e condições de trabalho justas.

Esta jornada de luta surge na sequência da contraproposta de aumentos salariais apresentada pelo governo, de 2,2%. O que, na prática, significa um aumento de quarenta e dois escudos por dia no salário mínimo da função pública.

Em causa está também a falta de resposta às outras matérias contidas na proposta reivindicativa apresentada pelos sindicatos ao governo.



Para a Frente Comum, a proposta de aumentos do governo suscita algumas questões, nomeadamente sobre critérios de justiça social e sobre a aproximação à média dos salários europeus.

Em comunicado de imprensa, a Frente sublinha que, para além dos aumentos propostos pelo governo serem ofensivos da dignidade profissional dos trabalhadores da administração pública, a questão salarial não pode ser dissociada das restantes matérias, na negociação entretanto encetada.

Pela abolição das armas nucleares Petição Mundial

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPCC) vai lançar em Portugal a Petição Mundial pela Abolição das Armas Nucleares.

Esta petição, nascida do movimento internacional para a eliminação das armas nucleares «Abolição 2000», é subscrita por mais de 1000 organizações dos cinco continentes e dirige-se à Assembleia Geral das Nações Unidas, à Conferência para o Desarmamento das Nações Unidas, à Comissão dos Direitos Humanos, e às conferências de revisão do tratado de não proliferação nuclear, apelando, em particular, aos estados nucleares, que assumam um novo compromisso para um novo século: acabar com a ameaça nuclear, assinando no ano 2000 a convenção de abolição das armas nucleares, que proíba e elimine todas as armas nucleares de acordo com um calendário.

Uma iniciativa que assume particular importância num ano proclamado, pelas Nações Unidas, Ano Internacional da Cultura da Paz e da Não-Violência.

Na petição apela-se a todos os estados, nomeadamente aos Estados nucleares, que assumam os seguintes compromissos para um novo século:

- *Acabar com a ameaça nuclear* - retirando todas as armas nucleares em solo estrangeiro e águas internacionais; desmantelando as ogivas nucleares, comprometendo-se a nunca serem os primeiros a utilizar armas nucleares; cessando todos os ensaios nucleares, inclusive os laboratoriais.

- *Assinar no ano 2000 a convenção de abolição das armas nucleares*, que proíba e elimine todas as armas nucleares de acordo com um calendário.

- *Redistribuir as ajudas financeiras* a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável do planeta; reparar a devastação do meio ambiente e os sofrimentos humanos provocados pela produção e experiência de armas nucleares.

O CPCC lembra que os movimentos de opinião já conquistaram a proibição total das armas químicas, em breve a interdição total das minas antipessoal. E lança o desafio - por que não, amanhã, a interdição das nucleares?

Enfermeiros debatem outras formas de luta

Face a um «insustentável adiamento», por parte do Ministério da Saúde, do processo negocial relativo a formas de compensar o risco, a penosidade e a insalubridade de profissão de enfermagem, a Comissão Executiva do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses decidiu propor à Direcção Nacional, ontem reunida, para avançar formas de luta caso o Ministério da Saúde não entregue o projecto, ou o projecto enviado não contemplar formas iguais de compensação para todos ou ainda no caso de não contemplar os compromissos já assumidos pelo governo, nomeadamente a compensação através da majoração do tempo para a reforma e o seguro profissional.

De salientar que este processo já foi objecto de dois acordos entre governo e sindicato, em Março de 98 e Maio de 99, tendo mesmo sido estabelecidos neste último prazos para a conclusão das negociações. Prazos que não se concretizaram devido, por um lado à inoperância governativa do anterior governo no final da legislatura e, por outro, à sua pretensão de fazer depender a compensação exigida do local onde os enfermeiros exercem as suas funções e não da natureza dos cuidados que prestam.

Ilda Figueiredo em Aveiro

No quadro da actividade normal de ligação entre eleitos do PCP e os seus eleitores, a deputada no Parlamento Europeu Ilda Figueiredo participa amanhã num conjunto de iniciativas em diversos concelhos do distrito de Aveiro.

De manhã, a deputada comunista participa numa concentração no Cais da Gafanha da Encarnação, seguindo-se uma visita a vários locais da Barra e da Costa Nova, sendo os principais temas em debate os problemas da ria e do ambiente, nomeadamente a extracção de areias

e a construção da marina. Seguem-se diversos encontros, com a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, com a Direcção da Cooperativa Agrícola dos Lavradores de Oliveira do Bairro, com a direcção do «Centro Ambiente para Todos», do Troviscal e ainda com a direcção da União Filarmónica do Troviscal.

À noite, em Águeda, haverá um debate sobre *O alargamento da União Europeia, os Fundos Comunitários - consequências no desenvolvimento regional*.



PCP ausculta politécnicos

Uma delegação do PCP, integrando o secretário-geral, Carlos Carvalhas, e Edgar Correia, da Comissão Política, encontrou-se, na terça-feira, com a Presidência do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos.

O encontro integrou-se num conjunto de acções que o PCP está a levar a efeito para recolha de elementos de informação e juízo sobre os problemas do financiamento do sistema público do ensino superior e a elaboração de uma lei-quadro para o sector.

